

**PROGRAMA DE INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO  
DE SÃO PAULO  
(BR-L1373)**



**ANÁLISE FINANCEIRA DO ESTADO DE  
SÃO PAULO**

**Brasília – DF, julho de 2013**

## SUMÁRIO

	p.
<b>Siglas e Abreviaturas</b>	<b>04</b>
<b>1 - Introdução</b>	<b>06</b>
<b>2 - Organização Administrativa do Estado de São Paulo (ESP)</b>	<b>09</b>
<b>3 - Participação do Estado de São Paulo no Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE)</b>	<b>10</b>
<b>4 - Impedimentos Legais para o Estado de São Paulo Assumir Compromissos de Endividamento</b>	<b>11</b>
<b>5 - Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de São Paulo</b>	<b>14</b>
<b>6 - Limites Legais para Endividamento do Estado de São Paulo</b>	<b>18</b>
<b>7 - Análise Institucional e Financeira do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (DER/SP).</b>	<b>23</b>
<b>8 - Análise das Receitas, das Despesas, do Resultado Primário e dos Balanços Patrimoniais do Estado de São Paulo</b>	<b>25</b>
<b>9 - Conclusões</b>	<b>27</b>

## ANEXOS

- ANEXO 1 - Governo do Estado de São Paulo (GESP) – Poder Executivo - Estrutura Básica da Administração Direta e Indireta**
- ANEXO 1 A - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER) – Estrutura Básica**
- ANEXO 2 - Organograma do Governo do Estado de São Paulo – Poder Executivo**
- ANEXO 2 A - Organograma do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) - Estrutura Básica**
- ANEXO 3 - Planilha I – Receitas, Despesas e Resultado Primário do Estado de São Paulo - 2008/2012 (Preços Correntes)**

- ANEXO 4 - Planilha II – Receitas, Despesas e Resultado Primário do Estado de São Paulo - 2008/2012 (Preços de 2012)**
- ANEXO 5 - Planilha III – Balanço Patrimonial Consolidado do Estado de São Paulo - 2008/2012 (Preços Correntes)**
- ANEXO 6 - Planilha IV – Balanço Patrimonial Consolidado do Estado de São Paulo - 2008/2012 (Preços de 2012)**
- ANEXO 7 – Planilha V – Projeção das Receitas, das Despesas e do Resultado Primário do ESP - Período 2013/2022, considerando a 1ª Alternativa de Desembolso**
- ANEXO 8 – Planilha VI – Projeção das Receitas, das Despesas e do Resultado Primário do ESP - Período 2013/2022: - 2ª Alternativa, (com incremento de 10% nos valores recomendados pela COFLEX)**
- ANEXO 9 – Planilha VII – Projeção das Receitas, das Despesas e do Resultado Primário do ESP - Período 2013/2022, considerando o financiamento do BID - 3ª Alternativa de Desembolso**
- ANEXO 10 – Planilha VIII – Projeção das Receitas, das Despesas e do Resultado Primário do ESP - Período 2013/2022, desconsiderando o financiamento do BID**
- ANEXO 11 – Planilha IX – Plano de Desembolso e de Amortização do Financiamento para o Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Primeira Alternativa de Desembolso**
- ANEXO 12 – Planilha X – Plano de Desembolso e de Amortização do Financiamento para o Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Segunda Alternativa de Desembolso**
- ANEXO 13 – Planilha XI – Plano de Desembolso e de Amortização do Financiamento para o Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Terceira Alternativa de Desembolso**

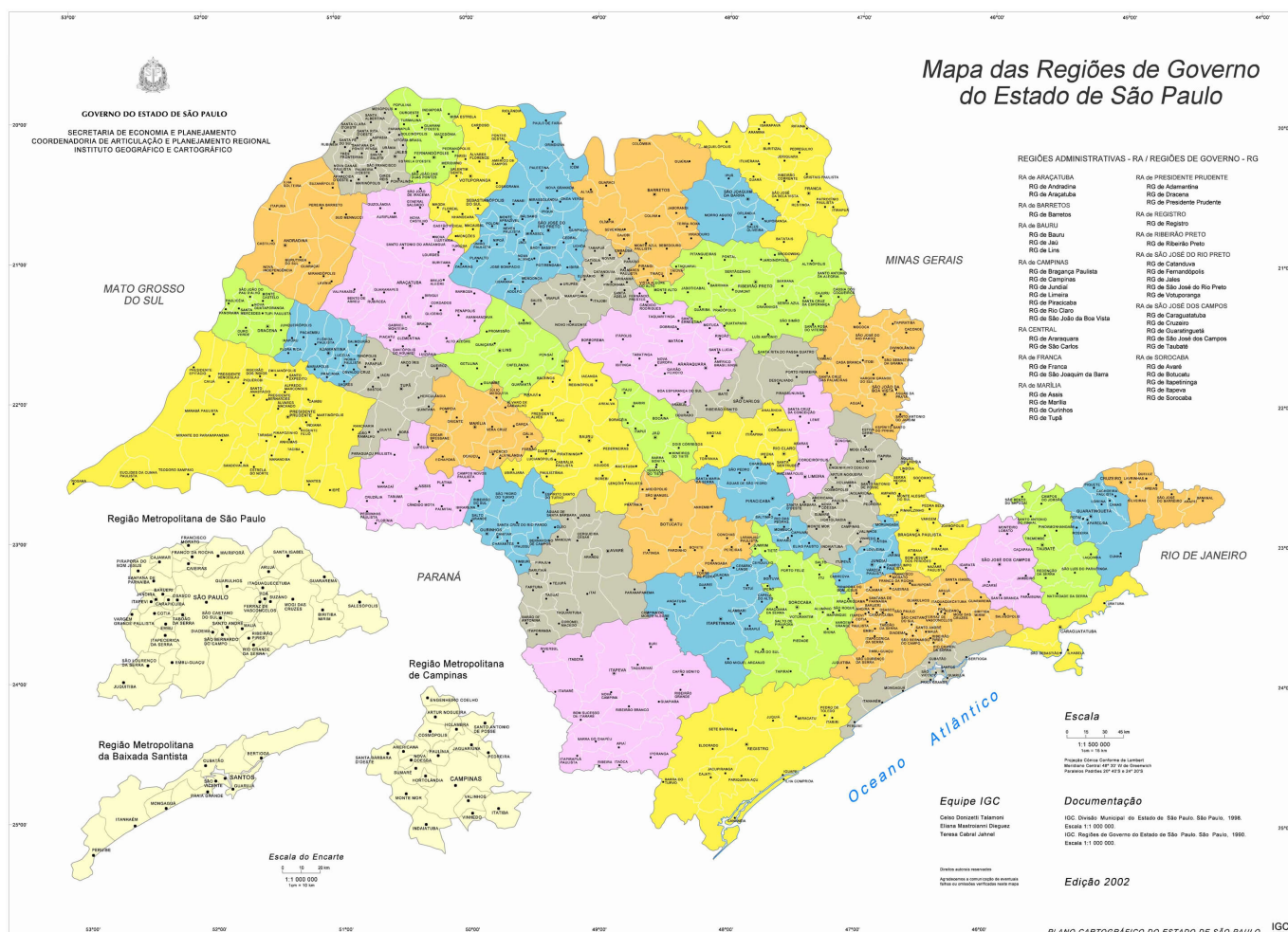
## SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>AA</b>	Administração Autárquica
<b>AD</b>	Administração Direta
<b>AI</b>	Administração Indireta
<b>BANESPA</b>	Banco do Estado de São Paulo
<b>BB</b>	Banco do Brasil
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>BIRD</b>	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
<b>BNDES</b>	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional
<b>COFIE</b>	Comissão de Financiamentos Externos
<b>DETRAN</b>	Departamento Estadual de Trânsito
<b>EP</b>	Empresa Pública
<b>ESP</b>	Estado de São Paulo
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FPE</b>	Fundo de Participação dos Estados
<b>FUNDEF</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
<b>GABGOV</b>	Gabinete do Governador
<b>GESP</b>	Governo do Estado de São Paulo
<b>ICMS</b>	Imposto sobre as Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>IGP-DI</b>	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Seguridade Social
<b>IPTU</b>	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
<b>ISS</b>	Imposto sobre Serviços
<b>JBIC</b>	Japan Bank for International Cooperation
<b>JUCESP</b>	Junta Comercial do Estado de São Paulo
<b>LC</b>	Lei Complementar
<b>LD</b>	Lei Delegada
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>LFTE</b>	Letras Financeiras do Tesouro Estadual
<b>LOA</b>	Lei do Orçamento Anual
<b>LRF</b>	Lei de Responsabilidade Fiscal
<b>MEFP</b>	Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
<b>MF</b>	Ministério da Fazenda
<b>MP</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>PMSP</b>	Polícia Militar do Estado de São Paulo
<b>PNAFE</b>	Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros
<b>PPAG</b>	Plano Plurianual de Ação Governamental
<b>PRT</b>	Portaria
<b>RCL</b>	Receita Corrente Líquida
<b>RGF</b>	Relatório de Gestão Fiscal
<b>RLR</b>	Receita Líquida Real

<b>RMSP</b>	Região Metropolitana de São Paulo
<b>RREO</b>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
<b>RSF</b>	Resolução do Senado Federal
<b>SEC</b>	Secretaria de Estado de Cultura
<b>SEDCT</b>	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
<b>SEF</b>	Secretaria de Estado da Fazenda
<b>SEMA</b>	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
<b>SEPDR</b>	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Regional
<b>SES</b>	Secretaria de Estado de Saúde
<b>SELT</b>	Secretaria de Estado de Logística e Transportes
<b>SETUR</b>	Secretaria de Estado de Turismo
<b>SF</b>	Senado Federal
<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>UNIÃO</b>	República Federativa do Brasil

**1.1** O Estado de São Paulo (ESP) é uma das 27 unidades da República Federativa do Brasil e conta com uma população estimada em 41,252 milhões de habitantes (2010). O ESP localiza-se na região Sudeste do Brasil e limita-se com os seguintes estados: ao norte e nordeste, com Minas Gerais; ao sul, com o Paraná e o Oceano Atlântico; a oeste, com Mato Grosso do Sul e Paraná; a noroeste, com Mato Grosso do Sul; a sudeste, com o Oceano Atlântico; a sudoeste, com o Paraná; e a leste, com Minas Gerais e Rio de Janeiro.

**1.2** A área do ESP é de 248.209 km². O Estado situa-se em 12º lugar, em extensão territorial e, em primeiro, em população, entre os estados brasileiros. A densidade demográfica do Estado, considerando a população de 2010 é de 166,2 hab/km². O ESP está dividido em 15 Mesorregiões geográficas, 63 Microrregiões e 645 municípios.



- 1.3** A malha rodoviária do ESP é de 34.650 km de vias asfaltadas, sendo 11.600 km municipais, 22.000 km estaduais e 1.050 federais. Esta malha corresponde a 17% da malha asfaltada do Brasil. As rodovias paulistas são consideradas as mais modernas e melhor conservadas do País. Segundo a Confederação Nacional do Transporte, em 2006, as rodovias de São Paulo, em comparação com as outras rodovias brasileiras, ocupavam o primeiro lugar, em termos de estado geral de conservação. A administração de algumas rodovias paulistas foi transferida para a iniciativa privada, a partir do final dos anos 90, após a implantação de um programa amplo de privatização. As empresas vencedoras do processo licitatório foram obrigadas a realizar investimentos e a cumprir metas de qualidade mas, apesar da melhoria nas estatísticas de acidentes, a cobrança de um valor de pedágio considerado caro para os padrões brasileiros, tem provocado críticas ao modelo de privatização.
- 1.4** No tocante ao setor ferroviário, o ESP possui mais de 5 mil km de ferrovias, que antes eram operadas por empresas privadas. Estas ferrovias transportam cargas desde as margens do Rio Paraná até o porto de Santos. A região metropolitana de São Paulo é servida por uma malha ferroviária de 257 km, destinada ao transporte de massa, contando com 6 linhas e 84 estações, operada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.
- 1.5** O sistema metroviário do Estado (METRÔ/SP) é um dos mais eficientes e novos do mundo. São 65,9 km de rede, distribuída em quatro linhas e 58 estações, sendo diariamente transportados, aproximadamente, 3 milhões de passageiros por essas linhas.
- 1.6** A capital do ESP é São Paulo (SP), cidade com a maior população de todo o hemisfério sul, estimada em 11.376.685, em 2012. A área do Município de São Paulo é de 1.523 km<sup>2</sup> e é considerada uma das principais cidades do Brasil, tanto do ponto de vista social, cultural e econômico, quanto político. É também considerada uma cidade global, sendo a 14<sup>a</sup> cidade mais globalizada do mundo. SP exerce significativa influência em âmbito regional, nacional e internacional.
- 1.7** A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é composta por 39 municípios do ESP, em intenso processo de conurbação. O termo se refere à extensão da capital São Paulo, formando com seus municípios limítrofes uma mancha urbana contínua. É o maior centro urbano do Brasil, a principal metrópole da América do Sul e a quinta maior área urbana do mundo. A RMSP, em 2012, tinha 20.731.917 habitantes, se somada a população dos 39 municípios que compõem a Grande São Paulo, o que a torna a metrópole mais populosa do Brasil e a sexta do mundo.
- 1.8** Próximo a SP estão localizadas as regiões metropolitanas de Campinas, constituída por 19 municípios, com uma população de, aproximadamente, 2.866.453 habitantes e a da Baixada Santista, composta por 9 municípios. É a terceira maior região do Estado, em termos populacionais, com 1,7 milhão de habitantes, segundo estimativas para 2011. Também estão localizadas nas proximidades de SP grandes cidades que são aglomerações urbanas em processo de conurbação, como Jundiaí, Sorocaba, São José dos Campos e Piracicaba. O total das populações dessas áreas,

somadas à da capital, ultrapassam 30 milhões de habitantes, aproximadamente 73% da população do ESP e compõem o chamado Complexo Metropolitano Estendido.

- 1.9** A análise financeira do Estado de São Paulo tem por objetivo avaliar a capacidade de o ESP assumir os compromissos de contratar um financiamento externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aportar a contrapartida prevista, pagar os encargos financeiros, amortizar o financiamento e executar o **“Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo – BR-L 1373”**.
- 1.10** Foram consideradas três alternativas de desembolso para o empréstimo do Banco, as quais são indicadas a seguir:

**Primeira alternativa:** Considerando um financiamento de US\$ 480.135.000,00, a ser desembolsado em 10 semestres (Anexo 11)

Época do Desembolso	% de Desembolso	Em US\$
1º semestre /2014	06,00	28.808.600,00
2º semestre /2014	10,29	49.412.400,00
1º semestre /2015	10,00	48.013.500,00
2º semestre /2015	16,01	76.865.500,00
1º semestre /2016	09,79	47.013.500,00
2º semestre /2016	15,22	73.062.500,00
1º semestre /2017	10,31	49.500.800,00
2º semestre /2017	16,70	80.182.200,00
1º semestre /2018	02,79	13.400.000,00
2º semestre /2018	02,89	13.876.000,00

**Segunda alternativa:** considerando um financiamento de US\$ 528.148.500,00, decorrente de um possível aumento de 10% no valor autorizado pela COFIEIX, desembolsado em 10 semestres (Anexo 12)

Época do Desembolso	% Desembolso	Em US\$
1º semestre /2014	06,00	31.688.910,00
2º semestre /2014	10,29	54.346.481,00
1º semestre /2015	10,00	52.814.850,00
2º semestre /2015	16,01	84.556.575,00
1º semestre /2016	09,79	51.705.738,00
2º semestre /2016	15,22	80.384.202,00
1º semestre /2017	10,31	54.452.110,00
2º semestre /2017	16,70	88.200.800,00
1º semestre /2018	02,79	14.735.343,00
2º semestre /2018	02,89	15.263.492,00



**Terceira alternativa:** considerando um financiamento de US\$ 480.135.000,00, desembolsado em 08 semestres (Anexo 13)

Época do Desembolso	% Desembolso	Em US\$
1º semestre /2014	05,00	24.006.750,00
2º semestre /2014	10,00	48.013.500,00
1º semestre /2015	15,00	72.020.250,00
2º semestre /2015	15,00	72.020.250,00
1º semestre /2016	20,00	96.027.000,00
2º semestre /2016	20,00	96.027.000,00
1º semestre /2017	10,00	48.013.500,00
2º semestre /2017	05,00	24.006.750,00

## 2. Organização Administrativa do Estado de São Paulo

- 2.1** A Administração Pública (AP), na esfera do Poder Executivo do Estado de São Paulo, está organizada segundo os princípios e as definições fixadas pela Lei Delegada (LD) do ESP Nº 49, de 02.01.2003, e o Decreto Nº 56.635, de 01.01.11. O Poder Executivo está estruturado em Administração Pública Direta (AD) e Administração Pública Indireta (AI).
- 2.2** A Administração Pública Direta é dotada de personalidade jurídica de direito público e compreende o exercício das atividades de administração pública estadual, executadas diretamente pelas unidades integradas na estrutura administrativa do chefe do Poder Executivo (o Governador). A AD é integrada por 06 Unidades de caráter especial e 27 Secretarias de Estado.
- 2.3** A Administração é dotada de personalidade jurídica própria e é integrada por entidades instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público Estadual. As seguintes entidades compõem a AI: i) 27 Autarquias (Administração Autárquica – AA); ii) 16 Fundações Públicas (Administração Fundacional - AF); iii) 20 Empresas Públicas (EP). As entidades da AI são vinculadas às Secretarias Estaduais, em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.
- 2.3.1 Autarquia** é um serviço autônomo, criado por lei estadual, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para exercer atividades típicas de administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas.
- 2.3.2 Fundação** é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, criada por lei estadual, organizada segundo estatuto próprio, com patrimônio e bens ligados a um determinado objetivo de utilidade pública. Somente podem ser criadas Fundações Públicas para exercerem atividades para fins morais, culturais ou de assistência.
- 2.3.3 Empresa Pública** é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo do Estado, criada por lei estadual, para

exploração de atividade econômica que o Governo seja obrigado a exercer por força de contingência administrativa, podendo se revestir de qualquer das formas admitidas em direito.

<b>Tipo de Órgão</b>	<b>Número de Unidades</b>
Administração Pública Direta (AD)	<b>33</b>
Administração Autárquica (AA)	<b>27</b>
Administração Fundacional (AF)	<b>16</b>
Empresas Públicas (EP)	<b>20</b>
<b>Total</b>	<b>96</b>

- 2.4** A relação completa dos órgãos da AD e das entidades da AI, com as respectivas vinculações administrativas, está apresentada no **Anexo 1**. O **Anexo 2** mostra o Organograma do Governo do estado de São Paulo - Poder Executivo.

### **3 Participação do Estado de São Paulo no Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE)**

- 3.1** A crise fiscal dos estados brasileiros, na década de 90, levou o Governo Federal, em 1996, a preparar um programa destinado a construir e apoiar uma solução permanente para as unidades da Federação. Na oportunidade, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou o Voto Nº 206, de 28.11.96, mediante o qual foi autorizado um programa de assistência financeira aos estados. O objetivo da assistência foi: a) organizar a gestão fiscal; b) aprimorar a tecnologia da informação; c) implantar uma legislação fiscal atualizada; d) modernizar os processos administrativos; e) implantar cadastros com mecanismos de atualização permanente; f) implantar mecanismos de arrecadação e cobranças administrativas; g) aprimorar a fiscalização do fisco e prestar ao contribuinte um atendimento moderno e ágil.
- 3.2** Em 16.03.97, o Governo Federal firmou com o BID, o contrato OC-BR-980, pelo valor de US\$ 500 milhões, destinados a financiar, parcialmente, a execução do “Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE)”, estimado em US\$ 1.000.000.000,00. Este Programa, mediante repasses aos estados, pelo executor (Ministério da Fazenda - MF), passou a financiar projetos de âmbito estadual, ou seja, PNAFE específico para cada Estado.
- 3.3** Com o objetivo de modernizar a administração fiscal, o ESP contratou com a Caixa Econômica Federal (CEF), no âmbito do PNAFE, uma operação de crédito no montante de US\$ 66,72 milhões, com contrapartida de igual valor, destinados a financiar o Programa de Apoio à Administração Fiscal do Estado. O PNAFE do Estado foi executado e encerrado. De acordo com os relatórios de execução, o Programa do Estado alcançou resultados positivos, com expressivos ganhos na área financeira.

### **4 Impedimentos Legais para o Estado de São Paulo Assumir Compromisso de Endividamento**

**4.1** A contratação de operação de crédito interno por entes da Federação Brasileira<sup>1</sup> e pelas empresas controladas, direta ou indiretamente por quaisquer entes, das três esferas de governo, está regulamentada por várias normas legais, a seguir destacadas:

#### **4.1.1 Constituição Federal (CF)**

O art. 52 da CF, que trata das competências privativas do Senado Federal (SF), estabelece em vários incisos, entre outras, as seguintes:

- inciso VI - “fixar, por proposta do Presidente da Republica, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”;
- inciso VII - “dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal”;
- inciso VIII - “dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno”;
- inciso IX - “estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

O art. 167, inciso III, da CF, determina que é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta.

#### **4.1.2 Lei Complementar Nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF)**

A LRF, de 04.05.00, estabelece no art. 32, a obrigatoriedade do Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. Os vários incisos e parágrafos do mencionado artigo, regulamentam procedimentos para obtenção de autorização específica para contratação de operação de crédito, aprovada pelo Senado Federal.

#### **4.1.3 Resoluções do Senado Federal (RSF)**

- **A Resolução do Senado Federal (RSF) Nº 96**, de 15.12.89, nos termos do artigo 52, incisos VII e VIII da CF, dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

<sup>1</sup> Como ente, deve ser entendido: a União, cada Estado da Federação, o Distrito Federal e cada Município

- **A RSF Nº 40**, de 20.12.01, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX da CF, estabelece os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida mobiliária dos Estados e dos Municípios;
- **A RSF Nº 43**, de 21.12.01, dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e revoga a RSF N.º 78, de 01.07.98, que tratava do mesmo assunto;
- **A RSF Nº 03**, de 02.04.02, introduz alterações e revoga os artigos 8º e 43, da RSF N.º 43, de 21.12.01.

#### 4.1.4 Portarias

- **Portaria Nº 497**, de 27.08.90, do então, Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, regulamenta os procedimentos administrativos e o fluxo de tramitação dos processos de pedido para contratação de operações de crédito interno e externo, ou de arrendamento mercantil, a serem celebradas pela União, bem como a concessão de garantia da União a essas operações;
- **Portaria Nº 089**, de 25.04.97, da Secretaria do Tesouro Nacional, estabelece critérios e metodologia para classificação dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, segundo sua situação financeira, para determinar a capacidade de pagamento e os critérios para a concessão de garantias, pelo Tesouro Nacional;
- **Portaria Nº 004**, de 18.01.02, da Secretaria do Tesouro Nacional, dispõe sobre os procedimentos para formalização de pedidos de contratação de operações de crédito externo e interno dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e das respectivas Administrações Diretas, Fundos, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes.

**4.2** A operação de crédito que o Estado de São Paulo pretende contratar com o BID, foi submetida à COFIEIX em 16.08.12. Com a edição da Recomendação Nº 1.337/12, o GESP foi autorizando a preparar do “**Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo**”. O valor do referido Programa está estimado em US\$ 2.058.450.000,00, sendo US\$ 1.440.404.000,00 obtidos via empréstimo com o BID e US\$ 618.046.000 milhões, aportados como contrapartida pelo Tesouro do Estado. Este Programa, segundo a Recomendação da COFIEIX, será implementado em tres fases:

- a 1ª fase, estimada em US\$ 686.150.000,00, a ser financiada pelo BID e pelo Tesouro do GESP, respectivamente, nos valores de US\$ 480.130.000,00 e US\$ 206.020.000,00;
- a 2ª e 3ª fases, serão igualmente financiadas pelo BID e GESP, em valores idênticos ao da primeira fase.

**4.3** A referida Recomendação Nº 1.337/12 foi aprovada com as seguintes ressalvas:

- a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os

créditos estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias suficientes e aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

- b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

**4.4** Como o ESP pretende firmar com o BID, contrato de empréstimo externo, haverá que se subordinar aos dispositivos legais mencionados nos parágrafos 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3. e 4.1.4. Além disso, devem ser observadas as ressalvas constantes da mencionada Recomendação COFIEX N.º 1.337/12. O não enquadramento do Estado nas referidas normas legais, impede a contratação da operação de crédito e a concessão de contragarantias ao Tesouro Nacional.

**4.5** Outros aspectos considerados no processo de autorização para contratação de operação de crédito são as limitações referentes aos planejamentos plurianuais e de ordem orçamentária anual. Mais especificamente, as ações, planos, programas e projetos que serão financiados, mesmo que parcialmente, com recursos de operação de crédito, devem estar previstas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei do Orçamento Anual (LOA).

**4.6** As Leis do ESP N.º 14.837, de 23.06.12, que aprovou as Diretrizes para o Orçamento de 2013 (LDO), a N.º 14.925, de 28.12.12 (LOA), que aprovou o Orçamento para 2013 e a N.º 14.676, de 28.12.11, e suas alterações, que aprovou o Plano Plurianual (PPA), para o período 2012/2015, contemplam, todas elas, o “Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo”. A Lei 14.822, de 07.07.12, autoriza o Poder Executivo a contratar as operações de crédito com o BID, pelo valor de até US\$ 1.440.403,500, 00 destinada à execução do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo. Esta lei também autoriza o Estado a conceder contragarantias ao Tesouro Nacional.

**4.7** A análise das leis referidas no parágrafo anterior indica a inexistência, no momento, de impedimento legal para a contratação da operação de crédito pretendida pelo ESP. Deve ser mencionado que, no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do ESP, aprovado para 2012-2014, consta a previsão da operação de crédito externo junto ao BID.

**4.8** O Estado deve ficar atento às providências administrativas para, na época oportuna, enviar a documentação necessária ao encaminhamento ao Ministério da Fazenda, do pedido de contratação da operação de crédito e concessão de garantia, conforme previsto na Lei Federal N.º 101/00, na Resolução do Senado Federal N.º 43/01 e nas Portarias N.º 497/90, do então MEFP e N.º 396/09 e suas alterações, da STN.

## **5 Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de São Paulo**

**5.1** Em 22.05.97, o Estado de São Paulo assinou com a União, representada pelo Ministério da Fazenda, um Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas do Estado (Contrato S/N.ºSTN/COAFI). Este contrato foi celebrado no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao

Ajuste Fiscal dos Estados, com base na Lei Federal Nº 9.496, de 11.09.97, na Resolução do Senado Federal Nº 99/96 e nas Leis do ESP.

- 5.2** O motivo pelo qual o ESP, assim como os demais estados brasileiros, recorreu ao Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal e ao Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal dos Estados (PNAFE), ambos patrocinados pelo Governo Federal, este último financiado, parcialmente, pelo BID, foi devido à crise financeira que atingiu os estados brasileiros.
- 5.3** Desde que assinou o Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, o ESP já firmou com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), sete Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), referentes aos seguintes períodos: 2001-2003, 2002-2004, 2003-2005, 2004-2006, 2005-2007 2006-2008 e 2007-2009. Todos estes PAFs tiveram como objetivo assegurar um atendimento adequado das demandas da população a longo prazo, ao mesmo tempo em que contribuíssem para o equilíbrio macroeconômico do Estado.
- 5.4** A renegociação das dívidas do Estado, com o apoio do Governo Federal, permitiu o reescalamento da dívida com o alongamento do perfil dos vencimentos. Para tanto, foram adotadas as seguintes estratégias:
- i) Consolidação e refinanciamento da dívida financeira do Estado junto à União, por trinta anos, com atualização monetária pelo IGP-DI e juros de 6% a.a., capitalizados mensalmente;
  - ii) Redução do estoque da dívida através de amortização extraordinária, correspondente a bens e direitos registrados na conta gráfica;
  - iii) Ajuste fiscal estrutural, correspondentes aos custos assumidos pela União.
- 5.5** Na 10ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), para o triênio de 2012-2014 foram estabelecidas as seguintes metas:

**a) Meta 1 – Dívida Financeira/Receita Líquida Real (D/RLR)**

A Meta 1 do Programa estabelece que em cada ano o limite superior da relação D/RLF, não deverá ultrapassar a trajetória especificada na Tabela seguinte, até que a dívida financeira total do Estado não seja superior à Receita Líquida Real anual (RLR) na Tabela 1

**TABELA 1 - Trajetória da Relação Dívida/Receita Líquida Real**

Em %

Ano	D/RLR (Trajetória Inferior)	D/RLR (Trajetória Superior)
2012	2,02	2,03
2013	1,99	2,03
2014	1,90	1,97
2015	1,81	1,95
2016	1,72	1,92
2017	1,63	1,86
2018	1,54	1,75
2019	1,45	1,64
2020	1,35	1,53
2021	1,26	1,42
2022	1,16	1,31
2023	1,06	1,19
2024	0,96	1,08
2025	0,86	0,96

(\*) A trajetória superior incluiu novas operações de crédito cotratadas e a contratar

**b) Meta 2 – Resultado Primário**

A Meta 2 do PAF consiste na obtenção de resultados primários, conforme especificado na tabela seguinte e, no caso de eventual frustração de alguma receita, o ESP se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou redução de despesas, prioritariamente de custeio, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos na Tabela seguinte:

**TABELA 2 - Resultado Primário**

Em R\$ milhões

2012	2013	2014
5.152	4.996	4.647

**c) Meta 3 – Despesas com o Funcionalismo Público**

A Meta 3 objetiva limitar os gastos com pessoal a 60% da RCL, fontes do tesouro estadual, conforme o Termo de Entendimento Técnico firmado pelo Governo do ESP com a STN. Caso os percentuais fixados na Tabela abaixo sejam ultrapassados, o ESP procurará fazer ajustes, prioritariamente nas outras despesas de custeio ou nas receitas, de forma a manter os resultados estabelecidos na Meta 2, Tabela abaixo

**TABELA 3 - Despesa com Pessoal/Receita Corrente Líquida**

Em %

ANO	2012	2013	2014
Gasto com Pessoal/RCL	49,62	49,06	48,07

**c) Meta 4 – Receitas de Arrecadação Própria**

A Meta 4 prevê que as receitas de arrecadação própria, no triênio 2012-2014, alcance os valores, a preços correntes, indicados na Tabela abaixo:

**TABELA 4 - Receitas de Arrecadação Própria**

Em R\$ milhões

ANO	2012	2013	2014
Receitas de Arrecadação Própria	127.995	138.533	150.523

**e) Meta 5 – Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos**

A Meta 5 tem como objetivo limitar as outras despesas correntes, no triênio 2012-2014, aos percentuais indicados na Tabela seguinte e, alcançar, entre outros, os seguintes compromissos; a) manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis - SISTN, junto à Caixa Econômica Federal (CEF); b) encaminhar à STN, até 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa, Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório de Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada Meta ou compromisso, bem como as ações executadas; c) Manter a estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes; d) Acompanhamento e controle dos Órgãos da Administração Indireta:

**TABELA 5 - Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos**

Em %

ANO	2012	2013	2014
Outras Despesas Correntes /RLR	32,62	33,83	33,84

**f) Meta 6 – Despesas de Investimentos/Receita Líquida Real em %**

A Meta 6 consiste em limitar as despesas de investimento e inversões aos percentuais apresentados na Tabela seguinte. Em caso de eventual frustração de receitas de arrecadação própria, o ESP deve adequar suas despesas, prioritariamente as de custeio, de modo a preservar os investimentos e manter os resultados estabelecidos na Meta 2:

**TABELA 6 - Despesas de Investimentos/Receita Líquida Real**

Em %

ANO	2012	2013	2014
Despesas com/Investimentos/RLR	16,75	17,94	19,83



**5.6** A execução do Contrato do GESP com a STN/COAFI obriga que, anualmente seja avaliado o cumprimento das metas estabelecidas no PAF. A STN considerou que o GESP cumpriu as Metas 1 e 2, do PAF de 2011. De acordo com o art. 26 da Medida Provisória N° 2.192-70, de 24.08.01, com a redação dada pela Lei N° 10.661, de 22.04.03, e na Cláusula Segunda do último Termo Aditivo do Contrato S/N° STN/COAFI, firmado pelo GESP, o cumprimento das metas 1 e 2, é condição suficiente para não haver necessidade de penalização pelo descumprimento de outras Metas. Assim o Estado foi considerado adimplente quanto ao cumprimento das metas e compromissos do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, relativos ao ano de 2011.

**5.8** A Tabela 7, na página seguinte, são discriminada as operações de crédito previstas na 10ª revisão do PAF, que estão pprevistas para contratação, no período de 2013 a 2015:

**TABELA 7 - Discriminação das operações de créditos previstas no PAF de 2012-2014**

Em R\$ 1.000 ( de31/012/2011)

N.	PROJETOS	FONTE*	Montante	2013	2014	2015	2016	2017
01	Trem de Guarulhos	AFD	1.217.100	255.906	61.194	900.000	-	-
02	Transporte, Logística e Meio Ambiente	BIRD	562.740	219.596	281.434	61.710	-	-
03	Transporte, Logística e Meio Ambiente	CAF	375.160	103.284	271.876	-	-	-
04	Ferroanel Norte	CAF	830.979	-	-	90.000	250.000	490.979
05	Ferroanel Sul	CAF	898.508	-	-	80.000	120.000	698.508
06	Fortalecimento da Gestão da Saúde	BID	506.466	8.332	16.662	481.472	-	-
07	Litoral Sustentável	BID	805.000	-	130.000	180.000	495.000	-
08	Macro Drenagem no Rio Baquirivu-Guaçu	CAF	382.664	9.373	20.305	107.064	179.841	66.081
09	Investimento Rodoviário de São Paulo	BID	2.702.148	581.106	33.924	879.066	1.208.052	-
10	Transporte e Logística (Ampliação)	BIRD	1.125.480	100.000	150.000	300.000	575.480	-
11	Rodoanel Mario Covas - Trecho Norte	BID	2.154.606	526.148	41.707	700.000	886.751	-
12	Tamois Etapa I/Contorno Caraguatatuba Norte	BID	212.903	40.000	50.000	50.000	72.903	-
13	Tamois Etapa I/Contorno São Sebastião Sul	BID	1.067.330	30.600	100.000	100.000	309.400	527.330
14	Trem Regional de Jundiaí	JICA	81.390	28.527	52.863	-	-	-
15	Trem Regional São Paulo-Campinas até Jundiaí	JICA	1.598.961	-	97.237	63.009	231.549	1.207.166
16	Varzeas do Tieté- Etapa II	BID	500.839	-	100.000	80.000	150.000	170.839
38	Aquisição de Trens e Infraestrutura Associ.	BNDES	360.000	74.400	161.000	124.600	-	-
39	Aquisição de Trens e Sistemas e Patios	BNDES	1.300.000	195.000	120.000	100.000	120.000	765.000
40	Complexo Cultural da Dança	BNDES	233.700	30.000	20.000	130.000	53.700	-
41	Linha 15 do Metrô	BNDES	1.500.000	25.600	30.740	849.020	594.640	-
42	Modernização de Estações da Linha 8	BNDES	550.000	47.500	52.777	377.223	72.500	-
43	Modernização de Hidrovias	BNDES	307.000	13.060	56.340	237.600	-	-
44	PROINVEST	BNDES	1.958.620	984.310	974.310	-	-	-
45	Linha Verde II (Prolongamento)	BNDES	922.000	304.097	617.903	-	-	-
46	Linha 18 Tamanduateí/SBC	CEF	1.276.000	14.100	20.000	324.553	917.347	
47	Controle de Enchentes RMSP	CEF	500.000	-	70.000	40.000	120.000	270.000
48	Monotrilho Linha II	BNDES	800.000	60.000	300.000	250.000	190.000	
49	Água Limpa	CEF	46.722	46.722	-	-	-	-
	<b>TOTAL</b>	-	<b>24.776.316</b>	<b>3.697.661</b>	<b>3.830.272</b>	<b>6.505.317</b>	<b>6.547.163</b>	<b>4.195.903</b>

Obs.:\* AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento  
 BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
 BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
 CEF – Caixa Econômica Federal  
 CAF – Corporação Andina de Fomento  
 JICA – Japan International Cooperation Agency

## 6 Limites Legais para Endividamento do Estado de São Paulo

**6.1** A CF, como referido no parágrafo 4.1.1, determina que compete, privativamente, ao SF, fixar os seguintes limites, os quais devem ser observados pelos Estados e Municípios, para a realização de operações de crédito externo ou interno:

- a) Limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) Limites globais e condições para operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal;
- c) Limites globais para o montante da dívida mobiliária, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta;
- d) Limites e condições para a concessão de garantia da União, em operações de crédito externo e interno.

**6.2.** A CF determina ainda, a vedação de realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital. Neste caso são admitidas ressalvas, desde que autorizadas, mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pelo poder Legislativo, por maioria absoluta.

**6.3** As previsões dos artigos N° 52 e N° 167 da CF, que tratam de limites e de vedações, para efeito de contratação de operações de crédito, estão regulamentadas pela Lei N° 101/00 (LRF) e pelas RSF N° 96/89, N° 40/01, N° 43/01, N° 03/02 e N° 40/06.

**6.4** Anteriormente à LRF, a Administração Pública Brasileira estava subordinada apenas à Lei 4.320/64, que continua vigente. Esta lei teve o grande mérito de estabelecer as normas gerais para elaboração, controle e execução dos orçamentos e dos balanços para os três níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal. Já a LRF, ao regulamentar os artigos da CF, nos aspectos referentes à Tributação, Orçamento e às normas gerais de Finanças Públicas, estabelece, no art. 1º, as *“normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”*.

**6.5** Com o objetivo de punir o não cumprimento das disposições da LRF, foi aprovada a Lei N.º 10.028, de 19.10.00, que introduziu mudanças no Código Penal Brasileiro, alterando artigos e acrescentando novos. A partir da edição desta lei, os detentores de cargos públicos que, no exercício de suas funções, praticarem atos de improbidade administrativa, serão punidos criminalmente. A Lei 10.028/00 criou a figura dos “Crimes Contra as Finanças Públicas”. O Artigo 359-A, que foi introduzido no Código Penal, por exemplo, estabelece que, quem:

“Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa, está sujeito a”:

“Pena - reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos.”

E o Parágrafo único do referido artigo 359-A, estabelece que: “incide na mesma pena quem ordena, autoriza ou realiza operação de crédito interno ou externo”, nas seguintes condições:

“I – com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal;”

“II – quando o montante da dívida consolidada ultrapassar o limite máximo autorizado por lei”.

- 6.6** A LRF, no art. 19, estabelece, também, limites para despesas com pessoal, em cada ente da Federação, como percentual da Receita Corrente Líquida (RCL). O limite estabelecido pela LRF para gastos com pessoal na esfera estadual é de 60% da RCL, repartido da seguinte forma: 6% para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado, quando houver; e 54% para o Poder Executivo.
- 6.7** Em dezembro de 2001, o SF editou a RSF N.º 43/01, já referida no parágrafo 4.1.3, a qual adotou o novo conceito de **Receita Corrente Líquida (RCL)**, definido pela LRF. Este novo conceito difere do utilizado anteriormente pela RSF N.º 78/98, que tratava de Receita Líquida Real (RLR). A **definição de RCL** estabelecida no art. 4º da RSF N.º 43/01, é a seguinte: “RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: no caso dos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; nos Estados e Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da CF; a RCL é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 meses anteriores, excluídas as duplicidades”.
- 6.8** A antiga RSF N.º 78/98 (já revogada pela RSF N.º 43/01) **definia RLR**, como sendo “a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, observado, ainda, o seguinte: I - serão excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de anulação de restos a pagar, de alienação de bens, de transferências vinculadas a qualquer título, de transferências voluntárias ou doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos Estados, as transferências aos Municípios por participações constitucionais e legais; II – serão computadas as receitas oriundas do produto da arrecadação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, destinado à concessão de quaisquer favores fiscais ou financeiros, inclusive na forma de empréstimos ou financiamentos, ainda que por meio de fundos, instituições financeiras ou outras entidades controladas pelo poder público, concedidos com base no referido imposto e que resulte em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; o superávit financeiro das Autarquias e Fundações, excluídas as de caráter previdenciário, será considerado como receita realizada para fins de cálculo da Receita Líquida Real. São excluídas dos limites da RLR as operações de crédito contratadas pelos Estados e pelos Municípios, junto a organismos multilaterais de crédito ou a instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimentos para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo e aprovado pelo Senado Federal”.

**6.9** A RSF N.º 43/01 fixa, com base na CF e na LRF, os seguintes limites a serem observados pelos Estados e Municípios, quando da contratação de operações de crédito interno e externo:

I – vedação de realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, fixadas na Lei Orçamentária Anual, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta (Art. 6º da RSF N.º 43/01).

II – O montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da RCL (Art. 7º inciso I da RSF N.º 43/01).

III – O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativa a valores a desembolsar, de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da RCL (Art. 7º inciso II da RSF N.º 43/01).

IV – O montante da dívida consolidada não poderá exceder o teto estabelecido pelo SF, conforme o disposto pela Resolução que fixa o limite global para o montante da dívida consolidada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios <sup>2</sup> (Art. 7º inciso III da RSF N.º 43/01).

**6.10** Considerando os valores de Receita e Despesa constantes dos Balancetes Financeiros do ESP, referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2008 a 2012, dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), foram calculados a RCL e os índices apresentados nas tabelas abaixo. Antes porém, devem ser esclarecidos os conceitos de: i) **Dívida Pública Consolidada** - é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos pelo Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze (12) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a doze (12) meses, tenham constado como receita no orçamento; ii) **Dívida Pública Mobiliária** - é a dívida pública representada por títulos (bonus) emitidos pelo Estado; iii) **Dívida Consolidada Líquida** - é a Dívida Pública Consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais ativos financeiros; iv) **Dívida Fundada Interna** - é a Dívida Pública Consolidada, decorrente de obrigações internas (doméstica); v) **Dívida Fundada Externa** - é a Dívida Pública Consolidada decorrente de obrigações externas (fora do país).

**6.11** O Cálculo do índice de Despesa com Pessoal sobre a RCL, da Administração Direta, da Administração Indireta, do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Legislativo, incluindo neste o Tribunal de Contas do Estado, referente aos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 é apresentado na Tabela seguinte:

<sup>2</sup> A RSF N.º 40, estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal, não poderá exceder a 2 vezes a RCL. Considera dívida líquida consolidada igual à dívida pública consolidada, deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

**TABELA 8 - Limite de Despesas com Pessoal**

Em R\$ mil

ITENS	2008	2009	2010	2011	2012
Despesa com Pessoal (DP)	38.850.870	41.727.317	45.498.28 <sub>1</sub>	50.166.126	56.456.223
Receita Corrente Líquida (RCL)	82.182.734	86.618.567	99.914.61 <sub>4</sub>	108.053.55 <sub>1</sub>	115.369.73 <sub>0</sub>
<b>DP/RCL</b>	<b>47,27%</b>	<b>48,17%</b>	<b>54,54%</b>	<b>46,42%</b>	<b>48,94%</b>

**6.12** O Cálculo do limite das operações de crédito sobre a RCL, referentes aos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 é apresentado na Tabela seguinte:

**TABELA 9 – Limite de Receitas com Operações de Crédito**

Em R\$ mil

ITENS	2008	2009	2010	2011	2012
Mont. Operações Realizadas no Exercício (MGOR)	938.637	1.957.303	1.587.823	1.196.759	790.014
Receita Corrente Líquida (RCL)	82.182.734	86.618.567	99.914.614	108.053.551	115.369.738
<b>MGOR/RCL</b>	<b>1,14%</b>	<b>2,26%</b>	<b>1,59%</b>	<b>1,11%</b>	<b>0,68%</b>

**6.13** O Cálculo do limite de comprometimento anual com amortização e encargos, com operações de crédito sobre a RCL, realizadas nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 é apresentado na Tabela seguinte:

**TABELA 10 – Limite de Despesas com Amortização e Encargos da Dívida**

Em R\$ mil

ITENS	2008	2009	2010	2011	2012
Montante Anual de Amortização e Encargos Dívida (MAED)	8.205.790	9.124.451	9.867.206	11.238.898	12.484.274
Receita Corrente Líquida (RCL)	82.182.734	86.618.567	99.914.614	108.053.55 <sub>1</sub>	115.369.73 <sub>8</sub>
<b>MAED/RCL</b>	<b>9,98%</b>	<b>10,53%</b>	<b>9,87%</b>	<b>10,40%</b>	<b>10,82%</b>

**6.14** O Cálculo do limite da Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a RCL, nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 é apresentado na Tabela seguinte:

**TABELA 11 - Limite da Dívida Consolidada Líquida**

Em R\$ mil

ITENS	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	133.920.658	130.902.469	152.727.94	157.420.440	177.517.847
Receita Corrente Líquida (RCL)	82.182.734	86.618.567	99.914.614	108.053.551	115.369.738
Dívida Consolidada Líquida (DCL)/RCL	<b>162,95%</b>	<b>151,13%</b>	<b>152,86%</b>	<b>145,69%</b>	<b>153,87%</b>
<b>Limite Máximo permitido para o montante da DCL</b>	<b>164.365.468</b>	<b>173.237.134</b>	<b>199.829.228</b>	<b>216.107.102</b>	<b>230.739.475</b>

**Obs:** Pela Resolução N° 40, do Senado Federal, o Limite máximo é de 2,0 (duas) vezes a RCL.

**6.15** A Tabela a seguir, mostra um resumo dos limites estabelecidos pelos dispositivos legais vigentes e os limites calculados para o período de 2008 a 2012, a partir das informações constantes dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), do mesmo período:

**TABELA 12 – Resumo dos Limites Definidas pela LRF**

Em %

Limite e Norma Legal	Limite Legal	Limite alcançado em 2008	Limite alcançado em 2009	Limite alcançado em 2010	Limite alcançado em 2011	Limite alcançado em 2012
<b>1 - DP/RCL (Art. 20 da LRF – Lei 101/00)</b>	<b>60,00</b>	47,27	48,17	45,54	46,42%	48,94
<b>2 - MGOR/RCL (Art. 7º, inciso I da RSF N° 43/01)</b>	<b>16,00</b>	1,14	2,26	1,59	1,11	0,68
<b>3 -MAED/RCL (Art. 7º, inciso II da RSF N° 43/01)</b>	<b>11,50</b>	9,98	10,53	9,87	10,40	10,82
<b>4 - DCL/RCL (Art. 7º, inciso III RSF N° 43/01 e Art. 3º da RSF N° 40/01)</b>	<b>200,00</b>	162,95	151,13	152,86	145,69	153,87

**6.16** Em todo o período, como indicado na Tabela 12, os limites fixados estão de acordo com o que determina LRF (Lei N° 101) e a RSF N°43.

**6.17** A Tabela 13 mostra que os gastos com pessoal, quando desagregado por Poder, como determina o artigo 20 da LRF, não são ultrapassam os limites fixados pela LRF

**TABELA 13 - Gastos com Pessoal Desagregado por Poder****Em %**

<b>Repartição dos Limites por Poder</b>	<b>Limite Legal (Inciso II do Art. 20 da LRF)</b>	<b>Limite alcançado em 2008</b>	<b>Limite alcançado em 2009</b>	<b>Limite alcançado em 2010</b>	<b>Limite alcançado em 2011</b>	<b>Limite alcançado em 2012</b>
<b>Total p/Poderes (1+2+3+4)</b>	<b>60,00</b>	<b>47,27</b>	<b>48,17</b>	<b>45,54</b>	<b>46,42%</b>	<b>48,94</b>
Poder Executivo (1)	49,00	40,82	41,29	39,41	40,33	42,41
<b>Poder Legislativo (2)=(a+b)</b>	<b>03,00</b>	<b>0,97</b>	<b>0,99</b>	<b>0,91</b>	<b>0,92</b>	<b>0,93</b>
Legislativo (a)	1,75	0,54	0,57	0,51	0,51	0,53
Tribunal de Contas(b)	1,25	0,43	0,42	0,40	0,41	0,40
<b>Poder Judiciário (3)</b>	<b>06,00</b>	<b>4,43</b>	<b>4,56</b>	<b>4,21</b>	<b>4,22</b>	<b>4,42</b>
<b>Ministério Público (4)</b>	<b>02,00</b>	<b>1,14</b>	<b>1,33</b>	<b>1,01</b>	<b>0,95</b>	<b>1,18</b>

## **7. Análise Institucional e Financeira do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (DER/SP)**

**7.1** O Departamento de Estradas de Rodagem é uma autarquia estadual que tem como missão administrar o sistema rodoviário estadual, integrá-lo com as rodovias municipais e federais e interagir com os demais modos de transporte, objetivando o atendimento aos usuários no transporte de pessoas e cargas.

**7.2** A estrutura organizacional do DER está apresentada nos Anexos 1A e 2A. O DER, no período de 2008/2015, aplicou em investimento e manutenção do sistema viário do Estado os valores constantes da Tabela da página seguinte.

**TABELA 14 – Departamento de Estradas de Rodagem (DER) - GASTOS POR ATIVIDADES - PERÍODO DE 2008/2012**

EM R\$					
ITEM	2008	2009	2010	2011	2012
1 - RODOVIAS VICINAIS	51.583.661,64	14.455.158,04	2.000.628,31	505.534,17	32.499.593,97
2 - TERMINAIS RODOVIÁRIOS	0,00	0,00	8.402.591,48	12.374.633,41	16.397.426,00
3 - DUPLICAÇÃO DA BR 381	23.732.361,72	868.285,59	2.063.874,45	656.979,77	252.557,56
4 - RECUPERAÇÃO DE RODV. ESTADUAIS - BID I	9.158.720,40	290.574.771,46	333.073.942,56	79.911.340,61	12.982.421,32
5 - IMPLANT. DE MONITO. RODV. ESTADUAIS	3.907.939,33	17.448.015,32	138.392,00	791.393,02	414.851,95
6 - ATUALIZAÇÃO HARD E SOFTWARE	0,00	0,00	490.691,68	1.639.009,62	0,00
7 - IMPLANTAÇÃO DUPLICAÇÃO RODV. ESTADUAIS	158.949.773,89	131.821.816,54	157.598.895,17	306.151.851,21	180.720.864,08
8 - REST. E MELHORIA DE RODV. ESTADUAIS	32.194.059,67	10.034.225,11	12.536.522,29	360.429.609,22	495.103.139,96
9 - DESENV. SIST. INFORMÁTICA S/TRANSP.	9.111.912,54	24.433.037,67	913.668,41	565.935,87	585.943,47
10- RECUPERAÇÃO RODV. ESTADUAIS BID II	0,00	0,00	0,00	0,00	45.883.921,54
11- AÇÕES INDENIZATÓRIAS	43.672.379,00	40.438.670,75	106.786.680,11	242.670.897,00	143.686.766,00
12- IMPL. REDUÇÃO DE ACIDENTES RODOVIÁRIOS	37.333.627,45	13.074.574,30	46.743.333,70	81.351.896,04	87.284.767,28
13- PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE ARTE	0,00	0,00	0,00	0,00	21.656.162,06
14- POLICIAMENTO NAS RODV. ESTADUAIS	8.445.384,51	16.510.499,41	14.992.930,63	10.050.817,38	10.214.666,43
15- IMPL. E OPERAÇÃO DE POST. PESAGEM	0,00	12.021.794,68	16.063.909,60	15.887.905,27	13.909.412,13
16- IMPL. E OPERAÇÃO DE POST. PEDÁGIO	0,00	10.104.076,24	9.348.993,28	9.704.724,29	10.515.058,96
17- OPERAÇÃO MALHA RODV. UNID. ATENDIMENTO	0,00	0,00	21.536.231,31	29.956.053,73	39.974.777,22
18- PATRULHA RODOVIÁRIA DAS SP	0,00	0,00	4.672.937,80	31.724.269,65	24.610.044,53
19- CONSER. SINALIZAÇÃO, SEGURANÇA RODV	129.581.843,92	157.949.486,12	217.429.818,71	216.474.434,15	283.390.998,62
20- ADMI. UNIDADES SETRAN (Pessoal+Sev.Terceiros)	243.327.855,69	112.607.634,81	205.154.079,84	286.288.524,90	267.415.703,50
21- MANUT. DOS SERV. TRANSPORTE (Custeio)	22.692.729,79	25.484.022,05	11.760.806,81	12.630.591,36	12.686.924,43
22- CONCESSÃO DE RODOVIAS/ARTE SP	11.882.229,69	0,00	0,00	0,00	0,00
23- APOSENTADORIAS	95.415.193,49	100.692.739,13	182.412.356,00	114.068.278,30	123.553.175,00
<b>TOTAL</b>	<b>880.989.672,73</b>	<b>978.518.807,22</b>	<b>1.354.121.284,14</b>	<b>1.813.834.678,97</b>	<b>1.823.739.176,01</b>



## 8 Análise das Receitas, das Despesas, do Resultado Primário e dos Balanços Patrimoniais do Estado de São Paulo

- 8.1** A metodologia para determinar a capacidade financeira de o Estado de São Paulo contratar empréstimo com o Banco, (para o Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - BR-L1373), aportar os recursos de contrapartida, honrar os compromissos da execução do Programa, efetuar o pagamento dos encargos e da amortização do empréstimo, tomou por base as Receitas, as Despesas e os Balanços Patrimoniais, referentes ao período de 2008 a 2012, as projeções da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, o Orçamento de 2013 e os RREO (os sextos bimestres dos anos de 2008 a 2012 e RGF (os terceiros quadrimestres de 2008 a 2012).
- 8.2** A análise foi realizada considerando três alternativas de desembolso do financiamento do BID, que estão indicadas no parágrafo 1.10 e nas Planilhas IX, X, XI (**Anexos 11, 12 e 13**). As Planilhas I e II (**Anexos 3 e 4**) referentes às Receitas, às Despesas e aos Balanços Patrimoniais foram construídas a partir das informações extraídas dos Balanços Anuais e das informações colhidas no “site” do Tesouro Nacional ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).
- 8.3** Com base no Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas, no conceito de Disponibilidade Interna (IGP-DI), constante da Tabela abaixo, foram calculadas as Planilhas II e IV (**Anexos 4 e 6**) que mostram, respectivamente, as Receitas, Despesas e Balanços Patrimoniais, a preços constantes de 2012.

**TABELA 15 – Índice de Infalção**

INFLAÇÃO IGP-DI (FGV)		
ANO	% (variação anual)	% (variação acumulada)
2008	09,10	404,185
2009	-01,43	398,407
2010	11,30	443,270
2011	05,00	465,586
2012	08,10	503,283

- 8.4** Os dados da Planilha II (**Anexos 4**) mostram que, no período de 2008-2012, o crescimento médio das Receitas Tributárias, em termos reais (preços de 2012) foi de 5,51% e, no mesmo período, a preços correntes, foi de 15,80%. Já a receita do ICMS apresentou um crescimento médio, a preços de 2012, de 5,36%. De R\$ 92.634,53 milhões, em 2008, passou para R\$ 105.288,97 milhões, em 2012. A receita de IPVA, no período de 2008-2012, cresceu em média, a preços constantes, 7,53%. As Receitas de Transferências da União, no período em referência, cresceram, em termos reais médios, 1,78%.
- 8.5** As Receitas Correntes, a preços de 2012, apresentaram um crescimento médio, no período de 2008-2012, da ordem de 5,43%. O Programa de Ajuste Fiscal do ESP e a implantação do Programa de Modernização dos sistemas de fiscalização, cobrança de tributos, administração e cobrança da Dívida Ativa, executados no âmbito do PNAFE, permitiram um crescimento da arrecadação dos tributos (ICMS, IPTU e Taxas).

- 8.6** As Planilhas III e IV (**Anexo 5 e Anexo 6**) mostram os dados do Balanço do ESP referentes a 2008-2012 e a evolução do Ativo, do Passivo e do Saldo Patrimonial, no período em análise. A Planilha IV mostra que o Ativo Real apresenta um crescimento positivo, passando de R\$ 275.450,83 milhões, em 2008, para R\$ 293.834,89 milhões, em 2012. O Passivo Real passou de R\$ 247,422,84, em 2008, para R\$ 250.477,73, em 2012 e o Saldo Patrimonial passou de R\$ 28.027,99, em 2008, para R\$ 43.355,16, em 2012.
- 8.7** As projeções apresentadas nas Planilhas V, VI, VII e VIII (**Anexos 7, 8, 9 e 10**), foram calculadas considerando as metas fiscais previstas na Lei N.º 14.837, de 23.07.12 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013). Para as metas das Receitas e das Despesas, foram utilizados os parâmetros de variação do IPCA (Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o índice de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). As variáveis utilizadas são apresentadas na Tabela seguinte:

**TABELA 16 - Índices de Utilizados para Estimativa de Crescimento das Receitas e das Despesas**

Variáveis	2013	2014	2015
Crescimento real do PIB (estadual) %	4,00	4,50	4,50
Inflação Média (% anual) pelo IGP-DI	4,50	4,50	4,50
Câmbio (R\$/U\$, em 31 de dezembro)	1,75	1,80	1,83

- 8.8** Considerando estas variáveis, a LDO/2013 fixou, para os anos de 2013 a 2015, os seguintes valores, a preços correntes:

**TABELA 17 – Estimativa das Recitas e das Despesas pela LDO de 2013**

R\$ Milhões correntes

Discriminação	2013	2014	2015
Receita Fiscal	161.705,00	175.712,00	189.134,00
Despesa Fiscal	157.327,00	171.701,00	184.069,00
Resultado Primário	4.379,00	4.011,00	5.064,00
Dívida Fiscal Líquida	193.131,00	210.816,00	224.960,00

- 8.9** A Planilha V (**Anexo 7**) apresenta projeções para o período de 2013 a 2022, para as Receitas, Despesas, Superávit/Déficit, Resultado Primário, Inversões e necessidades de Operações de Crédito. Na Planilha V foi considerada a primeira alternativa de desembolso do financiamento do BID (desembolso em cinco anos), como apresentado no parágrafo 1.10.
- 8.10** Na Planilha V foi considerada uma estimativa de crescimento das Receitas de 5,5 % ao ano. Esta é uma estimativa conservadora, tendo em vista que a taxa de inflação prevista é de 4,5% ao ano e o crescimento médio das Receitas Correntes, no período

de 2008-2012 (preços de 2012), foi de 5,43%. Ressalte-se ainda, que a previsão de crescimento do PIB é de 4%. Para as Despesas foi considerada uma taxa de crescimento de apenas 5% ao ano. A Planilha V mostra que o Resultado Primário será positivo, ao longo do período e será suficiente para garantir o pagamento da amortização da dívida e de parte dos encargos financeiros da dívida.

- 8.11** O GESP apresenta capacidade para gerar os recursos necessários e suficientes para, juntamente com o empréstimo do BID, financiar os investimentos previstos para o “Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo”, e como já mencionado nos parágrafos 6.11 e 6.17, dispõe dos limites necessários para a contratação da operação de crédito externo junto ao BID.
- 8.12** Na Planilha VI (**Anexo 8**), segunda alternativa de desembolso (em cinco anos) foi considerado um acréscimo de 10% nos valores previstos na Recomendação da COFLEX. Caso haja necessidade de tal acréscimo, ainda assim, haverá capacidade financeira para contratar e executar os projetos. Da mesma forma que na Planilha V, em todos os exercícios do período, haveria Resultado Primário positivo.
- 8.13** A Planilha VII (**Anexo 9**) foi elaborada considerando a terceira alternativa de desembolso (em quatro anos). Nesta alternativa também não haveria déficits e o Resultado Primário seria positivo em todos os exercícios. A Planilha VIII (**Anexo 10**) foi elaborada considerando a hipótese de não haver financiamento do Banco para o Programa.
- 8.14** Tendo em vista o resultado da análise das finanças do Estado, com base nos dados financeiros apresentados e considerando a legislação brasileira que regulamenta a matéria, entende-se que a Secretaria do Tesouro Nacional garantiria a operação de crédito externo para o ESP, destinada ao “Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo”.

## **9 Conclusões**

- 9.1** A Avaliação Institucional e Financeira do ESP permite afirmar, com base nos dados coletados nos diferentes órgãos da administração estadual, nos documentos orçamentários e financeiros, nas normas legais (Leis, Decretos etc.) que o Estado de São Paulo dispõe, no momento, de capacidade financeira para assumir compromisso de contratar financiamento externo com o Banco, pagar os encargos financeiros decorrentes da operação de crédito externo, aportar a contrapartida prevista e executar os Programas propostos.
- 9.2** A análise dos dados coletados nos Balanços anuais de 2008 a 2012, nos RREO e no RGF do mesmo período, mostrou que o GESP apresenta, como indicado nos parágrafos 6.11 a 6.17, limites suficientes que permitem a contratação da operação de crédito externo, para o “Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo”. Deve ser mencionado que o DER, como autarquia do Estado, gera os recursos para financiar parte dos gastos de manutenção, mas insuficientes para realizar os investimentos.

# **ANEXO 1**

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (GESP) - PODER EXECUTIVO**  
**ESTRUTURA BÁSICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA**

**A – ESTRUTURA BÁSICA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA (AD)**

**1 GOVERNADORIA DO ESTADO**

- 1.1 Gabinete do Governador
- 1.2 Gabinete do Vice-Governador
- 1.3 Conselho de Governo de Desenvolvimento Social
- 1.4 Conselho de Governo de Desenvolvimento Econômico e Infra-Estrutura
- 1.5 Conselho de Governo de Justiça e Segurança
- 1.6 Assessoria Especial

**2 CASA CIVIL**

- 2.1 Gabinete do Secretário
- 2.2 Assessoria Técnica do Governo
- 2.3 Assessoria Jurídica
- 2.4 Assessoria Técnico-Legislativa
- 2.5 Escritório do Governo do Estado de São Paulo em Brasília – EGESP
- 2.6 Unidade de Apoio ao Assessoramento em Assuntos Internacionais
- 2.7 Unidade de Arquivo Público do Estado
- 2.8 Cerimonial
- 2.9 Audiências e Representações
- 2.10 Corregedoria Geral da Administração
- 2.11 Subsecretaria de Relacionamento com Municípios
- 2.12 Subsecretaria de Assuntos Parlamentares
- 2.13 Subsecretaria de Gestão Estratégica do Governo

**3 CASA MILITAR**

- 3.1 Gabinete do Chefe da Casa Militar
- 3.2 Departamento de Defesa Civil
- 3.3 Departamento de Segurança Comunitária e de Dignatários
- 3.4 Departamento de Administração

**4 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

- 4.1 Gabinete do Procurador-Geral do Estado
- 4.2 Procuradoria do Patrimônio Imobiliário
- 4.3 Procuradoria Fiscal
- 4.4 Procuradoria Judicial
- 4.5 Procuradoria de Defesa do Meio Ambiente
- 4.6 Procuradoria de Assistência Judiciária
- 4.7 Procuradoria da Grande São Paulo
- 4.8 Procuradoria da Fazenda Junto ao Tribunal de Contas
- 4.9 Procuradoria de Assistência Jurídica aos Municípios
- 4.10 Centro de Orientação Judiciária e Encaminhamento à Mulher

**5 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

- 5.1 Gabinete do Secretário
  - 5.1.1 Comissão Processante Permanente
  - 5.1.2 Consultoria Jurídica
  - 5.1.3 Grupo de Planejamento Setorial
  - 5.1.4 Departamento de Recursos Humanos
  - 5.1.5 Departamento de Administração

**6 SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

- 6.1 Gabinete do Secretário
- 6.1.1 Comissão Processante Permanente
- 6.1.2 Consultoria Jurídica
- 6.1.3 Grupo de Planejamento Setorial
- 6.1.4 Departamento de Recursos Humanos
- 6.1.5 Departamento de Administração

**7 SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA**

- 7.1 Gabinete do Secretário
- 7.1.1 Conselho Estadual de Defesa do Consumidor
- 7.1.2 Conselho Estadual de Entorpecentes
- 7.1.3 Conselho Consultivo de Defesa do Consumidor
- 7.1.4 Comissão Processante Permanente
- 7.1.5 Grupo de Planejamento Setorial
- 7.1.6 Centro de Engenharia
- 7.1.7 Consultoria Jurídica
- 7.1.8 Centro de Recursos Humanos
- 7.1.9 Departamento de Administração
- 7.1.10 Grupo de Planejamento Setorial
- 7.1.11 Consultoria Jurídica
- 7.2 Coordenadoria de Atendimento aos Direitos do Consumidor
- 7.3 Coordenadoria de Integração da Cidadania

**8 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

- 8.1 Gabinete do Secretário
- 8.1.1 Grupo de Assistência Técnica e Informações Ambientais
- 8.1.2 Assessoria Técnica
- 8.1.3 Departamento de Recursos Humanos
- 8.1.4 Consultoria Jurídica
- 8.1.5 Departamento de Administração
- 8.1.6 Comissão Processante Permanente
- 8.1.7 Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico, Educação Ambiental
- 8.1.8 Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais

**9 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

- 9.1 Gabinete do Secretário
- 9.1.1 Departamento de Controle e Avaliação
- 9.2 Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Modernização Fazendária - COM
- 9.2.1 Escola Fazendária do Estado de São Paulo – FAZESP
- 9.2.2 Departamento de Tecnologia da Informação – DTI
- 9.2.3 Unidade de Coordenação Estadual do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – UCE
- 9.2.4 Unidade de Execução de Programa – UEP, do Programa de Fortalecimento de Gestão Fiscal do Estado de São Paulo – PROFFIS
- 9.3 Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e Contratações Eletrônicas
- 9.3.1 Grupo de Entidades Descentralizadas
- 9.3.2 Departamento de Controle de Contratos Eletrônicos
- 9.4 Coordenação de Administração Financeira – CAF
- 9.4.1 Contadoria Geral do Estado
- 9.4.2 Departamento de Controle Interno
- 9.4.3 Centro Administrativo

- 9.5 Coordenadoria de Administração Tributária – CAT
- 9.5.1 Conselho Superior
- 9.5.2 Assistência Fiscal de Planejamento Estratégico
- 9.5.3 Diretoria Executiva da Administração Tributária
- 9.5.4 Diretoria de Informação – DI
- 9.5.5 Diretoria de Arrecadação – DA
- 9.5.6 Diretoria de Representação Fiscal
- 9.5.7 Consultoria Tributária – CT
- 9.5.8 Tribunal de Impostos e Taxas
- 9.5.9 Corregedoria do Fisco Estadual – CORFISCO
- 10 SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO**
- 10.1 Gabinete do Secretário
- 10.1.1 Grupo de Planejamento Setorial
- 10.1.2 Comissão Processante Permanente
- 10.1.3 Consultoria Jurídica
- 10.1.4 Departamento de Recursos Humanos
- 10.1.5 Departamento de Administração
- 10.1.6 Centro de Informática
- 10.1.7 Biblioteca
- 10.2 Coordenação de Políticas de Emprego e Renda
- 10.3 Coordenação de Políticas de Empreendedorismo
- 10.4 Coordenadoria de Operações
- 10.4.1 Centros Regionais
- 10.5 Comissão Estadual do Emprego
- 11 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**
- 11.1 Gabinete do Secretário
- 11.2 Consultoria Jurídica
- 11.3 Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional
- 11.4 Grupo de Planejamento Setorial
- 11.5 Centro de Informações Educacionais
- 11.6 Grupo de Controle das Atividades Administrativas e Pedagógicas
- 11.7 Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo
- 11.8 Coordenadoria de Ensino do Interior
- 11.9 Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
- 11.10 Departamento de Recursos Humanos
- 11.11 Departamento de Suprimento Escolar
- 12 SECRETARIA DE ESTADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**
- 12.1 Gabinete do Secretário
- 12.1.1 Grupo de Planejamento Setorial
- 12.1.2 Comissão Processante Permanente
- 12.1.3 Consultoria Jurídica
- 12.1.4 Núcleo de Recursos Humanos
- 12.1.5 Biblioteca
- 12.1.6 Centro Administrativo
- 12.1.7 Ambulatório Médico e Odontológico
- 12.2 Conselho Estadual de Transportes
- 13 SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS**
- 13.1 Gabinete do Secretário
- 13.1.1 Assessoria Técnica
- 13.1.2 Consultoria Jurídica

- 13.1.3 Grupo de Planejamento
- 13.1.4 Comissão Processante Permanente
- 13.1.5 Departamento de Administração
- 13.1.6 Centro de Recursos Humanos
- 13.1.7 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras
- 13.1.8 Conselho Estadual de Saneamento Básico
- 14 SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**
- 14.1 Gabinete do Secretário
- 14.1.1 Conselho Estadual de Desportos
- 14.1.2 Grupo de Planejamento Setorial
- 14.1.3 Consultoria Jurídica
- 14.1.4 Unidade Processante
- 14.1.5 Centro de Administração
- 14.1.6 Centro de Recursos Humanos
- 14.1.7 Assessoria Técnica
- 14.1.8 Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação
- 14.1.9 Ouvidoria
- 14.1.10 Comissão de Ética
- 15 SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO**
- 15.1 Gabinete do Secretário
- 15.1.1 Conselho Estadual de Turismo
- 15.1.2 Grupo de Planejamento Setorial
- 15.1.3 Consultoria Jurídica
- 15.1.4 Unidade Processante
- 15.1.5 Centro de Administração
- 15.1.6 Centro de Recursos Humanos
- 15.1.7 Assessoria Técnica
- 15.1.8 Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação
- 15.1.9 Ouvidoria
- 15.1.10 Comissão de Ética
- 16 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO**
- 16.1 Gabinete do Secretário
- 16.1.1 Grupo de Planejamento Setorial
- 16.1.2 Comissão Processante Permanente
- 16.1.3 Consultoria Jurídica
- 16.1.4 Núcleo de Recursos Humanos
- 16.1.5 Biblioteca
- 16.1.6 Centro Administrativo
- 16.1.7 Ambulatório Médico e Odontológico
- 17 SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA**
- 17.1 Gabinete do Secretário
- 17.1.1 Grupo de Planejamento Setorial
- 17.1.2 Consultoria Jurídica
- 17.1.3 Unidade Processante
- 17.1.4 Departamento de Administração
- 17.1.5 Departamento de Finanças e Orçamento
- 17.1.6 Departamento de Recursos Humanos
- 17.1.7 Centro de Documentação Técnica e Administrativa
- 17.1.8 Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação
- 17.2 Comissão de Avaliação



- 17.3 Unidade de Fomento e Difusão de Produção Cultural
- 17.4 Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico
- 17.5 Unidade de Formação Cultural
- 17.6 Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico
- 17.7 Conselho Estadual de Cultura
- 17.8 Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
- 18 SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA**
- 18.1 Gabinete do Secretário
- 18.1.1 Assessoria Técnica
- 18.1.2 Consultoria Jurídica
- 18.1.3 Grupo de Planejamento
- 18.1.4 Comissão Processante Permanente
- 18.1.5 Departamento de Administração
- 18.1.6 Centro de Recursos Humanos
- 18.1.7 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras
- 18.1.8 Conselho Estadual de Política de Energia
- 19 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
- 19.1 Gabinete do Secretário
- 19.1.1 Comissão Processante Permanente
- 19.1.2 Consultoria Jurídica
- 19.1.3 Centro de Divulgação e Atendimento ao Público
- 19.1.4 Centro de Informática
- 19.1.5 Biblioteca e Documentação
- 19.1.6 Centro de Recursos Humanos
- 19.1.7 Departamento de Administração
- 19.1.8 Assessoria Técnica
- 19.1.9 Ouvidoria
- 19.2 Coordenadoria de Formulação e Avaliação de Políticas e Programas
- 19.3 Coordenadoria de Fomento da Rede de Assistência Social
- 19.4 Coordenadoria de Gestão de Fundos e Convênios
- 20 SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**
- 20.1 Assessoria Técnica
- 20.2 Departamento de Tecnologia da Informação
- 20.3 Departamento de Recursos Humanos
- 20.4 Departamento de Engenharia
- 20.5 Departamento de Administração
- 20.6 Departamento de Controle e Execução Penal
- 20.7 Consultoria Jurídica
- 20.8 Escola de Administração Penitenciária
- 20.9 Comissões Processantes Permanentes (3)
- 21 SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**
- 21.1 Gabinete do Secretário
- 21.1.1 Unidade Processante
- 21.1.2 Departamento de Administração
- 21.1.3 Centro de Recursos Humanos
- 21.1.4 Centro de Informática
- 21.1.5 Assessoria Técnica
- 21.1.6 Consultoria Jurídica
- 21.1.7 Grupo de Planejamento Setorial
- 21.1.8 Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação

- 21.1.9 Ouvidoria
- 21.1.10 Comissão de Ética
- 21.2 Coordenadoria de Relações Institucionais
- 21.3 Coordenadoria de Transporte Coletivo
- 21.4 Coordenadoria de Planejamento e Gestão
- 22 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**
- 22.1 Gabinete do Secretário
- 22.1.1 Comissão Processante Permanente
- 22.1.2 Consultoria Jurídica
- 22.1.3 Grupo de Planejamento Setorial
- 22.1.4 Departamento de Recursos Humanos
- 22.1.5 Departamento de Administração
- 22.1.6 Parque “Dr. Fernando Costa”
- 22.1.7 Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios
- 22.2 Coordenadoria de Defesa Agropecuária
- 22.2.1 Grupo de Defesa Sanitária Animal
- 22.2.2 Grupo de Defesa Sanitária Vegetal
- 22.2.3 Centro Administrativo
- 23 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**
- 23.1 Gabinete do Secretário
- 23.1.1 Assessoria Especial
- 23.1.2 Consultoria Jurídica
- 23.1.3 Grupo de Planejamento Setorial
- 23.2 Coordenadoria de Contratação de Serviços
- 23.2.1 Comitê Interno de Direção
- 23.2.2 Comitê Assessor
- 23.2.3 Departamento de Planejamento Estratégico e Avaliação
- 23.2.4 Departamento de Gestão e Controle de Contratos
- 23.3 Coordenadoria de Saúde da Região Metropolitana da Grande São Paulo
- 23.3.1 Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia
- 23.3.2 Centro de Referência da Saúde da Mulher
- 23.3.3 Direções Regionais de Saúde
- 23.4 Coordenadoria de Planejamento de Saúde
- 23.5 Coordenação dos Institutos de Pesquisa
- 23.6 Central de Notificação
- 23.6.1 Banco de Olhos
- 23.6.2 Banco de Ossos
- 23.6.3 Banco de Medula
- 23.6.4 Banco de Tecidos
- 23.6.5 Banco de Órgãos
- 23.7 Centros de Convivência Infantil
- 23.8 Coordenadoria Geral de Administração
- 23.9 Onco-Rede- Rede Estadual de Assistência Oncológica Terciária
- 23.10 Hemo-Rede- Rede Estadual de Hematologia – Hemoterapia
- 23.11 Coordenadoria de Saúde da Comunidade
- 23.12 Coordenadoria de Assistência Hospitalar
- 23.13 Coordenadoria de Saúde Mental
- 23.14 Coordenadoria de Serviços Técnicos Especializados
- 23.15 Coordenadoria de Recursos Humanos

**24 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

- 24.1 Gabinete do Secretário
  - 24.1.1 Conselho Superior de Polícia
  - 24.1.2 Centro de Recursos Humanos
  - 24.1.3 Assessoria Técnica
  - 24.1.4 Corregedoria Geral da Polícia
  - 24.1.5 Assistência Policial Civil
  - 24.1.6 Assistência Policial Militar
- 24.2 Polícia Civil
- 24.3 Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo
- 24.4 Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança
- 24.5 Coordenadoria de Análise e Planejamento
- 24.6 Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos – DENARC
- 24.7 Departamento Estadual de Investigações Criminais – DEIC
- 24.8 Departamento das Delegacias Regionais de Polícia-Grande São Paulo
- 24.9 Departamento Estadual de Polícia Científica
- 24.10 Delegacia Geral de Polícia
- 24.11 Academia de Polícia
- 24.12 Delegacia Especializada em Acidentes de Trânsito

**25 SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO**

- 25.1 Gabinete do Secretário
  - 25.1.1 Consultoria Jurídica
  - 25.1.2 Comissão Processante Permanente
  - 25.1.3 Departamento de Administração
  - 25.1.4 Centro de Recursos Humanos
  - 25.1.5 Grupo de Planejamento Setorial
  - 25.1.6 Serviço de Documentação e Biblioteca
  - 25.1.7 Assessoria Técnica
  - 25.1.8 Coordenadoria de Planejamento Habitacional
  - 25.1.9 Coordenadoria de Licenciamento, de Operações e de Controle Tecnológico

**26 SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO PÚBLICA**

- 26.1 Gabinete do Secretário
  - 26.1.1 Unidade Central de Recursos Humanos
  - 26.1.2 Unidade de Desenvolvimento e Melhoria das Organizações
  - 26.1.3 Grupo de Planejamento Setorial
  - 26.1.4 Unidade Processante
  - 26.1.5 Consultoria Jurídica
  - 26.1.6 Grupo de Tecnologia da Informação
  - 26.1.7 Departamento de Recursos Humanos
  - 26.1.8 Departamento de Administração
  - 26.1.9 Centro de Gestão da Documentação Técnica
- 26.2 Assessoria Técnica
- 26.3 Grupo Setorial de Tecnologia da Informação
- 26.4 Ouvidoria
- 26.5 Comissão de Ética

**27 SECERTARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

- 27.1 Gabinete do Secretário
  - 27.1.1 Grupo de Planejamento Setorial
  - 27.1.2 Unidade Processante

- 27.1.3 Departamento de Administração
- 27.1.4 Assessoria Técnica
- 27.1.5 Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação
- 27.1.6 Ouvidoria
- 27.1.7 Comissão de Ética
- 27.1.8 Unidade de Imprensa
- 27.2 Diretoria de Apoio Logístico
- 27.3 Diretoria de Recursos Humanos
- 27.4 Diretoria de Tecnologia da Informação
- 27.5 Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias

## **B – ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (AI)**

### **1 ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA (AA)**

- 1.1 Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM)<sup>21</sup>
- 1.2 Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP)<sup>21</sup>
- 1.3 Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP)<sup>8</sup>
- 1.4 Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado (ARSEP)<sup>20</sup>
- 1.5 Caixa Beneficente da Polícia Militar (CBPM)<sup>10</sup>
- 1.6 Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETPS)<sup>12</sup>
- 1.7 Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE)<sup>9</sup>
- 1.8 Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (DAESP)<sup>8</sup>
- 1.9 Departamento de Estradas de Rodagem (DER)<sup>8</sup>
- 1.10 Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo (DHESP)<sup>8</sup>
- 1.11 Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA)<sup>2</sup>
- 1.12 Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP)<sup>2</sup>
- 1.13 Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP (HCUSP-RP)<sup>16</sup>
- 1.14 Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HCUSPS-SP)<sup>16</sup>
- 1.15 Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE)<sup>16</sup>
- 1.16 Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC)<sup>1</sup>
- 1.17 Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC)<sup>11</sup>
- 1.18 Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (IPEM)<sup>2</sup>
- 1.19 Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)<sup>2</sup>
- 1.20 Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP)<sup>17</sup>
- 1.21 Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN)<sup>16</sup>
- 1.22 Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO)<sup>14</sup>
- 1.23 Universidade Estadual Paulista (UNESP)<sup>2</sup>
- 1.24 Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)<sup>2</sup>
- 1.25 Universidade de São Paulo (USP)<sup>2</sup>
- 1.26 Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP)<sup>2</sup>
- 1.27 São Paulo Previdência (SPPREV)<sup>17</sup>

### **2 ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO FUNDACIONAL (AF)**

- 2.1 Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM)<sup>1</sup>
- 2.2 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)<sup>2</sup>
- 2.3 Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE)<sup>12</sup>
- 2.4 Fundação CASA<sup>11</sup>
- 2.5 Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (FUNAP)<sup>5</sup>
- 2.6 Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP)<sup>18</sup>
- 2.7 Fundação Florestal<sup>13</sup>

- 2.8 Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - (ITESP)<sup>11</sup>
- 2.9 Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON-SP)<sup>11</sup>
- 2.10 Fundação para o Remédio Popular (FURP)<sup>16</sup>
- 2.11 Memorial da América Latina<sup>3</sup>
- 2.12 Fundação Oncocentro de São Paulo(FOSP)<sup>16</sup>
- 2.13 Fundação Padre Anchieta<sup>3</sup>
- 2.14 Fundação Pró-Sangue<sup>16</sup>
- 2.15 Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)<sup>1</sup>
- 2.16 Fundação Parque Zoológico de São Paulo<sup>13</sup>
- 3 EMPRESAS PÚBLICAS (EP)**
- 3.1 Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU)<sup>7</sup>
- 3.2 Companhia Energética de São Paulo (CESP)<sup>20</sup>
- 3.3 Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB)<sup>13</sup>
- 3.4 Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP)<sup>15</sup>
- 3.5 Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COESP)<sup>17</sup>
- 3.6 Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS)<sup>1</sup>
- 3.7 Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)<sup>6</sup>
- 3.8 Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA)<sup>8</sup>
- 3.9 Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE)<sup>20</sup>
- 3.10 Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (EMPLASA)<sup>21</sup>
- 3.11 Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU/SP)<sup>6</sup>
- 3.12 Imprensa Oficial do Estado (IMESP)<sup>4</sup>
- 3.13 Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)<sup>2</sup>
- 3.14 Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ)<sup>6</sup>
- 3.15 Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP)<sup>18</sup>
- 3.16 Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)<sup>9</sup>
- 3.17 Companhia Paulista de Eventos e Turismo S.A (CEPTUR)<sup>19</sup>
- 3.18 Companhia Docas de São Sebastião<sup>8</sup>
- 3.19 Desenvolvimento São Paulo<sup>17</sup>
- 3.20 Investe São Paulo<sup>17</sup>

- NOTA:**
- <sup>1</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado Planejamento e Desenvolvimento Regional
  - <sup>2</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Econômico, Ciência e Tecnologia
  - <sup>3</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado da Cultura
  - <sup>4</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil
  - <sup>5</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
  - <sup>6</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos
  - <sup>7</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado da Habitação
  - <sup>8</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Logística e Transportes
  - <sup>9</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos
  - <sup>10</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública
  - <sup>11</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania
  - <sup>12</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado da Educação
  - <sup>13</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente
  - <sup>14</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Emprego e Relações do Trabalho
  - <sup>15</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento
  - <sup>16</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Saúde
  - <sup>17</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda
  - <sup>18</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Pública
  - <sup>19</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Turismo
  - <sup>20</sup>- Vinculada à Secretaria de Estado de Energia
  - <sup>21</sup>- Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano

# **ANEXO 1A**

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER  
ESTRUTURA BÁSICA****A – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL****1 Superintendência**

- 1.1 Gabinete
  - 1.1.1 Seção de Expediente
  - 1.1.2 Seção de Atividades Gerais
  - 1.1.3 Serviço de Divulgação e Publicação

**2 Procuradoria Jurídica**

- 2.1 Sub-Procuradoria Judicial Capital
- 2.2 Sub-Procuradoria Jurídica de Contratos e Transportes
- 2.3 Sub-Procuradoria Judicial Interior
- 2.4 Sub-Procuradoria Jurídica, Administrativa e Patrimonial
  - 2.4.1 Seção de Assuntos de Pessoal
  - 2.4.2 Seção de Assuntos Gerais
  - 2.4.3 Seção de Documentação
  - 2.4.4 Seção de Próprios
  - 2.4.5 Seção de Cobrança da Dívida Ativa
- 2.5 Serviços Administrativos

**3 Diretoria de Engenharia**

- 3.1 Assessoria de Projetos
  - 3.1.1 Equipe Técnica para Anteprojeto
  - 3.1.2 Equipe Técnica para Projeto
  - 3.1.3 Equipe Técnica para Projetos Estruturais
  - 3.1.4 Equipe Técnica para Projetos de Geotécnica
  - 3.1.5 Equipe Técnica para Manuais e Contratos
  - 3.1.6 Equipe Técnica para Laboratório Central
- 3.2 Assessoria de Construção
  - 3.2.1 Equipe Técnica para Administração de Contratos
  - 3.2.2 Equipe Técnica para Engenharia de Construção
  - 3.2.3 Equipe Técnica para Avaliação Imobiliária
- 3.3 Assessoria de Conservação
  - 3.3.1 Equipe Técnica para Planejamento de Conservação
  - 3.3.2 Equipe Técnica para Operação da Conservação
  - 3.3.3 Equipe Técnica para Reconstrução e Melhoramento
- 3.4 Assessoria de Segurança de Tráfego
  - 3.4.1 Equipe Técnica para Estudos de Tráfego
  - 3.4.2 Equipe Técnica para Comunicações e Controle de Tráfego
  - 3.4.3 Equipe Técnica para Segurança da Operação
  - 3.4.4 Equipe Técnica para Concessão e Atendimento de Utilidades
- 3.5 Divisão de Equipamento e Patrimônio
  - 3.5.1 Serviço de Equipamentos
  - 3.5.2 Serviço de Transportes Internos
    - 3.5.2.1 Seção de Manutenção
    - 3.5.2.2 Seção de Garagem
  - 3.5.3 Serviço de Próprios e Instalações

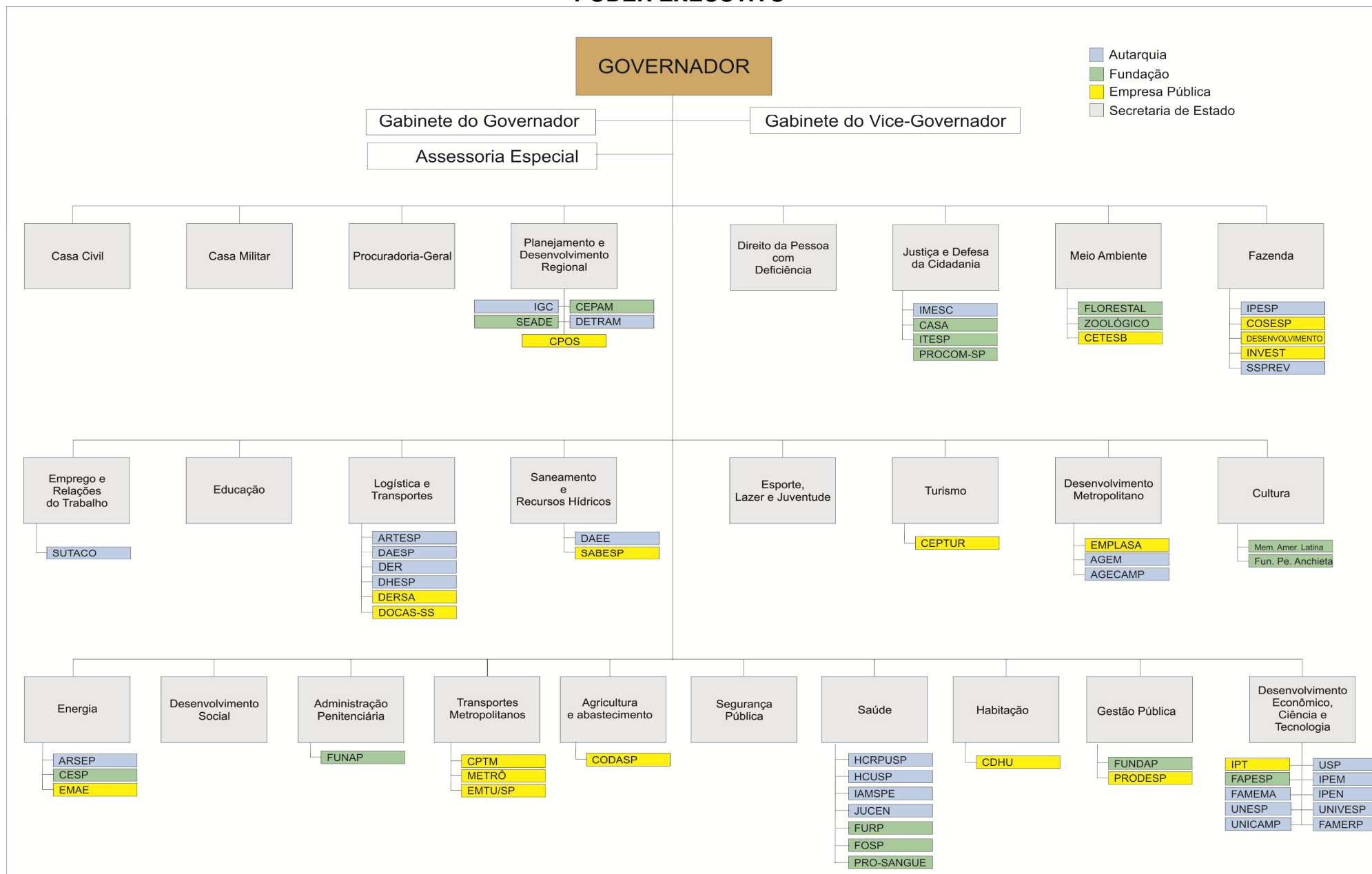
- 3.5.4 Serviço de Oficina Central
  - 3.5.4.1 Seção de Serviços Gerais
  - 3.5.4.2 Seção de Equipamento Leve
  - 3.5.4.3 Seção de Equipamento Pesado
  - 3.5.4.4 Seção de Controle e Apropriação
- 4 Diretoria de Planejamento**
  - 4.1 Assessoria de Planejamento
    - 4.1.1 Equipe de Assistentes Técnicos para Materiais
    - 4.1.2 Equipe de Assistentes Técnicos para Equipamentos e Instalações
    - 4.1.3 Equipe de Assistentes Técnicos para Organização Administrativa
    - 4.1.4 Equipe de Assistentes Técnicos para Engenharia Rodoviária
    - 4.1.5 Equipe de Assistentes Técnicos para Processamento de Dados
  - 4.2 Assessoria de Organização
  - 4.3 Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento
  - 4.4 UCPR - Unidade de Coordenação de Programas Rodoviários
- 5 Diretoria de Operações**
  - 5.1 Serviço Administrativo
    - 5.1.1 Seção de Expediente
    - 5.1.2 Seção de Controle de Contratos
    - 5.1.3 Seção de Assuntos Municipais
    - 5.1.4 Seção de Controle de Assuntos de Segurança Rodoviária
    - 5.1.5 Seção de Expediente do Batalhão de Polícia Rodoviária
  - 5.2 Divisão Regional
    - 5.2.1 Serviço de Administração
    - 5.2.2 Serviço de Assist. Rodoviária aos Municípios
    - 5.2.3 Serviço de Equipamento e Patrimônio
    - 5.2.4 Serviço de Operações
    - 5.2.5 Serviço de Assistência Técnica
  - 5.3 Assessoria Técnica
    - 5.3.1 Equipe de Assistentes Técnicos para Planejamento
    - 5.3.2 Equipe de Assistentes Técnicos para Contratação
  - 5.4 Divisão Norte
    - 5.4.1 Serviço de Tráfego e Pedágio
    - 5.4.2 Serviço de Administração
    - 5.4.3 Serviço de Conservação e Melhoramentos
  - 5.5 Divisão Oeste
    - 5.5.1 Serviço de Tráfego e Pedágio
    - 5.5.2 Serviço de Administração
    - 5.5.3 Serviço de Conservação e Melhoramentos
- 6 Diretoria de Transportes**
  - 6.1 Serviço de Transportes Coletivos
    - 6.1.1 Seção de Documentação
    - 6.1.2 Seção de Transportes Coletivos
    - 6.1.3 Seção de Controle Central
- 7 Divisão de Contabilidade e Finanças**
  - 7.1 Serviço de Contabilidade
  - 7.2 Serviço de Orçamento e Outros
  - 7.3 Serviço de Finanças
    - 7.3.1 Seção de Controle de Valores
    - 7.3.2 Seção de Programação e Controle Financeiro



- 7.3.3 Seção de Despesas Contratuais
- 7.3.4 Seção de Despesas Gerais
- 7.3.5 Seção de Receita
- 7.4 Serviço de Administração de Taxa Rodoviária**
  - 7.4.1 Seção de Fiscalização da Grande São Paulo
  - 7.4.2 Seção de Fiscalização do Interior
  - 7.4.3 Seção de Multas e Recursos
  - 7.4.4 Seção de Cadastro e Certidões
  - 7.4.5 Seção de Controle da Dívida Ativa
- 8. Diretoria de Administração**
  - 8.1 Divisão de Administração de Pessoal
  - 8.2 Serviço de Atividades Gerais
  - 8.3 Serviço de Abastecimento
    - 8.3.1 Seção de Remanejamento e Inspeção de Estoques
    - 8.3.2 Seção de Controle de Estoque
    - 8.3.3 Seção de Programação de Estoque
    - 8.3.4 Seção de Almoxarifado
  - 8.4 Serviço de Compras
    - 8.4.1 Seção de Compras por Convite
    - 8.4.2 Seção de Compras Dispensáveis de Licitação
    - 8.4.3 Seção de Compras por Tomada de Preços
    - 8.4.4 Seção de Compras por Concorrência
    - 8.4.5 Seção de Averbação e Processamento de Faturas
    - 8.4.6 Seção de Controle, Arquivo e Informações
  - 8.5 Seção de Expediente
- 9 Serviço de Auditoria**
  - 9.1 Equipe Técnica-I
  - 9.2 Equipe Técnica-II
  - 9.3 Equipe Técnica-III

# **ANEXO 2**

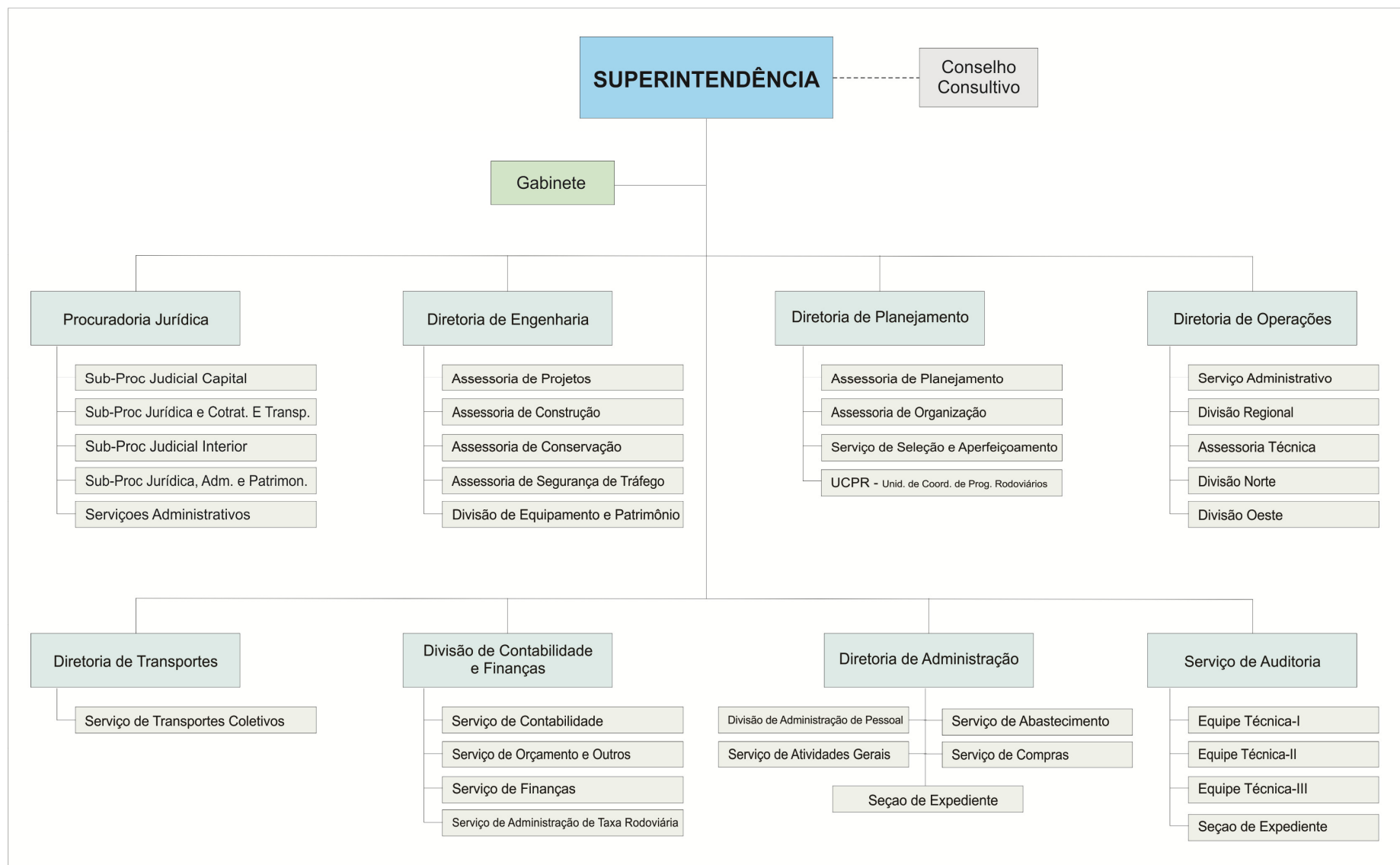
## ORGANOGRAMA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO PODER EXECUTIVO



# **ANEXO 2A**

## DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGENS - DER

### ORGANOGRAMA - ESTRUTURA BÁSICA



# **ANEXO 3**

# RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO 2008/2012 (Preços Correntes)

ESTADO DE SÃO PAULO - DEMONSTRATIVO FINANCEIRO					
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>120.920.509</b>	<b>131.428.390</b>	<b>149.373.064</b>	<b>159.225.823</b>	<b>172.866.153</b>
<b>1.0.0.0 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>107.688.074</b>	<b>113.618.045</b>	<b>131.045.311</b>	<b>142.312.289</b>	<b>152.648.275</b>
<b>1.1.0.0 - Receita Tributária</b>	<b>85.749.012</b>	<b>89.345.606</b>	<b>103.211.772</b>	<b>113.543.020</b>	<b>121.781.362</b>
<b>1.1.1.0 - Impostos</b>	<b>82.699.424</b>	<b>86.063.336</b>	<b>99.889.092</b>	<b>109.831.733</b>	<b>117.957.674</b>
1.1.1.1. - ICMS	74.394.503	76.513.317	89.517.091	98.390.265	105.288.967
1.1.1.2. - IPVA	7.705.328	8.864.249	9.391.224	10.437.321	11.403.657
1.1.1.3. - Outros	599.592	685.770	980.778	1.004.147	1.265.050
<b>1.1.3.0 - Taxas</b>	<b>3.049.585</b>	<b>3.282.268</b>	<b>3.322.679</b>	<b>3.711.283</b>	<b>3.823.680</b>
<b>1.1.4.0 - Contribuição de Melhoria</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>9</b>
<b>1.2.0.0 - Receita de Contribuições</b>	<b>2.959.097</b>	<b>3.163.963</b>	<b>3.379.993</b>	<b>3.759.444</b>	<b>4.393.179</b>
<b>1.3.0.0 - Receita Patrimonial</b>	<b>3.728.450</b>	<b>5.529.157</b>	<b>6.461.510</b>	<b>4.381.312</b>	<b>5.604.671</b>
<b>1.3.1.0 - Receitas Mobiliárias</b>	<b>2.606.193</b>	<b>2.145.644</b>	<b>2.556.286</b>	<b>3.320.160</b>	<b>3.871.576</b>
<b>1.3.2.0 - Imobiliárias</b>	<b>68.263</b>	<b>76.673</b>	<b>106.793</b>	<b>63.038</b>	<b>60.006</b>
<b>1.3.3.0 - Outras</b>	<b>1.053.994</b>	<b>3.306.839</b>	<b>3.798.431</b>	<b>998.113</b>	<b>1.673.088</b>
<b>1.4.0.0 - Receita Agropecuária</b>	<b>20.609</b>	<b>19.998</b>	<b>20.553</b>	<b>25.091</b>	<b>22.815</b>
<b>1.5.0.0 - Receita Industrial</b>	<b>154.350</b>	<b>151.501</b>	<b>167.782</b>	<b>166.537</b>	<b>182.166</b>
<b>1.6.0.0 - Receita de Serviços</b>	<b>1.839.842</b>	<b>1.860.047</b>	<b>2.250.906</b>	<b>2.600.181</b>	<b>2.506.763</b>
<b>1.7.0.0 - Transferências Correntes</b>	<b>9.908.846</b>	<b>10.250.996</b>	<b>11.626.773</b>	<b>13.024.114</b>	<b>12.899.895</b>
<b>1.7.1.0 - Transferências da União</b>	<b>9.766.633</b>	<b>10.079.842</b>	<b>11.432.351</b>	<b>12.808.966</b>	<b>12.664.104</b>
1.7.1.1. - FPE	383.505	362.064	390.241	480.702	495.646
1.7.1.2. - Outras Transferências da União	9.383.128	9.717.778	11.042.110	12.328.264	12.168.459
<b>1.7.2.0 - Transferências de Convênios</b>	<b>123.452</b>	<b>164.541</b>	<b>147.060</b>	<b>179.957</b>	<b>220.968</b>
<b>1.7.3.0 - Outras Transferências</b>	<b>18.761</b>	<b>6.612</b>	<b>47.363</b>	<b>35.191</b>	<b>14.823</b>
<b>1.8.0.0 - Outras Receitas Correntes</b>	<b>3.327.869</b>	<b>3.296.777</b>	<b>3.926.022</b>	<b>4.812.592</b>	<b>5.257.424</b>
<b>1.8.1.0 - Receita da Dívida Ativa</b>	<b>160.682</b>	<b>228.842</b>	<b>303.913</b>	<b>515.597</b>	<b>727.169</b>
<b>1.8.2.0 - Demais Receitas Correntes</b>	<b>3.167.187</b>	<b>3.067.935</b>	<b>3.622.109</b>	<b>4.296.995</b>	<b>4.530.254</b>
<b>1.9.0.0 - Rec. Corrente Intra-Orçamen.</b>	<b>10.769.333</b>	<b>11.561.954</b>	<b>12.569.761</b>	<b>14.456.519</b>	<b>17.440.329</b>
<b>2.0.0.0 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.938.088</b>	<b>5.460.118</b>	<b>4.564.468</b>	<b>1.436.380</b>	<b>1.914.794</b>
<b>2.1.0.0 - Operações de Crédito</b>	<b>938.637</b>	<b>1.957.303</b>	<b>1.587.823</b>	<b>1.196.759</b>	<b>790.014</b>
<b>2.1.1.0 - Operações de Crédito Interno</b>	<b>429.671</b>	<b>1.091.503</b>	<b>335.278</b>	<b>111.084</b>	<b>321.177</b>
<b>2.1.2.0 - Operações de Crédito Externo</b>	<b>508.966</b>	<b>865.800</b>	<b>1.252.544</b>	<b>1.085.675</b>	<b>468.837</b>
<b>2.2.0.0 - Alienação de Bens</b>	<b>421.599</b>	<b>3.235.018</b>	<b>2.800.773</b>	<b>49.468</b>	<b>1.026.105</b>
<b>2.3.0.0 - Amortização de Empréstimos</b>	<b>5.482</b>	<b>3.667</b>	<b>5.884</b>	<b>5.031</b>	<b>12.409</b>
<b>2.4.0.0 - Transferências de Capital</b>	<b>157.702</b>	<b>179.276</b>	<b>135.506</b>	<b>129.257</b>	<b>62.828</b>
<b>2.5.0.0 - Outras Receitas de Capital</b>	<b>414.669</b>	<b>84.855</b>	<b>34.483</b>	<b>55.866</b>	<b>23.438</b>
<b>2.6.0.0 - Rec. de Capit. Intra-Orçamen.</b>	<b>525.014</b>	<b>788.273</b>	<b>1.193.524</b>	<b>1.020.634</b>	<b>862.756</b>
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>120.734.533</b>	<b>130.760.670</b>	<b>147.056.059</b>	<b>159.949.788</b>	<b>173.106.699</b>
<b>3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>106.692.664</b>	<b>112.195.654</b>	<b>126.050.054</b>	<b>140.642.804</b>	<b>156.162.936</b>
<b>3.1.0.0 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>39.995.270</b>	<b>42.533.759</b>	<b>46.542.501</b>	<b>51.416.487</b>	<b>57.978.306</b>
<b>3.2.0.0 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>5.980.094</b>	<b>5.757.555</b>	<b>6.216.035</b>	<b>7.100.956</b>	<b>7.701.378</b>
<b>3.2.1.0 - Da Dívida Interna</b>	<b>5.980.094</b>	<b>5.757.555</b>	<b>6.216.035</b>	<b>7.100.956</b>	<b>7.701.378</b>
<b>3.2.2.0 - Da Dívida Externa</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3.3.0.0 - Transferência para Municípios</b>	<b>23.682.774</b>	<b>24.668.104</b>	<b>28.439.493</b>	<b>31.604.177</b>	<b>33.834.451</b>
<b>3.4.0.0 - Outras Despesas de Custeio</b>	<b>37.034.526</b>	<b>39.236.236</b>	<b>44.852.024</b>	<b>50.521.185</b>	<b>56.648.801</b>
<b>4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>14.041.869</b>	<b>18.565.016</b>	<b>21.006.005</b>	<b>19.306.984</b>	<b>16.943.763</b>
<b>4.1.0.0 - Investimentos</b>	<b>6.992.323</b>	<b>10.289.699</b>	<b>12.641.410</b>	<b>9.684.421</b>	<b>8.101.099</b>
<b>4.2.0.0 - Inversões Financeiras</b>	<b>4.823.850</b>	<b>4.908.420</b>	<b>4.713.424</b>	<b>5.484.620</b>	<b>4.059.768</b>
<b>4.3.0.0 - Transferências de Capital</b>	<b>2.225.696</b>	<b>3.366.896</b>	<b>3.651.171</b>	<b>4.137.942</b>	<b>4.782.896</b>
<b>4.3.1.0 - Amortizações</b>	<b>2.225.696</b>	<b>3.366.896</b>	<b>3.651.171</b>	<b>4.137.942</b>	<b>4.782.896</b>
4.3.1.1. - Da Dívida Interna	2.225.696	3.366.896	3.651.171	4.137.942	4.782.896
4.3.1.2. - Da Dívida Externa	0	0	0	0	0
<b>SUPERÁVIT/DEFICIT</b>	<b>185.975</b>	<b>667.720</b>	<b>2.317.005</b>	<b>-723.965</b>	<b>-240.546</b>
<b>CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO</b>					
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>120.920.509</b>	<b>131.428.390</b>	<b>149.373.064</b>	<b>159.225.823</b>	<b>172.866.153</b>
<b>1.3.1.0 - Receitas Mobiliárias</b>	<b>-2.606.193</b>	<b>-2.145.644</b>	<b>-2.556.286</b>	<b>-3.320.160</b>	<b>-3.871.576</b>
<b>2.1.0.0 - Operações de Crédito</b>	<b>-938.637</b>	<b>-1.957.303</b>	<b>-1.587.823</b>	<b>-1.196.759</b>	<b>-790.014</b>
<b>2.2.0.0 - Alienação de Bens</b>	<b>-421.599</b>	<b>-3.235.018</b>	<b>-2.800.773</b>	<b>-49.468</b>	<b>-1.026.105</b>
<b>2.3.0.0 - Amortização de Empréstimos</b>	<b>-5.482</b>	<b>-3.667</b>	<b>-5.884</b>	<b>-5.031</b>	<b>-12.409</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>116.948.599</b>	<b>124.086.758</b>	<b>142.422.299</b>	<b>154.654.405</b>	<b>167.166.049</b>
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>120.734.533</b>	<b>130.760.670</b>	<b>147.056.059</b>	<b>159.949.788</b>	<b>173.106.699</b>
<b>3.2.0.0 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>-5.980.094</b>	<b>-5.757.555</b>	<b>-6.216.035</b>	<b>-7.100.956</b>	<b>-7.701.378</b>
<b>4.3.1.0 - Amortizações</b>	<b>-2.225.696</b>	<b>-3.366.896</b>	<b>-3.651.171</b>	<b>-4.137.942</b>	<b>-4.782.896</b>
<b>Restos a pagar n/processados</b>	<b>3.345</b>	<b>4.080</b>	<b>5.419</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DESPESAS LÍQUIDAS</b>	<b>112.532.088</b>	<b>121.640.299</b>	<b>137.194.272</b>	<b>148.710.890</b>	<b>160.622.425</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>4.416.510</b>	<b>2.446.460</b>	<b>5.228.027</b>	<b>5.943.516</b>	<b>6.543.624</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO MÉDIO</b>	<b>4.416.510</b>	<b>3.431.485</b>	<b>4.030.332</b>	<b>4.508.628</b>	<b>4.915.627</b>

OBS: Resultado Primário médio de 2008/2012 seria suficiente para pagar a amortização e parte dos juros da dívida. O Tesouro Nacional classificaria o ESP como "B" e requereria garantias equivalentes a 125% do valor da Operação a ser contratada pelo ESP

Taxa de câmbio US\$/R\$ 1,6662

# **ANEXO 4**



# RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2008/2012 (a preços de 2012)

EM Mil R\$!

ESTADO DE SAO PAULO - DEMONSTRATIVO FINANCEIRO					
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
<b>RECEITA ORCAMENTARIA</b>	<b>150.567.776</b>	<b>166.025.382</b>	<b>169.596.237</b>	<b>172.117.826</b>	<b>172.866.153</b>
<b>1.0.0.0 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>134.091.015</b>	<b>143.526.671</b>	<b>148.787.144</b>	<b>153.834.858</b>	<b>152.648.275</b>
<b>1.1.0.0 - Receita Tributária</b>	<b>106.772.938</b>	<b>112.864.796</b>	<b>117.185.306</b>	<b>122.736.233</b>	<b>121.781.362</b>
<b>1.1.1.0 - Impostos</b>	<b>102.975.653</b>	<b>108.718.506</b>	<b>113.412.778</b>	<b>118.724.455</b>	<b>117.957.674</b>
1.1.1.1. - ICMS	92.634.533	96.654.556	101.636.542	106.356.608	105.288.967
1.1.1.2. - IPVA	9.594.519	11.197.659	10.662.673	11.282.397	11.403.657
1.1.1.3. - Outros	746.600	866.290	1.113.562	1.085.450	1.265.050
<b>1.1.3.0 - Taxas</b>	<b>3.797.282</b>	<b>4.146.287</b>	<b>3.772.526</b>	<b>4.011.773</b>	<b>3.823.680</b>
<b>1.1.4.0 - Contribuição de Melhoria</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>9</b>
<b>1.2.0.0 - Receita de Contribuições</b>	<b>3.684.608</b>	<b>3.996.839</b>	<b>3.837.601</b>	<b>4.063.834</b>	<b>4.393.179</b>
<b>1.3.0.0 - Receita Patrimonial</b>	<b>4.642.591</b>	<b>6.984.643</b>	<b>7.336.315</b>	<b>4.736.052</b>	<b>5.604.671</b>
<b>1.3.1.0 - Receitas Mobiliárias</b>	<b>3.245.179</b>	<b>2.710.460</b>	<b>2.902.374</b>	<b>3.588.983</b>	<b>3.871.576</b>
<b>1.3.2.0 - Imobiliárias</b>	<b>85.000</b>	<b>96.857</b>	<b>121.252</b>	<b>68.142</b>	<b>60.006</b>
<b>1.3.3.0 - Outras</b>	<b>1.312.412</b>	<b>4.177.326</b>	<b>4.312.690</b>	<b>1.078.928</b>	<b>1.673.088</b>
<b>1.4.0.0 - Receita Agropecuária</b>	<b>25.662</b>	<b>25.263</b>	<b>23.335</b>	<b>27.122</b>	<b>22.815</b>
<b>1.5.0.0 - Receita Industrial</b>	<b>192.193</b>	<b>191.382</b>	<b>190.497</b>	<b>180.021</b>	<b>182.166</b>
<b>1.6.0.0 - Receita de Serviços</b>	<b>2.290.934</b>	<b>2.349.683</b>	<b>2.555.650</b>	<b>2.810.709</b>	<b>2.506.763</b>
<b>1.7.0.0 - Transferências Correntes</b>	<b>12.338.295</b>	<b>12.949.451</b>	<b>13.200.887</b>	<b>14.078.634</b>	<b>12.899.895</b>
<b>1.7.1.0 - Transferências da União</b>	<b>12.161.214</b>	<b>12.733.243</b>	<b>12.980.143</b>	<b>13.846.067</b>	<b>12.664.104</b>
1.7.1.1. - FPE	477.533	457.373	443.075	519.623	495.646
1.7.1.2. - Outras Transferências da União	11.683.681	12.275.870	12.537.068	13.326.444	12.168.459
<b>1.7.2.0 - Transferências de Convênios</b>	<b>153.720</b>	<b>207.855</b>	<b>166.970</b>	<b>194.527</b>	<b>220.968</b>
<b>1.7.3.0 - Outras Transferências</b>	<b>23.361</b>	<b>8.352</b>	<b>53.775</b>	<b>38.040</b>	<b>14.823</b>
<b>1.8.0.0 - Outras Receitas Correntes</b>	<b>4.143.795</b>	<b>4.164.615</b>	<b>4.457.554</b>	<b>5.202.252</b>	<b>5.257.424</b>
<b>1.8.1.0 - Receita da Dívida Ativa</b>	<b>200.078</b>	<b>289.082</b>	<b>345.058</b>	<b>557.343</b>	<b>727.169</b>
<b>1.8.2.0 - Demais Receitas Correntes</b>	<b>3.943.718</b>	<b>3.875.533</b>	<b>4.112.495</b>	<b>4.644.909</b>	<b>4.530.254</b>
<b>1.9.0.0 - Rec. Corrente Intra-Orcamen.</b>	<b>13.409.755</b>	<b>14.605.504</b>	<b>14.271.543</b>	<b>15.627.017</b>	<b>17.440.329</b>
<b>2.0.0.0 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.413.268</b>	<b>6.897.431</b>	<b>5.182.438</b>	<b>1.552.679</b>	<b>1.914.794</b>
<b>2.1.0.0 - Operações de Crédito</b>	<b>1.168.771</b>	<b>2.472.540</b>	<b>1.802.793</b>	<b>1.293.657</b>	<b>790.014</b>
<b>2.1.1.0 - Operações de Crédito Interno</b>	<b>535.018</b>	<b>1.378.828</b>	<b>380.671</b>	<b>120.078</b>	<b>321.177</b>
<b>2.1.2.0 - Operações de Crédito Externo</b>	<b>633.754</b>	<b>1.093.711</b>	<b>1.422.123</b>	<b>1.173.579</b>	<b>468.837</b>
<b>2.2.0.0 - Alienação de Bens</b>	<b>524.966</b>	<b>4.086.599</b>	<b>3.179.961</b>	<b>53.473</b>	<b>1.026.105</b>
<b>2.3.0.0 - Amortização de Empréstimos</b>	<b>6.826</b>	<b>4.632</b>	<b>6.681</b>	<b>5.438</b>	<b>12.409</b>
<b>2.4.0.0 - Transferências de Capital</b>	<b>196.367</b>	<b>226.468</b>	<b>153.852</b>	<b>139.722</b>	<b>62.828</b>
<b>2.5.0.0 - Outras Receitas de Capital</b>	<b>516.337</b>	<b>107.192</b>	<b>39.151</b>	<b>60.389</b>	<b>23.438</b>
<b>2.6.0.0 - Rec. de Capit. Intra-Orcamen.</b>	<b>653.737</b>	<b>995.777</b>	<b>1.355.112</b>	<b>1.103.272</b>	<b>862.756</b>
<b>DESPESA ORCAMENTARIA</b>	<b>150.336.203</b>	<b>165.181.893</b>	<b>166.965.539</b>	<b>172.900.408</b>	<b>173.106.699</b>
<b>3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>132.851.551</b>	<b>141.729.853</b>	<b>143.115.594</b>	<b>152.030.200</b>	<b>156.162.936</b>
<b>3.1.0.0 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>49.801.303</b>	<b>53.730.276</b>	<b>52.843.752</b>	<b>55.579.514</b>	<b>57.978.306</b>
<b>3.2.0.0 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>7.446.293</b>	<b>7.273.165</b>	<b>7.057.605</b>	<b>7.675.897</b>	<b>7.701.378</b>
<b>3.2.1.0 - Da Dívida Interna</b>	<b>7.446.293</b>	<b>7.273.165</b>	<b>7.057.605</b>	<b>7.675.897</b>	<b>7.701.378</b>
<b>3.2.2.0 - Da Dívida Externa</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3.3.0.0 - Transferência para Municípios</b>	<b>29.489.312</b>	<b>31.161.695</b>	<b>32.289.831</b>	<b>34.163.066</b>	<b>33.834.451</b>
<b>3.4.0.0 - Outras Despesas de Custeio</b>	<b>46.114.644</b>	<b>49.564.718</b>	<b>50.924.405</b>	<b>54.611.723</b>	<b>56.648.801</b>
<b>4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>17.484.652</b>	<b>23.452.040</b>	<b>23.849.946</b>	<b>20.870.208</b>	<b>16.943.763</b>
<b>4.1.0.0 - Investimentos</b>	<b>8.706.699</b>	<b>12.998.342</b>	<b>14.352.893</b>	<b>10.468.537</b>	<b>8.101.099</b>
<b>4.2.0.0 - Inversões Financeiras</b>	<b>6.006.561</b>	<b>6.200.505</b>	<b>5.351.561</b>	<b>5.928.692</b>	<b>4.059.768</b>
<b>4.3.0.0 - Transferências de Capital</b>	<b>2.771.392</b>	<b>4.253.192</b>	<b>4.145.492</b>	<b>4.472.978</b>	<b>4.782.896</b>
<b>4.3.1.0 - Amortizações</b>	<b>2.771.392</b>	<b>4.253.192</b>	<b>4.145.492</b>	<b>4.472.978</b>	<b>4.782.896</b>
4.3.1.1. - Da Dívida Interna	2.771.392	4.253.192	4.145.492	4.472.978	4.782.896
4.3.1.2. - Da Dívida Externa	0	0	0	0	0
<b>SUPERAVIT/DEFICIT</b>	<b>231.573</b>	<b>843.489</b>	<b>2.630.698</b>	<b>-782.582</b>	<b>-240.546</b>
<b>CALCULO DO RESULTADO PRIMARIO</b>					
<b>RECEITA ORCAMENTARIA</b>	<b>150.567.776</b>	<b>166.025.382</b>	<b>169.596.237</b>	<b>172.117.826</b>	<b>172.866.153</b>
<b>1.3.1.0 - Receitas Mobiliárias</b>	<b>-3.245.179</b>	<b>-2.710.460</b>	<b>-2.902.374</b>	<b>-3.588.983</b>	<b>-3.871.576</b>
<b>2.1.0.0 - Operações de Crédito</b>	<b>-1.168.771</b>	<b>-2.472.540</b>	<b>-1.802.793</b>	<b>-1.293.657</b>	<b>-790.014</b>
<b>2.2.0.0 - Alienação de Bens</b>	<b>-524.966</b>	<b>-4.086.599</b>	<b>-3.179.961</b>	<b>-53.473</b>	<b>-1.026.105</b>
<b>2.3.0.0 - Amortização de Empréstimos</b>	<b>-6.826</b>	<b>-4.632</b>	<b>-6.681</b>	<b>-5.438</b>	<b>-12.409</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>145.622.033</b>	<b>156.751.152</b>	<b>161.704.429</b>	<b>167.176.275</b>	<b>167.166.049</b>
<b>DESPESA ORCAMENTARIA</b>	<b>150.336.203</b>	<b>165.181.893</b>	<b>166.965.539</b>	<b>172.900.408</b>	<b>173.106.699</b>
<b>3.2.0.0 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>-7.446.293</b>	<b>-7.273.165</b>	<b>-7.057.605</b>	<b>-7.675.897</b>	<b>-7.701.378</b>
<b>4.3.1.0 - Amortizações</b>	<b>-2.771.392</b>	<b>-4.253.192</b>	<b>-4.145.492</b>	<b>-4.472.978</b>	<b>-4.782.896</b>
<b>Restos a pagar n/processados</b>	<b>4.225</b>	<b>5.080</b>	<b>6.153</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DESPESAS LÍQUIDAS</b>	<b>140.118.519</b>	<b>153.655.536</b>	<b>155.762.442</b>	<b>160.751.532</b>	<b>160.622.425</b>
<b>RESULTADO PRIMARIO</b>	<b>5.503.514</b>	<b>3.095.616</b>	<b>5.941.987</b>	<b>6.424.743</b>	<b>6.543.624</b>
<b>RESULTADO PRIMARIO MEDIO</b>	<b>5.503.514</b>	<b>4.299.565</b>	<b>4.847.039</b>	<b>5.241.465</b>	<b>5.501.897</b>

OBS: Resultado Primario medio de 2008/2012 seria suficiente para pagar a amortização e parte dos juros da dívida. O Tesouro Nacional classificaria o ESP como "B" e requereria garantias equivalentes a 125% do valor da Operação a ser contratada pelo ESP

taxa de cambio US\$/R\$ 1,6662

INFLAÇÃO IGP-DI (FGV)		
ANO	% (variação anual)	% (variação acumulada)
2008	09,10	404,185
2009	-01,43	398,407
2010	11,30	443,270
2011	05,00	465,586
2012	08,10	503,283

# **ANEXO 5**

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2008-2012 (Preços Correntes)**

Em Mil Reais

DISCRIMINAÇÃO	ANOS				
	2008	2009	2010	2011	2012
<b>1- ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>26.616.877</b>	<b>29.047.300</b>	<b>39.975.428</b>	<b>55.487.969</b>	<b>45.291.870</b>
<b>DISPONIVEL</b>	<b>19.114.437</b>	<b>20.947.775</b>	<b>26.443.521</b>	<b>32.948.147</b>	<b>31.535.502</b>
Caixa	732	806	2.097	2.351	1.639
Bancos Conta Movimento	644.449	2.019.307	3.019.344	2.662.319	2.952.708
Aplicações Financeiras	18.465.623	18.927.361	23.421.563	30.283.471	28.571.087
Disponível em Moeda estrangeira	3.633	301	516	6	10.069
<b>CREDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>5.054.322</b>	<b>5.252.344</b>	<b>10.546.652</b>	<b>16.790.544</b>	<b>10.630.737</b>
Créditos a Receber	2.704.581	3.362.051	3.470.452	3.695.313	6.432.967
Depósitos Realizáveis a C. Prazo	1.813.926	1.234.620	6.263.453	12.116.672	3.165.886
Outros Valores Realizáveis	242.477	234.993	192.999	174.992	151.710
Valores Diferidos	293.339	420.680	619.748	803.567	880.175
<b>VALORES PENDENTES C. PRAZO</b>	<b>1.236.899</b>	<b>1.623.914</b>	<b>1.759.049</b>	<b>4.528.558</b>	<b>1.910.551</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO A L. PRAZO</b>	<b>1.211.220</b>	<b>1.223.267</b>	<b>1.226.207</b>	<b>1.220.719</b>	<b>1.215.079</b>
<b>2- ATIVO NÃO FINANCEIRO</b>	<b>194.596.820</b>	<b>231.346.237</b>	<b>314.952.224</b>	<b>328.224.189</b>	<b>248.543.022</b>
<b>REALIZAVEL A C. PRAZO</b>	<b>3.656.181</b>	<b>8.172.948</b>	<b>7.165.275</b>	<b>8.835.397</b>	<b>9.840.619</b>
Créditos em Circulação	0	2.646.891	373.467	255.910	353.760
Bens e Valores em Circulação	3.656.181	5.526.056	6.791.807	8.579.487	9.486.859
<b>VALORES PENDENTES C. PRAZO</b>	<b>0</b>	<b>13.078</b>	<b>13.039</b>	<b>14.401</b>	<b>14.356</b>
Outros Valores Pend. Curto Prazo	0	13.078	13.039	14.401	14.356
<b>REALIZAVEL A L. PRAZO</b>	<b>107.233.074</b>	<b>138.484.264</b>	<b>214.236.514</b>	<b>210.158.569</b>	<b>120.433.267</b>
Depósitos Realizáveis a L. Prazo	34.793	34.974	35.054	35.098	34.988
Créditos Realizáveis a L. Prazo	107.198.281	138.449.290	214.201.459	210.123.471	120.398.279
<b>Dívida Ativa</b>	<b>92.796.847</b>	<b>121.379.034</b>	<b>198.383.767</b>	<b>193.440.164</b>	<b>114.136.625</b>
Outros	14.401.434	17.070.256	15.817.693	16.683.307	6.261.654
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>83.707.565</b>	<b>84.675.948</b>	<b>93.537.397</b>	<b>109.215.822</b>	<b>118.254.780</b>
Investimentos	59.641.121	57.551.022	62.002.516	74.464.101	80.680.327
<b>Part.Societárias/B. Intangíveis</b>	<b>56.503.650</b>	<b>57.528.034</b>	<b>61.931.316</b>	<b>74.387.315</b>	<b>80.608.638</b>
Outros Investimentos	3.137.472	22.989	71.200	76.786	71.689
<b>Provisão p/Perdas Prováveis</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Imobilizado	24.053.948	27.116.918	31.527.255	34.744.460	37.567.426
<b>Bens Móveis e Imóveis</b>	<b>25.340.436</b>	<b>28.441.112</b>	<b>32.914.877</b>	<b>36.164.495</b>	<b>39.036.285</b>
Títulos, Valores B. Intangíveis	17.765	26.788	27.713	27.595	28.198
Depreci., Amortizações, Etc.	-1.304.252	-1.350.983	-1.415.336	-1.447.630	-1.497.056
Valores Diferidos	12.495	8.008	7.626	7.261	7.026
<b>3- ATIVO REAL (1 + 2)</b>	<b>221.213.698</b>	<b>260.393.537</b>	<b>354.927.653</b>	<b>383.712.158</b>	<b>293.834.892</b>
<b>4- PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>25.260.474</b>	<b>26.783.764</b>	<b>31.558.685</b>	<b>38.552.967</b>	<b>33.854.113</b>
Depósitos em Consignação	880.568	892.765	937.489	1.556.340	5.341.821
Depósitos de Diversas Origens	1.280.819	1.308.439	1.907.911	2.539.465	0
Restos a Pagar Processados	15.150.942	9.474.138	18.417.970	20.727.634	15.725.418
Restos a Pagar Não Processados	3.344.873	4.080.003	5.419.178	6.904.612	10.482.941
Credores Diversos	901.041	0	928.585	886.154	0
Outras Obrigações a Pagar	968.306	8.618.511	1.316.577	3.477.900	42.871
Valores Pendentes a C. Prazo	2.733.926	2.409.357	2.630.423	2.460.310	2.232.480
Passiv Financeiro L. Prazo	0	551	551	551	28.582
<b>5- PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>	<b>173.444.033</b>	<b>175.371.769</b>	<b>193.371.305</b>	<b>214.617.531</b>	<b>216.625.620</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>19.583.071</b>	<b>18.868.927</b>	<b>18.743.892</b>	<b>17.483.335</b>	<b>15.960.917</b>
Outros Débitos a Pagar Precatórios	16.615.199	18.852.731	18.731.588	17.472.490	15.950.265
Outros Débitos a Pagar	2.967.872	16.196	12.305	10.845	10.652
<b>VALORES PENDENTES C. PRAZO</b>	<b>0</b>	<b>1.651.884</b>	<b>2.498.896</b>	<b>3.313.237</b>	<b>4.302.765</b>
<b>EXIGIVEL A L. PRAZO</b>	<b>153.860.963</b>	<b>154.850.957</b>	<b>172.128.516</b>	<b>193.820.959</b>	<b>196.361.938</b>
Obrigações Exigíveis a L. Prazo	153.860.963	154.850.957	172.128.516	193.820.959	196.361.938
<b>Operações de Crédito-Interno</b>	<b>150.251.954</b>	<b>148.966.516</b>	<b>165.253.044</b>	<b>174.028.494</b>	<b>185.752.364</b>
<b>Operações de Crédito-Externo</b>	<b>3.609.009</b>	<b>3.255.056</b>	<b>4.294.529</b>	<b>5.824.252</b>	<b>6.318.330</b>
Outras Exigibilidades	0	2.629.386	2.580.943	13.968.213	4.291.244
<b>RESULTADO DE EXER. FUTUROS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>6 - PASSIVO REAL (4 + 5)</b>	<b>198.704.508</b>	<b>202.155.533</b>	<b>224.929.989</b>	<b>253.170.499</b>	<b>250.479.732</b>
<b>7- SALDO PATRIMONIAL (3 - 6)</b>	<b>22.509.190</b>	<b>58.238.004</b>	<b>129.997.663</b>	<b>130.541.659</b>	<b>43.355.160</b>

Obs.: Todos os valores considerados ao final do exercício (ano civil).

Taxa de câmbio US\$/R\$ 1,6662

INFLAÇÃO IGP-DI (FGV)		
ANO	% (variação anual)	% (variação acumulada)
2008	09,10	404,185
2009	-01,43	398,407
2010	11,30	443,270
2011	05,00	465,586
2012	08,10	503,283

# **ANEXO 6**

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2008/2012 (Preços de 2012)**

Em Mil Reais

DISCRIMINAÇÃO	ANOS				
	2008	2009	2010	2011	2012
<b>1- ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>33.142.798</b>	<b>36.693.663</b>	<b>45.387.582</b>	<b>59.980.651</b>	<b>45.291.870</b>
<b>DISPONIVEL</b>	<b>23.800.911</b>	<b>26.462.033</b>	<b>30.023.630</b>	<b>35.615.852</b>	<b>31.535.502</b>
Caixa	911	1.018	2.381	2.541	1.639
Bancos Conta Movimento	802.454	2.550.866	3.428.124	2.877.879	2.952.708
Aplicações Financeiras	22.993.021	23.909.768	26.592.538	32.735.426	28.571.087
Disponível em Moeda estrangeira	4.524	381	586	6	10.069
<b>CREDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>6.293.540</b>	<b>6.634.962</b>	<b>11.974.532</b>	<b>18.150.021</b>	<b>10.630.737</b>
Créditos a Receber	3.367.689	4.247.071	3.940.306	3.994.511	6.432.967
Depósitos Realizáveis a C. Prazo	2.258.664	1.559.620	7.111.443	13.097.720	3.165.886
Outros Valores Realizáveis	301.927	296.852	219.129	189.161	151.710
Valores Diferidos	365.260	531.419	703.654	868.629	880.175
<b>VALORES PENDENTES C. PRAZO</b>	<b>1.540.162</b>	<b>2.051.391</b>	<b>1.997.201</b>	<b>4.895.221</b>	<b>1.910.551</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO A L. PRAZO</b>	<b>1.508.186</b>	<b>1.545.278</b>	<b>1.392.219</b>	<b>1.319.557</b>	<b>1.215.079</b>
<b>2- ATIVO NÃO FINANCEIRO</b>	<b>242.308.031</b>	<b>292.245.438</b>	<b>357.592.664</b>	<b>354.799.446</b>	<b>248.543.022</b>
<b>REALIZAVEL A C. PRAZO</b>	<b>4.552.603</b>	<b>10.324.381</b>	<b>8.135.360</b>	<b>9.550.771</b>	<b>9.840.619</b>
Créditos em Circulação	0	3.343.655	424.030	276.630	353.760
Bens e Valores em Circulação	4.552.603	6.980.726	7.711.330	9.274.141	9.486.859
<b>VALORES PENDENTES C. PRAZO</b>	<b>0</b>	<b>16.520</b>	<b>14.805</b>	<b>15.567</b>	<b>14.356</b>
Outros Valores Pend. C. Prazo	0	16.520	14.805	15.567	14.356
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>133.524.458</b>	<b>174.938.633</b>	<b>243.241.355</b>	<b>227.174.432</b>	<b>120.433.267</b>
Depósitos Realizáveis a L. Prazo	43.323	44.180	39.800	37.940	34.988
Créditos Realizáveis a L. Prazo	133.481.135	174.894.453	243.201.555	227.136.492	120.398.279
<b>Dívida Ativa</b>	<b>115.548.760</b>	<b>153.330.650</b>	<b>225.242.352</b>	<b>209.102.392</b>	<b>114.136.625</b>
Outros	17.932.375	21.563.802	17.959.203	18.034.101	6.261.654
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>104.230.970</b>	<b>106.965.904</b>	<b>106.201.145</b>	<b>118.058.676</b>	<b>118.254.780</b>
Investimentos	74.263.920	72.700.658	70.396.852	80.493.220	80.680.327
<b>Partic.Societárias/B. Intangíveis</b>	<b>70.357.204</b>	<b>72.671.618</b>	<b>70.316.012</b>	<b>80.410.217</b>	<b>80.608.638</b>
Outros Investimentos	3.906.716	29.040	80.840	83.003	71.689
<b>Provisão p/Perdas Prováveis</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Imobilizado	29.951.491	34.255.130	35.795.635	37.557.607	37.567.426
<b>Bens Móveis e Imóveis</b>	<b>31.553.399</b>	<b>35.927.903</b>	<b>37.371.124</b>	<b>39.092.618</b>	<b>39.036.285</b>
Títulos, Valores e B. Intangíveis	22.120	33.840	31.465	29.829	28.198
Depreci., Amortizações, Etc.	-1.624.028	-1.706.613	-1.606.954	-1.564.840	-1.497.056
Valores Diferidos	15.559	10.116	8.658	7.849	7.026
<b>3- ATIVO REAL (1 + 2)</b>	<b>275.450.829</b>	<b>328.939.101</b>	<b>402.980.247</b>	<b>414.780.096</b>	<b>293.834.892</b>
<b>4- PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>31.453.832</b>	<b>33.834.278</b>	<b>35.831.321</b>	<b>41.674.477</b>	<b>33.854.113</b>
Depósitos em Consignação	1.096.466	1.127.775	1.064.412	1.682.352	5.341.821
Depósitos de Diversas Origens	1.594.849	1.652.870	2.166.217	2.745.078	0
Restos a Pagar Processados	18.865.646	11.968.095	20.911.524	22.405.884	15.725.418
Restos a Pagar Não Processados	4.164.968	5.154.016	6.152.865	7.463.656	10.482.941
Credores Diversos	1.121.958	0	1.054.303	957.903	0
Outras Obrigações a Pagar	1.205.715	10.887.234	1.494.824	3.759.495	42.871
Valores Pendentes a C. Prazo	3.404.230	3.043.592	2.986.548	2.659.513	2.232.480
Passivo Financeiro a L. Prazo	0	696	626	596	28.582
<b>5- PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>	<b>215.969.008</b>	<b>221.536.343</b>	<b>219.551.267</b>	<b>231.994.422</b>	<b>216.625.620</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>24.384.444</b>	<b>23.835.953</b>	<b>21.281.572</b>	<b>18.898.905</b>	<b>15.960.917</b>
Outros Débitos a Pagar Precatórios	20.688.910	23.815.493	21.267.601	18.887.182	15.950.265
Outros Débitos a Pagar	3.695.534	20.460	13.971	11.723	10.652
<b>VALORES PEND. CURTO PRAZO</b>	<b>0</b>	<b>2.086.723</b>	<b>2.837.214</b>	<b>3.581.499</b>	<b>4.302.765</b>
<b>EXIGIVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>191.584.564</b>	<b>195.613.667</b>	<b>195.432.481</b>	<b>209.514.018</b>	<b>196.361.938</b>
Obrigações Exigíveis a L. Prazo	191.584.564	195.613.667	195.432.481	209.514.018	196.361.938
<b>Operações de Crédito- Interno</b>	<b>187.090.698</b>	<b>188.180.215</b>	<b>187.626.159</b>	<b>188.119.021</b>	<b>185.752.364</b>
<b>Operações de Crédito- Externo</b>	<b>4.493.865</b>	<b>4.111.911</b>	<b>4.875.953</b>	<b>6.295.823</b>	<b>6.318.330</b>
Outras Exigibilidades	0	3.321.541	2.930.369	15.099.174	4.291.244
<b>RESULTADO DE EXER. FUTUROS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>6 - PASSIVO REAL (4 + 5)</b>	<b>247.422.840</b>	<b>255.370.621</b>	<b>255.382.588</b>	<b>273.668.899</b>	<b>250.479.732</b>
<b>7- SALDO PATRIMONIAL (3 - 6)</b>	<b>28.027.989</b>	<b>73.568.480</b>	<b>147.597.658</b>	<b>141.111.197</b>	<b>43.355.160</b>

Obs.: Todos os valores considerados ao final do exercício (ano civil).

Taxa de câmbio US\$/R\$ 1,6662

INFLAÇÃO IGP-DI (FGV)		
ANO	% (variação anual)	% (variação acumulada)
2008	09,10	404,185
2009	-01,43	398,407
2010	11,30	443,270
2011	05,00	465,586
2012	08,10	503,283

# **ANEXO 7**

# PROJEÇÃO DAS RECEITAS, DAS DESPESAS E DO RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2013/2022

PRIMEIRA ALTERNATIVA: Considerando o Financiamento do BID de US\$ 480.135.000

Em milhões R\$

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO - VALORES PROJETADOS										
DISCRIMINAÇÃO	2013*	2014**	2015**	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>RECEITA ORÇAMENTARIA</b>	<b>197.240,20</b>	<b>208.652,82</b>	<b>219.845,57</b>	<b>231.917,63</b>	<b>244.678,11</b>	<b>257.952,89</b>	<b>272.092,35</b>	<b>287.057,43</b>	<b>302.845,59</b>	<b>319.502,09</b>
<b>1.0.0.0 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>169.662,75</b>	<b>179.138,31</b>	<b>188.597,50</b>	<b>198.970,36</b>	<b>209.913,73</b>	<b>221.458,99</b>	<b>233.639,23</b>	<b>246.489,39</b>	<b>260.046,31</b>	<b>274.348,85</b>
<b>1.1.0.0 - Receita Tributária</b>	<b>127.993,94</b>	<b>133.120,29</b>	<b>139.462,26</b>	<b>147.132,68</b>	<b>155.224,98</b>	<b>163.762,36</b>	<b>172.769,29</b>	<b>182.271,60</b>	<b>192.296,53</b>	<b>202.872,84</b>
<b>1.1.1.0. - Impostos</b>	<b>123.644,20</b>	<b>128.559,40</b>	<b>134.803,26</b>	<b>142.217,44</b>	<b>150.039,40</b>	<b>158.291,57</b>	<b>166.997,60</b>	<b>176.182,47</b>	<b>185.872,51</b>	<b>196.095,49</b>
1.1.1.1. - ICMS	110.432,00	114.444,90	120.120,40	126.727,02	133.697,01	141.050,34	148.808,11	156.992,56	165.627,15	174.736,64
1.1.1.2. - IPVA	11.712,19	12.314,50	12.772,30	13.474,78	14.215,89	14.997,76	15.822,64	16.692,89	17.610,99	18.579,60
1.1.1.3. - Outros	1.500,01	1.800,00	1.910,56	2.015,64	2.126,50	2.243,46	2.366,85	2.497,03	2.634,36	2.779,25
<b>1.1.3.0. - Taxas</b>	<b>4.349,74</b>	<b>4.560,89</b>	<b>4.659,00</b>	<b>4.915,25</b>	<b>5.185,58</b>	<b>5.470,79</b>	<b>5.771,68</b>	<b>6.089,13</b>	<b>6.424,03</b>	<b>6.777,35</b>
<b>1.1.4.0. - Contribuição de Melhoria</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>1.2.0.0 - Receita de Contribuições</b>	<b>13.051,13</b>	<b>14.580,60</b>	<b>15.870,00</b>	<b>16.742,85</b>	<b>17.663,71</b>	<b>18.635,21</b>	<b>19.660,15</b>	<b>20.741,46</b>	<b>21.882,24</b>	<b>23.085,76</b>
<b>1.3.0.0 - Receita Patrimonial</b>	<b>4.275,20</b>	<b>5.026,08</b>	<b>5.795,48</b>	<b>6.114,23</b>	<b>6.450,51</b>	<b>6.805,29</b>	<b>7.179,58</b>	<b>7.574,46</b>	<b>7.991,06</b>	<b>8.430,56</b>
<b>1.3.1.0. - Receitas Mobiliárias</b>	<b>3.104,47</b>	<b>3.668,00</b>	<b>3.890,00</b>	<b>4.103,95</b>	<b>4.329,67</b>	<b>4.567,80</b>	<b>4.819,03</b>	<b>5.084,07</b>	<b>5.363,70</b>	<b>5.658,70</b>
<b>1.3.2.0. - Receitas Imobiliárias</b>	<b>14,17</b>	<b>22,18</b>	<b>26,90</b>	<b>28,38</b>	<b>29,94</b>	<b>31,59</b>	<b>33,32</b>	<b>35,16</b>	<b>37,09</b>	<b>39,13</b>
<b>1.3.3.0. - Outras</b>	<b>1.156,57</b>	<b>1.335,90</b>	<b>1.878,58</b>	<b>1.981,90</b>	<b>2.090,91</b>	<b>2.205,91</b>	<b>2.327,23</b>	<b>2.455,23</b>	<b>2.590,27</b>	<b>2.732,73</b>
<b>1.4.0.0 - Receita Agropecuária</b>	<b>31,14</b>	<b>41,50</b>	<b>52,90</b>	<b>55,81</b>	<b>58,88</b>	<b>62,12</b>	<b>65,53</b>	<b>69,14</b>	<b>72,94</b>	<b>76,95</b>
<b>1.5.0.0 - Receita Industrial</b>	<b>211,59</b>	<b>231,00</b>	<b>252,70</b>	<b>266,60</b>	<b>281,26</b>	<b>296,73</b>	<b>313,05</b>	<b>330,27</b>	<b>348,43</b>	<b>367,60</b>
<b>1.6.0.0 - Receita de Serviços</b>	<b>2.725,71</b>	<b>2.840,23</b>	<b>2.985,56</b>	<b>3.149,77</b>	<b>3.323,00</b>	<b>3.505,77</b>	<b>3.698,59</b>	<b>3.902,01</b>	<b>4.116,62</b>	<b>4.343,03</b>
<b>1.7.0.0 - Transferências Correntes</b>	<b>14.474,27</b>	<b>16.007,24</b>	<b>16.597,51</b>	<b>17.510,37</b>	<b>18.473,44</b>	<b>19.489,48</b>	<b>20.561,40</b>	<b>21.692,28</b>	<b>22.885,36</b>	<b>24.144,05</b>
<b>1.7.1.0. - Transferências da União</b>	<b>13.868,42</b>	<b>15.294,90</b>	<b>15.896,30</b>	<b>16.770,60</b>	<b>17.692,98</b>	<b>18.666,09</b>	<b>19.692,73</b>	<b>20.775,83</b>	<b>21.918,50</b>	<b>23.124,02</b>
1.7.1.1. - FPE	555,68	714,90	745,90	786,92	830,21	875,87	924,04	974,86	1.028,48	1.085,05
1.7.1.2. - Outras Transf. da União	13.312,74	14.580,00	15.150,40	15.983,67	16.862,77	17.790,23	18.768,69	19.800,97	20.890,02	22.038,97
<b>1.7.2.0. - Transf. de Convênios</b>	<b>551,48</b>	<b>650,00</b>	<b>628,00</b>	<b>662,54</b>	<b>698,98</b>	<b>737,42</b>	<b>777,98</b>	<b>820,77</b>	<b>865,91</b>	<b>913,54</b>
<b>1.7.3.0. - Outras Transferências</b>	<b>54,37</b>	<b>62,34</b>	<b>73,21</b>	<b>77,24</b>	<b>81,48</b>	<b>85,97</b>	<b>90,69</b>	<b>95,68</b>	<b>100,95</b>	<b>106,50</b>
<b>1.8.0.0 - Outras R. Correntes</b>	<b>6.899,76</b>	<b>7.291,37</b>	<b>7.581,09</b>	<b>7.998,05</b>	<b>8.437,94</b>	<b>8.902,03</b>	<b>9.391,64</b>	<b>9.908,18</b>	<b>10.453,13</b>	<b>11.028,05</b>
<b>1.8.1.0. - Receita da Dívida Ativa</b>	<b>1.212,97</b>	<b>1.310,70</b>	<b>1.370,29</b>	<b>1.445,66</b>	<b>1.525,17</b>	<b>1.609,05</b>	<b>1.697,55</b>	<b>1.790,91</b>	<b>1.889,41</b>	<b>1.993,33</b>
<b>1.8.2.0. - Demais R. Correntes</b>	<b>5.686,80</b>	<b>5.980,67</b>	<b>6.210,80</b>	<b>6.552,39</b>	<b>6.912,78</b>	<b>7.292,98</b>	<b>7.694,09</b>	<b>8.117,27</b>	<b>8.563,72</b>	<b>9.034,72</b>
<b>1.9.0.0 - Rec. Corrente Intra-Orcam.</b>	<b>18.489,98</b>	<b>19.657,00</b>	<b>20.540,00</b>	<b>21.669,00</b>	<b>22.861,53</b>	<b>24.118,92</b>	<b>25.445,46</b>	<b>26.844,96</b>	<b>28.321,43</b>	<b>29.879,11</b>
<b>2.0.0.0 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>8.181,54</b>	<b>8.936,53</b>	<b>9.698,07</b>	<b>10.212,02</b>	<b>10.778,69</b>	<b>11.189,00</b>	<b>11.756,45</b>	<b>12.403,05</b>	<b>13.085,22</b>	<b>13.804,91</b>
<b>2.1.0.0 - Operações de Crédito</b>	<b>5.716,44</b>	<b>6.059,33</b>	<b>6.685,17</b>	<b>7.033,41</b>	<b>7.425,25</b>	<b>7.651,13</b>	<b>8.023,99</b>	<b>8.465,31</b>	<b>8.930,90</b>	<b>9.422,10</b>
<b>2.1.1.0. - De Crédito Interno</b>	<b>2.639,09</b>	<b>2.940,00</b>	<b>3.245,54</b>	<b>3.424,04</b>	<b>3.612,37</b>	<b>3.811,05</b>	<b>4.020,65</b>	<b>4.241,79</b>	<b>4.475,09</b>	<b>4.721,22</b>
<b>2.1.2.0. - De Crédito Externo</b>	<b>3.077,35</b>	<b>3.119,33</b>	<b>3.439,63</b>	<b>3.609,37</b>	<b>3.812,88</b>	<b>3.840,08</b>	<b>4.003,34</b>	<b>4.223,52</b>	<b>4.455,81</b>	<b>4.700,88</b>
2.1.2.1. - BR-L1373 DER	0,00	130,33	208,07	200,07	216,08	45,45	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.2. - De Outras Operações	3.077,35	2.989,00	3.231,56	3.409,30	3.596,81	3.794,63	4.003,34	4.223,52	4.455,81	4.700,88
<b>2.2.0.0 - Alienação de Bens</b>	<b>472,08</b>	<b>520,30</b>	<b>580,80</b>	<b>612,74</b>	<b>646,44</b>	<b>682,00</b>	<b>719,51</b>	<b>759,08</b>	<b>800,83</b>	<b>844,88</b>
<b>2.3.0.0 - Amortização Empréstimos</b>	<b>1,71</b>	<b>1,90</b>	<b>2,10</b>	<b>2,22</b>	<b>2,34</b>	<b>2,47</b>	<b>2,60</b>	<b>2,74</b>	<b>2,90</b>	<b>3,05</b>
<b>2.4.0.0 - Transferências de Capital</b>	<b>1.007,18</b>	<b>1.275,00</b>	<b>1.310,00</b>	<b>1.382,05</b>	<b>1.458,06</b>	<b>1.538,26</b>	<b>1.622,86</b>	<b>1.712,12</b>	<b>1.806,28</b>	<b>1.905,63</b>
<b>2.5.0.0 - Outras Receitas Capital</b>	<b>984,12</b>	<b>1.080,00</b>	<b>1.120,00</b>	<b>1.181,60</b>	<b>1.246,59</b>	<b>1.315,15</b>	<b>1.387,48</b>	<b>1.463,80</b>	<b>1.544,30</b>	<b>1.629,24</b>
<b>2.6.0.0 - Rec. de Capital Intra-Orcam.</b>	<b>905,94</b>	<b>920,98</b>	<b>1.010,00</b>	<b>1.065,55</b>	<b>1.124,16</b>	<b>1.185,98</b>	<b>1.251,21</b>	<b>1.320,03</b>	<b>1.392,63</b>	<b>1.469,23</b>
<b>DESPESA ORÇAMENTARIA</b>	<b>192.834,28</b>	<b>204.080,69</b>	<b>213.154,03</b>	<b>223.787,34</b>	<b>234.987,03</b>	<b>246.478,50</b>	<b>258.775,07</b>	<b>271.710,56</b>	<b>285.292,86</b>	<b>299.554,31</b>
<b>3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>168.276,97</b>	<b>177.094,50</b>	<b>184.845,42</b>	<b>194.089,60</b>	<b>203.795,82</b>	<b>213.986,93</b>	<b>224.686,06</b>	<b>235.919,15</b>	<b>247.713,93</b>	<b>260.098,48</b>
<b>3.1.0.0 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>68.779,54</b>	<b>74.498,00</b>	<b>79.856,32</b>	<b>83.849,14</b>	<b>88.041,59</b>	<b>92.443,67</b>	<b>97.065,86</b>	<b>101.919,15</b>	<b>107.015,11</b>	<b>112.365,86</b>
<b>3.2.0.0 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>8.552,96</b>	<b>9.042,61</b>	<b>9.200,10</b>	<b>9.662,01</b>	<b>10.146,85</b>	<b>10.655,51</b>	<b>11.188,07</b>	<b>11.746,27</b>	<b>12.332,41</b>	<b>12.947,88</b>
<b>3.2.1.0. - Da Dívida Interna</b>	<b>8.481,92</b>	<b>8.960,45</b>	<b>9.108,21</b>	<b>9.563,62</b>	<b>10.041,80</b>	<b>10.543,89</b>	<b>11.071,09</b>	<b>11.624,64</b>	<b>12.205,87</b>	<b>12.816,17</b>
<b>3.2.2.0. - Da Dívida Externa</b>	<b>71,04</b>	<b>82,16</b>	<b>91,89</b>	<b>98,39</b>	<b>105,05</b>	<b>111,62</b>	<b>116,99</b>	<b>121,63</b>	<b>126,53</b>	<b>131,71</b>
3.2.2.1. - BR-L1373 DER	0,00	2,05	5,39	7,56	9,69	11,49	11,85	11,23	10,62	10,00
3.2.2.4. - De outras operações	71,04	80,11	86,50	90,83	95,37	100,13	105,14	110,40	115,92	121,71
<b>3.3.0.0 - Transf. para Municípios</b>	<b>34.541,00</b>	<b>35.480,89</b>	<b>36.843,00</b>	<b>38.685,15</b>	<b>40.619,41</b>	<b>42.650,38</b>	<b>44.782,90</b>	<b>47.022,04</b>	<b>49.373,14</b>	<b>51.841,80</b>
<b>3.4.0.0 - Outras Desp. de Custeio</b>	<b>56.403,47</b>	<b>58.073,00</b>	<b>58.946,00</b>	<b>61.893,30</b>	<b>64.987,97</b>	<b>68.237,36</b>	<b>71.649,23</b>	<b>75.231,69</b>	<b>78.993,28</b>	<b>82.942,94</b>
<b>4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>24.557,31</b>	<b>26.986,19</b>	<b>28.308,61</b>	<b>29.697,74</b>	<b>31.191,21</b>	<b>32.491,58</b>	<b>34.089,01</b>	<b>35.791,41</b>	<b>37.578,93</b>	<b>39.455,82</b>
<b>4.1.0.0 - Investimentos</b>	<b>13.965,24</b>	<b>14.391,19</b>	<b>15.400,48</b>	<b>16.144,21</b>	<b>16.959,99</b>	<b>17.548,80</b>	<b>18.358,07</b>	<b>19.275,97</b>	<b>20.239,77</b>	<b>21.251,76</b>
4.1.1.0. - BR-L1373 DER	0,00	186,19	297,25	285,82	308,68	64,92	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1. - Financiamento pelo BID	0,00	130,33	208,07	200,07	216,08	45,45	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2. - Contrapartida do GESP	0,00	55,86	89,17	85,74	92,60	19,48	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4.1.4.0. - Outros Investimentos</b>	<b>13.965,24</b>	<b>14.205,00</b>	<b>15.103,23</b>	<b>15.858,39</b>	<b>16.651,31</b>	<b>17.483,88</b>	<b>18.358,07</b>	<b>19.275,97</b>	<b>20.239,77</b>	<b>21.251,76</b>
<b>4.2.0.0 - Inversões Financeiras</b>	<b>5.468,74</b>	<b>6.245,00</b>	<b>6.310,00</b>	<b>6.625,50</b>	<b>6.956,78</b>	<b>7.304,61</b>	<b>7.669,84</b>	<b>8.053,34</b>	<b>8.456,00</b>	<b>8.878,80</b>
<b>4.3.0.0 - Transf. de Capital</b>	<b>5.123,34</b>	<b>6.350,00</b>	<b>6.598,13</b>	<b>6.928,04</b>	<b>7.274,44</b>	<b>7.638,16</b>	<b>8.061,09</b>	<b>8.462,10</b>	<b>8.883,15</b>	<b>9.325,26</b>
<b>4.3.1.0. - Amortizações</b>	<b>5.123,34</b>	<b>6.350,00</b>	<b>6.598,13</b>	<b>6.928,04</b>	<b>7.274,44</b>	<b>7.638,16</b>	<b>8.061,09</b>	<b>8.462,10</b>	<b>8.883,15</b>	<b>9.325,26</b>
4.3.1.1. - Da Dívida Interna	3.682,30	4.870,00	5.013,13	5.263,79	5.526,98	5.803,32	6.093,49	6.398,17	6.718,07	7.053,98
4.3.1.2. - Da Dívida Externa	1.441,04	1.480,00	1.585,00	1.664,25	1.747,46	1.834,84	1.967,60	2.063,93	2.165,08	2.271,28
- BR-L1373 DER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41,03	41,03	41,03	41,03
- De outras Operações	1.441,04	1.480,00	1.585,00	1.664,25	1.747,46	1.834,84	1.926,58	2.022,91	2.124,05	2.230,25
<b>SUPERAVIT/DEFICIT</b>	<b>4.405,92</b>	<b>4.572,13</b>	<b>6.691,55</b>	<b>8.130,29</b>	<b>9.691,08</b>	<b>11.474,39</b>	<b>13.317,28</b>	<b>15.346,87</b>	<b>17.552,73</b>	<b>19.947,79</b>
<b>CALCULO DO RESULTADO PRIMARIO</b>										
<b>RECEITA ORÇAMENTARIA</b>	<b>197.240,20</b>	<b>208.652,82</b>	<b>219.845,57</b>	<b>231.917,63</b>	<b>244.678,11</b>	<b>257.952,89</b>	<b>272.092,35</b>	<b>287.057,43</b>	<b>302.845,59</b>	<b>319.502,09</b>
<b>1.3.1.0. - Receitas Mobiliárias</b>	<b>-3.104,47</b>	<b>-3.668,00</b>	<b>-3.890,00</b>	<b>-4.103,95</b>	<b>-4.329,67</b>	<b>-4.567,80</b>	<b>-4.819,03</b>	<b>-5.084,07</b>	<b>-5.363,70</b>	<b>-5.65</b>

# **ANEXO 8**



# PROJEÇÃO DAS RECEITAS, DAS DESPESAS E DO RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2013/2022

SEGUNDA ALTERNATIVA: Considerando o Financiamento do BID de US\$ 548.148.500

Em milhões R\$

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO - VALORES PROJETADOS										
DISCRIMINACAO	2013*	2014**	2015**	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITA ORCAMENTARIA	197.240,20	208.665,84	219.866,39	231.937,65	244.699,72	257.957,42	272.092,35	287.057,43	302.845,59	319.502,09
1.0.0.0 - RECEITAS CORRENTES	169.662,75	179.138,31	188.597,50	198.970,36	209.913,73	221.458,99	233.639,23	246.489,39	260.046,31	274.348,85
1.1.0.0. - Receita Tributária	127.993,94	133.120,29	139.462,26	147.132,68	155.224,98	163.762,36	172.769,29	182.271,60	192.296,53	202.872,84
1.1.1.0. - Impostos	123.644,20	128.559,40	134.803,26	142.217,44	150.039,40	158.291,57	166.997,60	176.182,47	185.872,51	196.095,49
1.1.1.1. - ICMS	110.432,00	114.444,90	120.120,40	126.727,02	133.697,01	141.050,34	148.808,11	156.992,56	165.627,15	174.736,64
1.1.1.2. - IPVA	11.712,19	12.314,50	12.772,30	13.474,78	14.215,89	14.997,76	15.822,64	16.692,89	17.610,99	18.579,60
1.1.1.3. - Outros	1.500,01	1.800,00	1.910,56	2.015,64	2.126,50	2.243,46	2.366,85	2.497,03	2.634,36	2.779,25
1.1.3.0. - Taxas	4.349,74	4.560,89	4.659,00	4.915,25	5.185,58	5.470,79	5.771,68	6.089,13	6.424,03	6.777,35
1.1.4.0. - Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0. - Receita de Contribuições	13.051,13	14.580,60	15.870,00	16.742,85	17.663,71	18.635,21	19.660,15	20.741,46	21.882,24	23.085,76
1.3.0.0. - Receita Patrimonial	4.275,20	5.026,08	5.795,48	6.114,23	6.450,51	6.805,29	7.179,58	7.574,46	7.991,06	8.430,56
1.3.1.0. - Receitas Mobiliárias	3.104,47	3.668,00	3.890,00	4.103,95	4.329,67	4.567,80	4.819,03	5.084,07	5.363,70	5.658,70
1.3.2.0. - Receitas Imobiliárias	14,17	22,18	26,90	28,38	29,94	31,59	33,32	35,16	37,09	39,13
1.3.3.0. - Outras	1.156,57	1.335,90	1.878,58	1.981,90	2.090,91	2.205,91	2.327,23	2.455,23	2.590,27	2.732,73
1.4.0.0. - Receita Agropecuária	31,14	41,50	52,90	55,81	58,88	62,12	65,53	69,14	72,94	76,95
1.5.0.0. - Receita Industrial	211,59	231,00	252,70	266,60	281,26	296,73	313,05	330,27	348,43	367,60
1.6.0.0. - Receita de Serviços	2.725,71	2.840,23	2.985,56	3.149,77	3.323,00	3.505,77	3.698,59	3.902,01	4.116,62	4.343,03
1.7.0.0. - Transferências Correntes	14.474,27	16.007,24	16.597,51	17.510,37	18.473,44	19.489,48	20.561,40	21.692,28	22.885,36	24.144,05
1.7.1.0. - Transferências da União	13.868,42	15.294,90	15.896,30	16.770,60	17.692,98	18.666,09	19.692,73	20.775,83	21.918,50	23.124,02
1.7.1.1. - FPE	555,68	714,90	745,90	786,92	830,21	875,87	924,04	974,86	1.028,48	1.085,05
1.7.1.2. - Outras Transf. da União	13.312,74	14.580,00	15.150,40	15.983,67	16.862,77	17.790,23	18.768,69	19.800,97	20.890,02	22.038,97
1.7.2.0. - Transf. de Convênios	551,48	650,00	628,00	662,54	698,98	737,42	777,98	820,77	865,91	913,54
1.7.3.0. - Outras Transferências	54,37	62,34	73,21	77,24	81,48	85,97	90,69	95,68	100,95	106,50
1.8.0.0. - Outras R. Correntes	6.899,76	7.291,37	7.581,09	7.998,05	8.437,94	8.902,03	9.391,64	9.908,18	10.453,13	11.028,05
1.8.1.0. - Receita da Dívida Ativa	1.212,97	1.310,70	1.370,29	1.445,66	1.525,17	1.609,05	1.697,55	1.790,91	1.889,41	1.993,33
1.8.2.0. - Demais R. Correntes	5.686,80	5.980,67	6.210,80	6.552,39	6.912,78	7.292,98	7.694,09	8.117,27	8.563,72	9.034,72
1.9.0.0. - Rec. Corrente Intra-Orcam.	18.489,98	19.657,00	20.540,00	21.669,70	22.861,53	24.118,92	25.445,46	26.844,96	28.321,43	29.879,11
2.0.0.0 - RECEITAS DE CAPITAL	8.181,54	8.949,55	9.718,89	10.232,04	10.800,30	11.193,53	11.756,45	12.403,05	13.085,22	13.804,91
2.1.0.0. - Operações de Crédito	5.716,44	6.072,35	6.705,99	7.053,43	7.446,86	7.655,66	8.023,99	8.465,31	8.930,90	9.422,10
2.1.1.0. - De Crédito Interno	2.639,09	2.940,00	3.245,54	3.424,04	3.612,37	3.811,05	4.020,65	4.241,79	4.475,09	4.721,22
2.1.2.0. - De Crédito Externo	3.077,35	3.132,35	3.460,45	3.629,38	3.834,50	3.844,62	4.003,34	4.223,52	4.455,81	4.700,88
2.1.2.1. - BR-L1373 DER	0,00	143,35	228,89	220,09	237,69	49,98	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.2. - De Outras Operações	3.077,35	2.989,00	3.231,56	3.409,30	3.596,81	3.794,63	4.003,34	4.223,52	4.455,81	4.700,88
2.2.0.0. - Alienação de Bens	472,08	520,30	580,80	612,74	646,44	682,00	719,51	759,08	800,83	844,88
2.3.0.0. - Amortização Empréstimos	1,71	1,90	2,10	2,22	2,34	2,47	2,60	2,74	2,90	3,05
2.4.0.0. - Transferências de Capital	1.007,18	1.275,00	1.310,00	1.382,05	1.458,06	1.538,26	1.622,86	1.712,12	1.806,28	1.905,63
2.5.0.0. - Outras Receitas Capital	984,12	1.080,00	1.120,00	1.181,60	1.246,59	1.315,15	1.387,48	1.463,80	1.544,30	1.629,24
2.6.0.0. - Rec. de Capital Intra-Orcam.	905,94	920,98	1.010,00	1.065,55	1.124,16	1.185,98	1.251,21	1.320,03	1.392,63	1.469,23
DESPESA ORCAMENTARIA	192.834,28	204.099,50	213.184,30	223.816,69	235.018,87	246.486,30	258.780,35	271.715,79	285.298,03	299.559,41
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES	168.276,97	177.094,71	184.845,96	194.090,35	203.796,79	213.988,24	224.687,24	235.920,28	247.715,00	260.099,48
3.1.0.0. - Pessoal e Encargos Sociais	68.779,54	74.498,00	79.856,32	83.849,14	88.041,59	92.443,67	97.065,86	101.919,15	107.015,11	112.365,86
3.2.0.0. - Juros e Encargos da Dívida	8.552,96	9.042,82	9.200,64	9.662,77	10.147,82	10.656,83	11.189,26	11.747,39	12.333,47	12.948,88
3.2.1.0. - Da Dívida Interna	8.481,92	8.960,45	9.108,21	9.563,62	10.041,80	10.543,89	11.071,09	11.624,64	12.205,87	12.816,17
3.2.2.0. - Da Dívida Externa	71,04	82,37	92,43	99,15	106,02	112,94	118,17	122,75	127,60	132,71
3.2.2.1. - BR-L1373 DER	0,00	2,26	5,93	8,32	10,66	12,80	13,03	12,35	11,68	11,00
3.2.2.4. - De outras operações	71,04	80,11	86,50	90,83	95,37	100,13	105,14	110,40	115,92	121,71
3.3.0.0. - Transf. para Municípios	34.541,00	35.480,89	36.843,00	38.685,15	40.619,41	42.650,38	44.782,92	47.022,04	49.373,14	51.841,80
3.4.0.0. - Outras Desp. de Custeio	56.403,47	58.073,00	58.946,00	61.893,30	64.987,97	68.237,36	71.649,23	75.231,69	78.993,28	82.942,94
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL	24.557,31	27.004,79	28.338,34	29.726,34	31.222,08	32.498,06	34.093,11	35.795,51	37.583,03	39.459,92
4.1.0.0. - Investimentos	13.965,24	14.409,79	15.430,21	16.172,80	16.990,87	17.555,28	18.358,07	19.275,97	20.239,77	21.251,76
4.1.1.0. - BR-L1373 DER	0,00	204,79	326,98	314,41	339,55	71,41	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1. - Financiamento pelo BID	0,00	143,35	228,89	220,09	237,69	49,98	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2. - Contrapartida do GESP	0,00	61,44	98,09	94,32	101,87	21,42	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.4.0. - Outros Investimentos	13.965,24	14.205,00	15.103,23	15.858,39	16.651,31	17.483,88	18.358,07	19.275,97	20.239,77	21.251,76
4.2.0.0. - Inversões Financeiras	5.468,74	6.245,00	6.310,00	6.625,50	6.956,78	7.304,61	7.669,84	8.053,34	8.456,00	8.878,80
4.3.0.0. - Transf. de Capital	5.123,34	6.350,00	6.598,13	6.928,04	7.274,44	7.638,16	8.065,20	8.466,20	8.887,25	9.329,36
4.3.1.0. - Amortizações	5.123,34	6.350,00	6.598,13	6.928,04	7.274,44	7.638,16	8.065,20	8.466,20	8.887,25	9.329,36
4.3.1.1. - Da Dívida Interna	3.682,30	4.870,00	5.013,13	5.263,79	5.526,98	5.803,32	6.093,49	6.398,17	6.718,07	7.053,98
4.3.1.2. - Da Dívida Externa	1.441,04	1.480,00	1.585,00	1.664,25	1.747,46	1.834,84	1.971,71	2.068,03	2.169,18	2.275,38
- BR-L1373 DER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,13	45,13	45,13	45,13
- De outras Operações	1.441,04	1.480,00	1.585,00	1.664,25	1.747,46	1.834,84	1.926,58	2.022,91	2.124,05	2.230,25
SUPERAVIT/DEFICIT	4.405,92	4.566,35	6.682,09	8.120,96	9.680,85	11.471,12	13.312,00	15.341,64	17.547,56	19.942,69
CALCULO DO RESULTADO PRIMARIO										
RECEITA ORCAMENTARIA	197.240,20	208.665,84	219.866,39	231.937,65	244.699,72	257.957,42	272.092,35	287.057,43	302.845,59	319.502,09
1.3.2.0. - Receitas Imobiliárias	-3.104,47	-3.668,00	-3.890,00	-4.103,95	-4.329,67	-4.567,80	-4.819,03	-5.084,07	-5.363,70	-5.658,70
2.1.0.0. - Operações de Crédito	-5.716,44	-6.072,35	-6.705,99	-7.053,43	-7.446,86	-7.655,66	-8.023,99	-8.465,31	-8.930,90	-9.422,10
2.2.0.0. - Alienação de Bens	-472,08	-520,30	-580,80	-612,74	-646,44	-682,00	-719,51	-759,08	-800,83	-844,88
2.3.0.0. - Amortização Empréstimos	-1,71	-1,90	-2,10	-2,22	-2,34	-2,47	-2,60	-2,74	-2,90	-3,05
RECEITA LIQUIDA	187.945,49	198.403,29	208.687,50	220.165,31	232.274,40	245.049,50	258.527,22	2		

# **ANEXO 9**

# PROJEÇÃO DAS RECEITAS, DAS DESPESAS E DO RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2013/2022

TERCEIRA ALTERNATIVA: Considerando o Financiamento do BID de US\$ 438.135.000

Em milhões R\$

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO - VALORES PROJETADOS										
DISCRIMINACAO	2013*	2014**	2015**	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITA ORCAMENTARIA	197.240,20	208.642,49	219.877,50	232.037,56	244.582,03	257.907,44	272.092,35	287.057,43	302.845,59	319.502,09
1.0.0.0 - RECEITAS CORRENTES	169.662,75	179.138,31	188.597,50	198.970,36	209.913,73	221.458,99	233.639,23	246.489,39	260.046,31	274.348,85
1.1.0.0 - Receita Tributária	127.993,94	133.120,29	139.462,26	147.132,68	155.224,98	163.762,36	172.769,29	182.271,60	192.296,53	202.872,84
1.1.1.0 - Impostos	123.644,20	128.559,40	134.803,26	142.217,44	150.039,40	158.291,57	166.997,60	176.182,47	185.872,51	196.095,49
1.1.1.1. - ICMS	110.432,00	114.444,90	120.120,40	126.727,02	133.697,01	141.050,34	148.808,11	156.992,56	165.627,15	174.736,64
1.1.1.2. - IPVA	11.712,19	12.314,50	12.772,30	13.474,78	14.215,89	14.997,76	15.822,64	16.692,89	17.610,99	18.579,60
1.1.1.3. - Outros	1.500,01	1.800,00	1.910,56	2.015,64	2.126,50	2.243,46	2.366,85	2.497,03	2.634,36	2.779,25
1.1.3.0 - Taxas	4.349,74	4.560,89	4.659,00	4.915,25	5.185,58	5.470,79	5.771,68	6.089,13	6.424,03	6.777,35
1.1.4.0. - Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0 - Receita de Contribuições	13.051,13	14.580,60	15.870,00	16.742,85	17.663,71	18.635,21	19.660,15	20.741,46	21.882,24	23.085,76
1.3.0.0 - Receita Patrimonial	4.275,20	5.026,08	5.795,48	6.114,23	6.450,51	6.805,29	7.179,58	7.574,46	7.991,06	8.430,56
1.3.1.0 - Receitas Mobiliárias	3.104,47	3.668,00	3.890,00	4.103,95	4.329,67	4.567,80	4.819,03	5.084,07	5.363,70	5.658,70
1.3.2.0 - Receitas Imobiliárias	14,17	22,18	26,90	28,38	29,94	31,59	33,32	35,16	37,09	39,13
1.3.3.0 - Outras	1.156,57	1.335,90	1.878,58	1.981,90	2.090,91	2.205,91	2.327,23	2.455,23	2.590,27	2.732,73
1.4.0.0 - Receita Agropecuária	31,14	41,50	52,90	55,81	58,88	62,12	65,53	69,14	72,94	76,95
1.5.0.0 - Receita Industrial	211,59	231,00	252,70	266,60	281,26	296,73	313,05	330,27	348,43	367,60
1.6.0.0 - Receita de Serviços	2.725,71	2.840,23	2.985,56	3.149,77	3.323,00	3.505,77	3.698,59	3.902,01	4.116,62	4.343,03
1.7.0.0 - Transferências Correntes	14.474,27	16.007,24	16.597,51	17.510,37	18.473,44	19.489,48	20.561,40	21.692,28	22.885,36	24.144,05
1.7.1.0 - Transferências da União	13.868,42	15.294,90	15.896,30	16.770,60	17.692,98	18.666,09	19.692,73	20.775,83	21.918,50	23.124,02
1.7.1.1. - FPE	555,68	714,90	745,90	786,92	830,21	875,87	924,04	974,86	1.028,48	1.085,05
1.7.1.2. - Outras Transf. da União	13.312,74	14.580,00	15.150,40	15.983,67	16.862,77	17.790,23	18.768,69	19.800,97	20.890,02	22.038,97
1.7.2.0 - Transf. de Convênios	551,48	650,00	628,00	662,54	698,98	737,42	777,98	820,77	865,91	913,54
1.7.3.0 - Outras Transferências	54,37	62,34	73,21	77,24	81,48	85,97	90,69	95,68	100,95	106,50
1.8.0.0 - Outras R. Correntes	6.899,76	7.291,37	7.581,09	7.998,05	8.437,94	8.902,03	9.391,64	9.908,18	10.453,13	11.028,05
1.8.1.0 - Receita da Dívida Ativa	1.212,97	1.310,70	1.370,29	1.445,66	1.525,17	1.609,05	1.697,55	1.790,91	1.889,41	1.993,33
1.8.2.0 - Demais R. Correntes	5.686,80	5.980,67	6.210,80	6.552,39	6.912,78	7.292,98	7.694,09	8.117,27	8.563,72	9.034,72
1.9.0.0 - Rec. Corrente Intra-Orcam.	18.489,98	19.657,00	20.540,00	21.669,70	22.861,53	24.118,92	25.445,46	26.844,96	28.321,43	29.879,11
2.0.0.0 - RECEITAS DE CAPITAL	8.181,54	8.926,20	9.730,00	10.331,95	10.682,61	11.143,55	11.756,45	12.403,05	13.085,22	13.804,91
2.1.0.0 - Operações de Crédito	5.716,44	6.049,00	6.717,10	7.153,34	7.329,17	7.605,68	8.023,99	8.465,31	8.930,90	9.422,10
2.1.1.0 - De Crédito Interno	2.639,09	2.940,00	3.245,54	3.424,04	3.612,37	3.811,05	4.020,65	4.241,79	4.475,09	4.721,22
2.1.2.0 - De Crédito Externo	3.077,35	3.109,00	3.471,56	3.729,30	3.716,81	3.794,63	4.003,34	4.223,52	4.455,81	4.700,88
2.1.2.1. - BR-L1373 DER	0,00	120,00	240,00	320,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.2. - De Outras Operações	3.077,35	2.989,00	3.231,56	3.409,30	3.596,81	3.794,63	4.003,34	4.223,52	4.455,81	4.700,88
2.2.0.0 - Alienação de Bens	472,08	520,30	580,80	612,74	646,44	682,00	719,51	759,08	800,83	844,88
2.3.0.0 - Amortização Empréstimos	1,71	1,90	2,10	2,22	2,34	2,47	2,60	2,74	2,90	3,05
2.4.0.0 - Transferências de Capital	1.007,18	1.275,00	1.310,00	1.382,05	1.458,06	1.538,26	1.622,86	1.712,12	1.806,28	1.905,63
2.5.0.0 - Outras Receitas Capital	984,12	1.080,00	1.120,00	1.181,60	1.246,59	1.315,15	1.387,48	1.463,80	1.544,30	1.629,24
2.6.0.0 - Rec. de Capital Intra-Orcam.	905,94	920,98	1.010,00	1.065,55	1.124,16	1.185,98	1.251,21	1.320,03	1.392,63	1.469,23
DESPESA ORCAMENTARIA	192.834,28	204.065,89	213.199,74	223.959,32	234.850,89	246.452,97	258.772,49	271.708,01	285.290,34	299.551,82
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES	168.276,97	177.094,46	184.845,52	194.090,25	203.796,93	213.987,29	224.685,48	235.918,61	247.713,42	260.098,00
3.1.0.0 - Pessoal e Encargos Sociais	68.779,54	74.498,00	79.856,32	83.849,14	88.041,59	92.443,67	97.065,86	101.919,15	107.015,11	112.365,86
3.2.0.0 - Juros e Encargos da Dívida	8.552,96	9.042,57	9.200,20	9.662,67	10.147,97	10.655,88	11.187,50	11.745,72	12.331,89	12.947,39
3.2.1.0 - Da Dívida Interna	8.481,92	8.960,45	9.108,21	9.563,62	10.041,80	10.543,89	11.071,09	11.624,64	12.205,87	12.816,17
3.2.2.0 - Da Dívida Externa	71,04	82,12	91,99	99,05	106,17	111,99	116,41	121,08	126,02	131,23
3.2.2.1. - BR-L1373 DER	0,00	2,01	5,49	8,22	10,80	11,85	11,27	10,68	10,10	9,51
3.2.2.4. - De outras operações	71,04	80,11	86,50	90,83	95,37	100,13	105,14	110,40	115,92	121,71
3.3.0.0 - Transf. para Municípios	34.541,00	35.480,89	36.843,00	38.685,15	40.619,41	42.650,38	44.782,90	47.022,04	49.373,14	51.841,80
3.4.0.0 - Outras Desp. de Custeio	56.403,47	58.073,00	58.946,00	61.893,30	64.987,97	68.237,36	71.649,23	75.231,69	78.993,28	82.942,94
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL	24.557,31	26.971,43	28.354,22	29.869,07	31.053,95	32.465,68	34.087,01	35.789,41	37.576,93	39.453,82
4.1.0.0 - Investimentos	13.965,24	14.376,43	15.446,09	16.315,53	16.822,74	17.483,88	18.358,07	19.275,97	20.239,77	21.251,76
4.1.1.0 - BR-L1373 DER	0,00	171,43	342,86	457,14	171,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1. - Financiados pelo BID	0,00	120,00	240,00	320,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2. - Contrapartida do GESP	0,00	51,43	102,86	137,14	51,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.4.0 - Outros Investimentos	13.965,24	14.205,00	15.103,23	15.858,39	16.651,31	17.483,88	18.358,07	19.275,97	20.239,77	21.251,76
4.2.0.0 - Inversões Financeiras	5.468,74	6.245,00	6.310,00	6.625,50	6.956,78	7.304,61	7.669,84	8.053,34	8.456,00	8.878,80
4.3.0.0 - Transfe. de Capital	5.123,34	6.350,00	6.598,13	6.928,04	7.274,44	7.677,18	8.059,09	8.460,10	8.881,15	9.323,26
4.3.1.0 - Amortizações	5.123,34	6.350,00	6.598,13	6.928,04	7.274,44	7.677,18	8.059,09	8.460,10	8.881,15	9.323,26
4.3.1.1. - Da Dívida Interna	3.682,30	4.870,00	5.013,13	5.263,79	5.526,98	5.803,32	6.093,49	6.398,17	6.718,07	7.053,98
4.3.1.2. - Da Dívida Externa	1.441,04	1.480,00	1.585,00	1.664,25	1.747,46	1.873,86	1.965,60	2.061,93	2.163,08	2.269,28
- BR-L1373 DER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39,02	39,02	39,02	39,02	39,02
- De outras Operações	1.441,04	1.480,00	1.585,00	1.664,25	1.747,46	1.834,84	1.926,58	2.022,91	2.124,05	2.230,25
SUPERAVIT/DEFICIT	4.405,92	4.576,60	6.677,76	8.078,24	9.731,14	11.454,47	13.319,86	15.349,42	17.555,25	19.950,28
CALCULO DO RESULTADO PRIMARIO										
RECEITA ORCAMENTARIA	197.240,20	208.642,49	219.877,50	232.037,56	244.582,03	257.907,44	272.092,35	287.057,43	302.845,59	319.502,09
1.3.1.0. - Receitas Mobiliárias	-3.104,47	-3.668,00	-3.890,00	-4.103,95	-4.329,67	-4.567,80	-4.819,03	-5.084,07	-5.363,70	-5.658,70
2.1.0.0 - Operações de Crédito	-5.716,44	-6.049,00	-6.717,10	-7.153,34	-7.329,17	-7.605,68	-8.023,99	-8.465,31	-8.930,90	-9.422,10
2.2.0.0 - Alienação de Bens	-472,08	-520,30	-580,80	-612,74	-646,44	-682,00	-719,51	-759,08	-800,83	-844,88
2.3.0.0 - Amortização Empréstimos	-1,71	-1,90	-2,10	-2,22	-2,34	-2,47	-2,60	-2,74	-2,90	-3,05
RECEITA LIQUIDA	187.945,49	198.403,29	208.687,50	220.165,31	232.274,40	245.049,50	258.527,22	272.746,22	287.747,26	303.573,36

# **ANEXO 10**

# PROJEÇÃO DAS RECEITAS, DAS DESPESAS E DO RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2013/2022

ALTERNATIVA: Considerando a execução dos Projeito sem Financiamentos do BID

Em milhões R\$

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO - VALORES PROJETADOS										
DISCRIMINAÇÃO	2013*	2014**	2015**	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>RECEITA ORÇAMENTARIA</b>	<b>197.240,20</b>	<b>208.522,49</b>	<b>219.637,50</b>	<b>231.717,56</b>	<b>244.462,03</b>	<b>257.907,44</b>	<b>272.092,35</b>	<b>287.057,43</b>	<b>302.845,59</b>	<b>319.502,09</b>
<b>1.0.0.0 - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>169.662,75</b>	<b>179.138,31</b>	<b>188.597,50</b>	<b>198.970,36</b>	<b>209.913,73</b>	<b>221.458,99</b>	<b>233.639,23</b>	<b>246.489,39</b>	<b>260.046,31</b>	<b>274.348,85</b>
<b>1.1.0.0 - Receita Tributária</b>	<b>127.993,94</b>	<b>133.120,29</b>	<b>139.462,26</b>	<b>147.132,68</b>	<b>155.224,98</b>	<b>163.762,36</b>	<b>172.769,29</b>	<b>182.271,60</b>	<b>192.296,53</b>	<b>202.872,84</b>
<b>1.1.1.0 - Impostos</b>	<b>123.644,20</b>	<b>128.559,40</b>	<b>134.803,26</b>	<b>142.217,44</b>	<b>150.039,40</b>	<b>158.291,57</b>	<b>166.997,60</b>	<b>176.182,47</b>	<b>185.872,51</b>	<b>196.095,49</b>
1.1.1.1. - ICMS	110.432,00	114.444,90	120.120,40	126.727,02	133.697,01	141.050,34	148.808,11	156.992,56	165.627,15	174.736,64
1.1.1.2. - IPVA	11.712,19	12.314,50	12.772,30	13.474,78	14.215,89	14.997,76	15.822,64	16.692,89	17.610,99	18.579,60
1.1.1.3. - Outros	1.500,01	1.800,00	1.910,56	2.015,64	2.126,50	2.243,46	2.366,85	2.497,03	2.634,36	2.779,25
<b>1.1.3.0 - Taxas</b>	<b>4.349,74</b>	<b>4.560,89</b>	<b>4.659,00</b>	<b>4.915,25</b>	<b>5.185,58</b>	<b>5.470,79</b>	<b>5.771,68</b>	<b>6.089,13</b>	<b>6.424,03</b>	<b>6.777,35</b>
<b>1.1.4.0 - Contribuição de Melhoria</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>1.2.0.0 - Receita de Contribuições</b>	<b>13.051,13</b>	<b>14.580,60</b>	<b>15.870,00</b>	<b>16.742,85</b>	<b>17.663,71</b>	<b>18.635,21</b>	<b>19.660,15</b>	<b>20.741,46</b>	<b>21.882,24</b>	<b>23.085,76</b>
<b>1.3.0.0 - Receita Patrimonial</b>	<b>4.275,20</b>	<b>5.026,08</b>	<b>5.795,48</b>	<b>6.114,23</b>	<b>6.450,51</b>	<b>6.805,29</b>	<b>7.179,58</b>	<b>7.574,46</b>	<b>7.991,06</b>	<b>8.430,56</b>
<b>1.3.1.0 - Receitas Mobiliárias</b>	<b>3.104,47</b>	<b>3.668,00</b>	<b>3.890,00</b>	<b>4.103,95</b>	<b>4.329,67</b>	<b>4.567,80</b>	<b>4.819,03</b>	<b>5.084,07</b>	<b>5.363,70</b>	<b>5.658,70</b>
<b>1.3.2.0 - Receitas Imobiliárias</b>	<b>14,17</b>	<b>22,18</b>	<b>26,90</b>	<b>28,38</b>	<b>29,94</b>	<b>31,59</b>	<b>33,32</b>	<b>35,16</b>	<b>37,09</b>	<b>39,13</b>
<b>1.3.3.0 - Outras</b>	<b>1.156,57</b>	<b>1.335,90</b>	<b>1.878,58</b>	<b>1.981,90</b>	<b>2.090,91</b>	<b>2.205,91</b>	<b>2.327,23</b>	<b>2.455,23</b>	<b>2.590,27</b>	<b>2.732,73</b>
<b>1.4.0.0 - Receita Agropecuária</b>	<b>31,14</b>	<b>41,50</b>	<b>52,90</b>	<b>55,81</b>	<b>58,88</b>	<b>62,12</b>	<b>65,53</b>	<b>69,14</b>	<b>72,94</b>	<b>76,95</b>
<b>1.5.0.0 - Receita Industrial</b>	<b>211,59</b>	<b>231,00</b>	<b>252,70</b>	<b>266,60</b>	<b>281,26</b>	<b>296,73</b>	<b>313,05</b>	<b>330,27</b>	<b>348,43</b>	<b>367,60</b>
<b>1.6.0.0 - Receita de Serviços</b>	<b>2.725,71</b>	<b>2.840,23</b>	<b>2.985,56</b>	<b>3.149,77</b>	<b>3.323,00</b>	<b>3.505,77</b>	<b>3.698,59</b>	<b>3.902,01</b>	<b>4.116,62</b>	<b>4.343,03</b>
<b>1.7.0.0 - Transferências Correntes</b>	<b>14.474,27</b>	<b>16.007,24</b>	<b>16.597,51</b>	<b>17.510,37</b>	<b>18.473,44</b>	<b>19.489,48</b>	<b>20.561,40</b>	<b>21.692,28</b>	<b>22.885,36</b>	<b>24.144,05</b>
<b>1.7.1.0 - Transferências da União</b>	<b>13.868,42</b>	<b>15.294,90</b>	<b>15.896,30</b>	<b>16.770,60</b>	<b>17.692,98</b>	<b>18.666,09</b>	<b>19.692,73</b>	<b>20.775,83</b>	<b>21.918,50</b>	<b>23.124,02</b>
1.7.1.1. - FPE	555,68	714,90	745,90	786,92	830,21	875,87	924,04	974,86	1.028,48	1.085,05
1.7.1.2. - Outras Transf. da União	13.312,74	14.580,00	15.150,40	15.983,67	16.862,77	17.790,23	18.768,69	19.800,97	20.890,02	22.038,97
<b>1.7.2.0 - Transf. de Convênios</b>	<b>551,48</b>	<b>650,00</b>	<b>628,00</b>	<b>662,54</b>	<b>698,98</b>	<b>737,42</b>	<b>777,98</b>	<b>820,77</b>	<b>865,91</b>	<b>913,54</b>
<b>1.7.3.0 - Outras Transferências</b>	<b>54,37</b>	<b>62,34</b>	<b>73,21</b>	<b>77,24</b>	<b>81,48</b>	<b>85,97</b>	<b>90,69</b>	<b>95,68</b>	<b>100,95</b>	<b>106,50</b>
<b>1.8.0.0 - Outras R. Correntes</b>	<b>6.899,76</b>	<b>7.291,37</b>	<b>7.581,09</b>	<b>7.998,05</b>	<b>8.437,94</b>	<b>8.902,03</b>	<b>9.391,64</b>	<b>9.908,18</b>	<b>10.453,13</b>	<b>11.028,05</b>
<b>1.8.1.0 - Receita da Dívida Ativa</b>	<b>1.212,97</b>	<b>1.310,70</b>	<b>1.370,29</b>	<b>1.445,66</b>	<b>1.525,17</b>	<b>1.609,05</b>	<b>1.697,55</b>	<b>1.790,91</b>	<b>1.889,41</b>	<b>1.993,33</b>
<b>1.8.2.0 - Demais R. Correntes</b>	<b>5.686,80</b>	<b>5.980,67</b>	<b>6.210,80</b>	<b>6.552,39</b>	<b>6.912,78</b>	<b>7.292,98</b>	<b>7.694,09</b>	<b>8.117,27</b>	<b>8.563,72</b>	<b>9.034,72</b>
<b>1.9.0.0 - Rec. Corrente Intra-Orcam.</b>	<b>18.489,98</b>	<b>19.657,00</b>	<b>20.540,00</b>	<b>21.669,70</b>	<b>22.861,53</b>	<b>24.118,92</b>	<b>25.445,46</b>	<b>26.844,96</b>	<b>28.321,43</b>	<b>29.879,11</b>
<b>2.0.0.0 - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>8.181,54</b>	<b>8.806,20</b>	<b>9.490,00</b>	<b>10.011,95</b>	<b>10.562,61</b>	<b>11.143,55</b>	<b>11.756,45</b>	<b>12.403,05</b>	<b>13.085,22</b>	<b>13.804,91</b>
<b>2.1.0.0 - Operações de Crédito</b>	<b>5.716,44</b>	<b>5.929,00</b>	<b>6.477,10</b>	<b>6.833,34</b>	<b>7.209,17</b>	<b>7.605,68</b>	<b>8.023,99</b>	<b>8.465,31</b>	<b>8.930,90</b>	<b>9.422,10</b>
<b>2.1.1.0 - De Crédito Interno</b>	<b>2.639,09</b>	<b>2.940,00</b>	<b>3.245,54</b>	<b>3.424,04</b>	<b>3.612,37</b>	<b>3.811,05</b>	<b>4.020,65</b>	<b>4.241,79</b>	<b>4.475,09</b>	<b>4.721,22</b>
<b>2.1.2.0 - De Crédito Externo</b>	<b>3.077,35</b>	<b>2.989,00</b>	<b>3.231,56</b>	<b>3.409,30</b>	<b>3.596,81</b>	<b>3.794,63</b>	<b>4.003,34</b>	<b>4.223,52</b>	<b>4.455,81</b>	<b>4.700,88</b>
2.1.2.1. - BR-L1373 DER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.2. - De Outras Operações	3.077,35	2.989,00	3.231,56	3.409,30	3.596,81	3.794,63	4.003,34	4.223,52	4.455,81	4.700,88
<b>2.2.0.0 - Alienação de Bens</b>	<b>472,08</b>	<b>520,30</b>	<b>580,80</b>	<b>612,74</b>	<b>646,44</b>	<b>682,00</b>	<b>719,51</b>	<b>759,08</b>	<b>800,83</b>	<b>844,88</b>
<b>2.3.0.0 - Amortização Empréstimos</b>	<b>1,71</b>	<b>1,90</b>	<b>2,10</b>	<b>2,22</b>	<b>2,34</b>	<b>2,47</b>	<b>2,60</b>	<b>2,74</b>	<b>2,90</b>	<b>3,05</b>
<b>2.4.0.0 - Transferências de Capital</b>	<b>1.007,18</b>	<b>1.275,00</b>	<b>1.310,00</b>	<b>1.382,05</b>	<b>1.458,06</b>	<b>1.538,26</b>	<b>1.622,86</b>	<b>1.712,12</b>	<b>1.806,28</b>	<b>1.905,63</b>
<b>2.5.0.0 - Outras Receitas Capital</b>	<b>984,12</b>	<b>1.080,00</b>	<b>1.120,00</b>	<b>1.181,60</b>	<b>1.246,59</b>	<b>1.315,15</b>	<b>1.387,48</b>	<b>1.463,80</b>	<b>1.544,30</b>	<b>1.629,24</b>
<b>2.6.0.0 - Rec. de Capital Intra-Orcam.</b>	<b>905,94</b>	<b>920,98</b>	<b>1.010,00</b>	<b>1.065,55</b>	<b>1.124,16</b>	<b>1.185,98</b>	<b>1.251,21</b>	<b>1.320,03</b>	<b>1.392,63</b>	<b>1.469,23</b>
<b>DESPESA ORÇAMENTARIA</b>	<b>192.834,28</b>	<b>204.078,64</b>	<b>213.148,64</b>	<b>223.779,77</b>	<b>234.977,34</b>	<b>246.467,02</b>	<b>258.722,19</b>	<b>271.658,30</b>	<b>285.241,22</b>	<b>299.503,28</b>
<b>3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>168.276,97</b>	<b>177.092,45</b>	<b>184.840,03</b>	<b>194.082,03</b>	<b>203.786,13</b>	<b>213.975,44</b>	<b>224.674,21</b>	<b>235.907,92</b>	<b>247.703,32</b>	<b>260.088,48</b>
<b>3.1.0.0 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>68.779,54</b>	<b>74.498,00</b>	<b>79.856,32</b>	<b>83.849,14</b>	<b>88.041,59</b>	<b>92.443,67</b>	<b>97.065,86</b>	<b>101.919,15</b>	<b>107.015,11</b>	<b>112.365,86</b>
<b>3.2.0.0 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>8.552,96</b>	<b>9.040,56</b>	<b>9.194,71</b>	<b>9.654,45</b>	<b>10.137,17</b>	<b>10.644,03</b>	<b>11.176,23</b>	<b>11.735,04</b>	<b>12.321,79</b>	<b>12.937,88</b>
<b>3.2.1.0 - Da Dívida Interna</b>	<b>8.481,92</b>	<b>8.960,45</b>	<b>9.108,21</b>	<b>9.563,62</b>	<b>10.041,80</b>	<b>10.543,89</b>	<b>11.071,09</b>	<b>11.624,64</b>	<b>12.205,87</b>	<b>12.816,17</b>
<b>3.2.2.0 - Da Dívida Externa</b>	<b>71,04</b>	<b>80,11</b>	<b>86,50</b>	<b>90,83</b>	<b>95,37</b>	<b>100,13</b>	<b>105,14</b>	<b>110,40</b>	<b>115,92</b>	<b>121,71</b>
3.2.2.1. - BR-L1373 DER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.2.4. - De outras operações	71,04	80,11	86,50	90,83	95,37	100,13	105,14	110,40	115,92	121,71
<b>3.3.0.0 - Transf. para Municípios</b>	<b>34.541,00</b>	<b>35.480,89</b>	<b>36.843,00</b>	<b>38.685,15</b>	<b>40.619,41</b>	<b>42.650,38</b>	<b>44.782,90</b>	<b>47.022,04</b>	<b>49.373,14</b>	<b>51.841,80</b>
<b>3.4.0.0 - Outras Desp. de Custeio</b>	<b>56.403,47</b>	<b>58.073,00</b>	<b>58.946,00</b>	<b>61.893,30</b>	<b>64.987,97</b>	<b>68.237,36</b>	<b>71.649,23</b>	<b>75.231,69</b>	<b>78.993,28</b>	<b>82.942,94</b>
<b>4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>24.557,31</b>	<b>26.986,19</b>	<b>28.308,61</b>	<b>29.697,74</b>	<b>31.191,21</b>	<b>32.491,58</b>	<b>34.047,98</b>	<b>35.750,38</b>	<b>37.537,90</b>	<b>39.414,80</b>
<b>4.1.0.0 - Investimentos</b>	<b>13.965,24</b>	<b>14.391,19</b>	<b>15.400,48</b>	<b>16.144,21</b>	<b>16.959,99</b>	<b>17.548,80</b>	<b>18.358,07</b>	<b>19.275,97</b>	<b>20.239,77</b>	<b>21.251,76</b>
<b>4.1.1.0 - BR-L1373 DER</b>	<b>0,00</b>	<b>186,19</b>	<b>297,25</b>	<b>285,82</b>	<b>308,68</b>	<b>64,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.1.1.1. - Financiados pelo BID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2. - Contrapartida do GESP	0,00	186,19	297,25	285,82	308,68	64,92	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4.1.4.0 - Outros Investimentos</b>	<b>13.965,24</b>	<b>14.205,00</b>	<b>15.103,23</b>	<b>15.858,39</b>	<b>16.651,31</b>	<b>17.483,88</b>	<b>18.358,07</b>	<b>19.275,97</b>	<b>20.239,77</b>	<b>21.251,76</b>
<b>4.2.0.0 - Inversões Financeiras</b>	<b>5.468,74</b>	<b>6.245,00</b>	<b>6.310,00</b>	<b>6.625,50</b>	<b>6.956,78</b>	<b>7.304,61</b>	<b>7.669,84</b>	<b>8.053,34</b>	<b>8.456,00</b>	<b>8.878,80</b>
<b>4.3.0.0 - Transf. de Capital</b>	<b>5.123,34</b>	<b>6.350,00</b>	<b>6.598,13</b>	<b>6.928,04</b>	<b>7.274,44</b>	<b>7.638,16</b>	<b>8.020,07</b>	<b>8.421,07</b>	<b>8.842,13</b>	<b>9.284,23</b>
<b>4.3.1.0 - Amortizações</b>	<b>5.123,34</b>	<b>6.350,00</b>	<b>6.598,13</b>	<b>6.928,04</b>	<b>7.274,44</b>	<b>7.638,16</b>	<b>8.020,07</b>	<b>8.421,07</b>	<b>8.842,13</b>	<b>9.284,23</b>
4.3.1.1. - Da Dívida Interna	3.682,30	4.870,00	5.013,13	5.263,79	5.526,98	5.803,32	6.093,49	6.398,17	6.718,07	7.053,98
4.3.1.2. - Da Dívida Externa	1.441,04	1.480,00	1.585,00	1.664,25	1.747,46	1.834,84	1.926,58	2.022,91	2.124,05	2.230,25
- BR-L1373 DER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- De outras Operações	1.441,04	1.480,00	1.585,00	1.664,25	1.747,46	1.834,84	1.926,58	2.022,91	2.124,05	2.230,25
<b>SUPERAVIT/DEFICIT</b>	<b>4.405,92</b>	<b>4.443,85</b>	<b>6.488,86</b>	<b>7.937,79</b>	<b>9.484,69</b>	<b>11.440,42</b>	<b>13.370,15</b>	<b>15.399,12</b>	<b>17.604,37</b>	<b>19.998,81</b>
<b>CALCULO DO RESULTADO PRIMARIO</b>										
<b>RECEITA ORÇAMENTARIA</b>	<b>197.240,20</b>	<b>208.522,49</b>	<b>219.637,50</b>	<b>231.717,56</b>	<b>244.462,03</b>	<b>257.907,44</b>	<b>272.092,35</b>	<b>287.057,43</b>	<b>302.845,59</b>	<b>319.502,09</b>
<b>1.3.1.0 - Receitas Mobiliárias</b>	<b>-3.104,47</b>	<b>-3.668,00</b>	<b>-3.890,00</b>	<b>-4.103,95</b>	<b>-4.329,67</b>	<b>-4.567,80</b>	<b>-4.819,03</b>	<b>-5.084,07</b>	<b>-5.363,70</b>	<b>-5.658,70</b>

# **ANEXO 11**

## PLANO DE DESEMBOLSO E DE AMORTIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO PARA O PROGRAMA DE INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### PRIMEIRA ALTERNATIVA DE DESEMBOLSO: Empréstimo do BID no valor de US\$ 480.135.000,00.

**Condições do Empréstimo:** 25 Anos, com 11 semestres (5,5 anos) de Carência; Amortização em 39 Parcelas Semestrais Iguais; Comissão de Crédito de 0,45% a.a., paga semestralmente (com carência de seis meses); Inspeção e Vigilância de 0% do Valor do Empréstimo. Juros de 1,50% a.a., pagos semestralmente (com carência de seis meses).

ANO/ SEMESTRE	ESTADO DA DÍVIDA	DESEMBOLSO SEMESTRAL	DESEMBOLSO ANUAL	DESEMBOLSO ACUMULADO	COMISSÃO CRÉDITO	PRESTAÇÃO			ENCARGOS TOTAIS	SALDO DEVEDOR
						AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL		
2014/01	480.135.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014/01	0	28.808.600	-	28.808.600	0	0	0	0	0	28.808.600
2014/02	28.808.600	49.412.400	78.221.000	78.221.000	1.015.484	0	216.065	216.065	1.231.549	78.221.000
2015/01	78.221.000	48.013.500	-	126.234.500	904.307	0	586.658	586.658	1.490.964	126.234.500
2015/02	126.234.500	76.865.500	124.879.000	203.100.000	796.276	0	946.759	946.759	1.743.035	203.100.000
2016/01	203.100.000	47.013.500	-	250.113.500	623.329	0	1.523.250	1.523.250	2.146.579	250.113.500
2016/02	250.113.500	73.062.500	120.076.000	323.176.000	517.548	0	1.875.851	1.875.851	2.393.400	323.176.000
2017/01	323.176.000	49.500.800	-	372.676.800	353.158	0	2.423.820	2.423.820	2.776.978	372.676.800
2017/02	372.676.800	80.182.200	129.683.000	452.859.000	241.781	0	2.795.076	2.795.076	3.036.857	452.859.000
2018/01	452.859.000	13.400.000	-	466.259.000	61.371	0	3.396.443	3.396.443	3.457.814	466.259.000
2018/02	466.259.000	13.876.000	27.276.000	480.135.000	31.221	0	3.496.943	3.496.943	3.528.164	480.135.000
2019/01	480.135.000	0	0	0	0	12.311.154	3.601.013	15.912.166	3.601.013	467.823.846
2019/02	467.823.846	0	0	0	0	12.311.154	3.508.679	15.819.833	3.508.679	455.512.692
2020/01	455.512.692	0	0	0	0	12.311.154	3.416.345	15.727.499	3.416.345	443.201.538
2020/02	443.201.538	0	0	0	0	12.311.154	3.324.012	15.635.165	3.324.012	430.890.385
2021/01	430.890.385	0	0	0	0	12.311.154	3.231.678	15.542.832	3.231.678	418.579.231
2021/02	418.579.231	0	0	0	0	12.311.154	3.139.344	15.450.498	3.139.344	406.268.077
2022/01	406.268.077	0	0	0	0	12.311.154	3.047.011	15.358.164	3.047.011	393.956.923
2022/02	393.956.923	0	0	0	0	12.311.154	2.954.677	15.265.831	2.954.677	381.645.769
2023/01	381.645.769	0	0	0	0	12.311.154	2.862.343	15.173.497	2.862.343	369.334.615
2023/02	369.334.615	0	0	0	0	12.311.154	2.770.010	15.081.163	2.770.010	357.023.462
2024/01	357.023.462	0	0	0	0	12.311.154	2.677.676	14.988.830	2.677.676	344.712.308
2024/02	344.712.308	0	0	0	0	12.311.154	2.585.342	14.896.496	2.585.342	332.401.154
2025/01	332.401.154	0	0	0	0	12.311.154	2.493.009	14.804.163	2.493.009	320.090.000
2025/02	320.090.000	0	0	0	0	12.311.154	2.400.675	14.711.829	2.400.675	307.778.846
2026/01	307.778.846	0	0	0	0	12.311.154	2.308.341	14.619.495	2.308.341	295.467.692
2026/02	295.467.692	0	0	0	0	12.311.154	2.216.008	14.527.162	2.216.008	283.156.538
2027/01	283.156.538	0	0	0	0	12.311.154	2.123.674	14.434.828	2.123.674	270.845.385
2027/02	270.845.385	0	0	0	0	12.311.154	2.031.340	14.342.494	2.031.340	258.534.231
2028/01	258.534.231	0	0	0	0	12.311.154	1.939.007	14.250.161	1.939.007	246.223.077
2028/02	246.223.077	0	0	0	0	12.311.154	1.846.673	14.157.827	1.846.673	233.911.923
2029/01	233.911.923	0	0	0	0	12.311.154	1.754.339	14.065.493	1.754.339	221.600.769
2029/02	221.600.769	0	0	0	0	12.311.154	1.662.006	13.973.160	1.662.006	209.289.615
2030/01	209.289.615	0	0	0	0	12.311.154	1.569.672	13.880.826	1.569.672	196.978.462
2030/02	196.978.462	0	0	0	0	12.311.154	1.477.338	13.788.492	1.477.338	184.667.308
2031/01	184.667.308	0	0	0	0	12.311.154	1.385.005	13.696.159	1.385.005	172.356.154
2031/02	172.356.154	0	0	0	0	12.311.154	1.292.671	13.603.825	1.292.671	160.045.000
2032/01	160.045.000	0	0	0	0	12.311.154	1.200.338	13.511.491	1.200.338	147.733.846
2032/02	147.733.846	0	0	0	0	12.311.154	1.108.004	13.419.158	1.108.004	135.422.692
2033/01	135.422.692	0	0	0	0	12.311.154	1.015.670	13.326.824	1.015.670	123.111.538
2033/02	123.111.538	0	0	0	0	12.311.154	923.337	13.234.490	923.337	110.800.385
2034/01	110.800.385	0	0	0	0	12.311.154	831.003	13.142.157	831.003	98.489.231
2034/02	98.489.231	0	0	0	0	12.311.154	738.669	13.049.823	738.669	86.178.077
2035/01	86.178.077	0	0	0	0	12.311.154	646.336	12.957.489	646.336	73.866.923
2035/02	73.866.923	0	0	0	0	12.311.154	554.002	12.865.156	554.002	61.555.769
2036/01	61.555.769	0	0	0	0	12.311.154	461.668	12.772.822	461.668	49.244.615
2036/02	49.244.615	0	0	0	0	12.311.154	369.335	12.680.488	369.335	36.933.462
2037/01	36.933.462	0	0	0	0	12.311.154	277.001	12.588.155	277.001	24.622.308
2037/02	24.622.308	0	0	0	0	12.311.154	184.667	12.495.821	184.667	12.311.154
2038/01	12.311.154	0	0	0	0	12.311.154	92.334	12.403.488	92.334	-0
TOTAL	0	480.135.000	480.135.000	0	4.544.475	480.135.000	89.281.113	569.416.113	93.825.588	-

Taxa de câmbio US\$/R\$ 1,6662

# **ANEXO 12**



## PLANO DE DESEMBOLSO E DE AMORTIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO PARA O PROGRAMA DE INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### SEGUNDA ALTERNATIVA DE DESEMBOLSO: Empréstimo do BID no valor de US\$ 528.148.500,00

**Condições do Empréstimo:** 25 Anos, com 11 semestres de Carência; Amortização em 39 Parcelas Semestrais Iguais; Comissão de Crédito de 0,45% a.a., paga semestralmente (com carência de seis meses); Inspeção e Vigilância de 0% do Valor do Empréstimo. Juros de 1,50% a.a., pagos semestralmente (com carência de seis meses).

Em US\$

ANO/ SEMESTRE	ESTADO DA DÍVIDA	DESEMBOLSO SEMESTRAL	DESEMBOLSO ANUAL	DESEMBOLSO ACUMULADO	COMISSÃO CRÉDITO	PRESTAÇÃO			ENCARGOS TOTAIS	SALDO DEVEDOR
						AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL		
2014/01	528.148.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014/01	0	31.688.910	0	31.688.910	0	0	0	0	0	31.688.910
2014/02	31.688.910	54.346.481	86.035.391	86.035.391	1.117.034	0	237.667	237.667	1.354.701	86.035.391
2015/01	86.035.391	52.814.850	0	138.850.241	994.754	0	645.265	645.265	1.640.020	138.850.241
2015/02	138.850.241	84.556.575	137.371.425	223.406.816	875.921	0	1.041.377	1.041.377	1.917.298	223.406.816
2016/01	223.406.816	51.705.738	0	275.112.554	685.669	0	1.675.551	1.675.551	2.361.220	275.112.554
2016/02	275.112.554	80.384.202	132.089.940	355.496.755	569.331	0	2.063.344	2.063.344	2.632.675	355.496.755
2017/01	355.496.755	54.452.110	0	409.948.866	388.466	0	2.666.226	2.666.226	3.054.692	409.948.866
2017/02	409.948.866	88.200.800	142.652.910	498.149.665	265.949	0	3.074.616	3.074.616	3.340.566	498.149.665
2018/01	498.149.665	14.735.343	0	512.885.008	67.497	0	3.736.122	3.736.122	3.803.620	512.885.008
2018/02	512.885.008	15.263.492	29.998.835	528.148.500	34.343	0	3.846.638	3.846.638	3.880.980	528.148.500
2019/01	528.148.500	0	0	0	0	13.542.269	3.961.114	17.503.383	17.503.383	514.606.231
2019/02	514.606.231	0	0	0	0	13.542.269	3.859.547	17.401.816	17.401.816	501.063.962
2020/01	501.063.962	0	0	0	0	13.542.269	3.757.980	17.300.249	17.300.249	487.521.692
2020/02	487.521.692	0	0	0	0	13.542.269	3.656.413	17.198.682	17.198.682	473.979.423
2021/01	473.979.423	0	0	0	0	13.542.269	3.554.846	17.097.115	17.097.115	460.437.154
2021/02	460.437.154	0	0	0	0	13.542.269	3.453.279	16.995.548	16.995.548	446.894.885
2022/01	446.894.885	0	0	0	0	13.542.269	3.351.712	16.893.981	16.893.981	433.352.615
2022/02	433.352.615	0	0	0	0	13.542.269	3.250.145	16.792.414	16.792.414	419.810.346
2023/01	419.810.346	0	0	0	0	13.542.269	3.148.578	16.690.847	16.690.847	406.268.077
2023/02	406.268.077	0	0	0	0	13.542.269	3.047.011	16.589.280	16.589.280	392.725.808
2024/01	392.725.808	0	0	0	0	13.542.269	2.945.444	16.487.713	16.487.713	379.183.538
2024/02	379.183.538	0	0	0	0	13.542.269	2.843.877	16.386.146	16.386.146	365.641.269
2025/01	365.641.269	0	0	0	0	13.542.269	2.742.310	16.284.579	16.284.579	352.099.000
2025/02	352.099.000	0	0	0	0	13.542.269	2.640.743	16.183.012	16.183.012	338.556.731
2026/01	338.556.731	0	0	0	0	13.542.269	2.539.175	16.081.445	16.081.445	325.014.462
2026/02	325.014.462	0	0	0	0	13.542.269	2.437.608	15.979.878	15.979.878	311.472.192
2027/01	311.472.192	0	0	0	0	13.542.269	2.336.041	15.878.311	15.878.311	297.929.923
2027/02	297.929.923	0	0	0	0	13.542.269	2.234.474	15.776.744	15.776.744	284.387.654
2028/01	284.387.654	0	0	0	0	13.542.269	2.132.907	15.675.177	15.675.177	270.845.385
2028/02	270.845.385	0	0	0	0	13.542.269	2.031.340	15.573.610	15.573.610	257.303.115
2029/01	257.303.115	0	0	0	0	13.542.269	1.929.773	15.472.043	15.472.043	243.760.846
2029/02	243.760.846	0	0	0	0	13.542.269	1.828.206	15.370.476	15.370.476	230.218.577
2030/01	230.218.577	0	0	0	0	13.542.269	1.726.639	15.268.909	15.268.909	216.676.308
2030/02	216.676.308	0	0	0	0	13.542.269	1.625.072	15.167.342	15.167.342	203.134.038
2031/01	203.134.038	0	0	0	0	13.542.269	1.523.505	15.065.775	15.065.775	189.591.769
2031/02	189.591.769	0	0	0	0	13.542.269	1.421.938	14.964.208	14.964.208	176.049.500
2032/01	176.049.500	0	0	0	0	13.542.269	1.320.371	14.862.640	14.862.640	162.507.231
2032/02	162.507.231	0	0	0	0	13.542.269	1.218.804	14.761.073	14.761.073	148.964.962
2033/01	148.964.962	0	0	0	0	13.542.269	1.117.237	14.659.506	14.659.506	135.422.692
2033/02	135.422.692	0	0	0	0	13.542.269	1.015.670	14.557.939	14.557.939	121.880.423
2034/01	121.880.423	0	0	0	0	13.542.269	914.103	14.456.372	14.456.372	108.338.154
2034/02	108.338.154	0	0	0	0	13.542.269	812.536	14.354.805	14.354.805	94.795.885
2035/01	94.795.885	0	0	0	0	13.542.269	710.969	14.253.238	14.253.238	81.253.615
2035/02	81.253.615	0	0	0	0	13.542.269	609.402	14.151.671	14.151.671	67.711.346
2036/01	67.711.346	0	0	0	0	13.542.269	507.835	14.050.104	14.050.104	54.169.077
2036/02	54.169.077	0	0	0	0	13.542.269	406.268	13.948.537	13.948.537	40.626.808
2037/01	40.626.808	0	0	0	0	13.542.269	304.701	13.846.970	13.846.970	27.084.538
2037/02	27.084.538	0	0	0	0	13.542.269	203.134	13.745.403	13.745.403	13.542.269
2038/01	13.542.269	0	0	0	0	13.542.269	101.567	13.643.836	13.643.836	0
TOTAL	-	528.148.500	528.148.500	-	4.998.965	528.148.500	98.209.082	626.357.582	631.356.547	

Taxa de câmbio US\$/R\$ 1,6662

# **ANEXO 13**

## PLANO DE DESEMBOLSO E DE AMORTIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO PARA O PROGRAMA DE INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### TERCEIRA ALTERNATIVA DE DESEMBOLSO: Empréstimo do BID no valor de US\$ 480.135.000,00

**Condições do Empréstimo:** 25 Anos, com Carência de 09 semestres; Amortização em 41 Parcelas Semestrais Iguais; Comissão de Crédito de 0,45% a.a., paga semestralmente (com carência de seis meses); Inspeção e Vigilância de 0% do Valor do Empréstimo. Juros de 1,50% a.a., pagos semestralmente (com carência de seis meses).

Em US\$

ANO/ SEMESTRE	ESTADO DA DÍVIDA	DESEMBOLSO SEMESTRAL	DESEMBOLSO ANUAL	DESEMBOLSO ACUMULADO	COMISSÃO CRÉDITO	PRESTAÇÃO			ENCARGOS TOTAIS	SALDO DEVEDOR
						AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL		
2014/01	480.135.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014/01	-	24.006.750	0	24.006.750	0	0	0	0	0	24.006.750
2014/02	24.006.750	48.013.500	72.020.250	72.020.250	1.026.289	0	180.051	180.051	1.206.339	72.020.250
2015/01	72.020.250	72.020.250	0	144.040.500	918.258	0	540.152	540.152	1.458.410	144.040.500
2015/02	144.040.500	72.020.250	144.040.500	216.060.750	756.213	0	1.080.304	1.080.304	1.836.516	216.060.750
2016/01	216.060.750	96.027.000	0	312.087.750	594.167	0	1.620.456	1.620.456	2.214.623	312.087.750
2016/02	312.087.750	96.027.000	192.054.000	408.114.750	378.106	0	2.340.658	2.340.658	2.718.764	408.114.750
2017/01	408.114.750	48.013.500	0	456.128.250	162.046	0	3.060.861	3.060.861	3.222.906	456.128.250
2017/02	456.128.250	24.006.750	72.020.250	480.135.000	54.015	0	3.420.962	3.420.962	3.474.977	480.135.000
2018/01	480.135.000	0	0	0	0	11.710.610	3.601.013	15.311.622	3.601.013	468.424.390
2018/02	468.424.390	0	0	0	0	11.710.610	3.513.183	15.223.793	3.513.183	456.713.780
2019/01	456.713.780	0	0	0	0	11.710.610	3.425.353	15.135.963	3.425.353	445.003.171
2019/02	445.003.171	0	0	0	0	11.710.610	3.337.524	15.048.134	3.337.524	433.292.561
2020/01	433.292.561	0	0	0	0	11.710.610	3.249.694	14.960.304	3.249.694	421.581.951
2020/02	421.581.951	0	0	0	0	11.710.610	3.161.865	14.872.474	3.161.865	409.871.341
2021/01	409.871.341	0	0	0	0	11.710.610	3.074.035	14.784.645	3.074.035	398.160.732
2021/02	398.160.732	0	0	0	0	11.710.610	2.986.205	14.696.815	2.986.205	386.450.122
2022/01	386.450.122	0	0	0	0	11.710.610	2.898.376	14.608.986	2.898.376	374.739.512
2022/02	374.739.512	0	0	0	0	11.710.610	2.810.546	14.521.156	2.810.546	363.028.902
2023/01	363.028.902	0	0	0	0	11.710.610	2.722.717	14.433.327	2.722.717	351.318.293
2023/02	351.318.293	0	0	0	0	11.710.610	2.634.887	14.345.497	2.634.887	339.607.683
2024/01	339.607.683	0	0	0	0	11.710.610	2.547.058	14.257.667	2.547.058	327.897.073
2024/02	327.897.073	0	0	0	0	11.710.610	2.459.228	14.169.838	2.459.228	316.186.463
2025/01	316.186.463	0	0	0	0	11.710.610	2.371.398	14.082.008	2.371.398	304.475.854
2025/02	304.475.854	0	0	0	0	11.710.610	2.283.569	13.994.179	2.283.569	292.765.244
2026/01	292.765.244	0	0	0	0	11.710.610	2.195.739	13.906.349	2.195.739	281.054.634
2026/02	281.054.634	0	0	0	0	11.710.610	2.107.910	13.818.520	2.107.910	269.344.024
2027/01	269.344.024	0	0	0	0	11.710.610	2.020.080	13.730.690	2.020.080	257.633.415
2027/02	257.633.415	0	0	0	0	11.710.610	1.932.251	13.642.860	1.932.251	245.922.805
2028/01	245.922.805	0	0	0	0	11.710.610	1.844.421	13.555.031	1.844.421	234.212.195
2028/02	234.212.195	0	0	0	0	11.710.610	1.756.591	13.467.201	1.756.591	222.501.585
2029/01	222.501.585	0	0	0	0	11.710.610	1.668.762	13.379.372	1.668.762	210.790.976
2029/02	210.790.976	0	0	0	0	11.710.610	1.580.932	13.291.542	1.580.932	199.080.366
2030/01	199.080.366	0	0	0	0	11.710.610	1.493.103	13.203.713	1.493.103	187.369.756
2030/02	187.369.756	0	0	0	0	11.710.610	1.405.273	13.115.883	1.405.273	175.659.146
2031/01	175.659.146	0	0	0	0	11.710.610	1.317.444	13.028.053	1.317.444	163.948.537
2031/02	163.948.537	0	0	0	0	11.710.610	1.229.614	12.940.224	1.229.614	152.237.927
2032/01	152.237.927	0	0	0	0	11.710.610	1.141.784	12.852.394	1.141.784	140.527.317
2032/02	140.527.317	0	0	0	0	11.710.610	1.053.955	12.764.565	1.053.955	128.816.707
2033/01	128.816.707	0	0	0	0	11.710.610	966.125	12.676.735	966.125	117.106.098
2033/02	117.106.098	0	0	0	0	11.710.610	878.296	12.588.905	878.296	105.395.488
2034/01	105.395.488	0	0	0	0	11.710.610	790.466	12.501.076	790.466	93.684.878
2034/02	93.684.878	0	0	0	0	11.710.610	702.637	12.413.246	702.637	81.974.268
2035/01	81.974.268	0	0	0	0	11.710.610	614.807	12.325.417	614.807	70.263.659
2035/02	70.263.659	0	0	0	0	11.710.610	526.977	12.237.587	526.977	58.553.049
2036/01	58.553.049	0	0	0	0	11.710.610	439.148	12.149.758	439.148	46.842.439
2036/02	46.842.439	0	0	0	0	11.710.610	351.318	12.061.928	351.318	35.131.829
2037/01	35.131.829	0	0	0	0	11.710.610	263.489	11.974.098	263.489	23.421.220
2037/02	23.421.220	0	0	0	0	11.710.610	175.659	11.886.269	175.659	11.710.610
2038/01	11.710.610	0	0	0	0	11.710.610	87.830	11.798.439	87.830	0
TOTAL	-	480.135.000	480.135.000	-	3.889.094	480.135.000	87.864.705	567.999.705	91.753.799	

Taxa de câmbio US\$/R\$ 1,6662